

Flávia Virgínia Melo Pinto

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA ORGANIZAÇÃO
POLÍTICO-SINDICAL DOS PROFESSORES DA REDE
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação da UFMG
2012

Flávia Virgínia Melo Pinto

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA ORGANIZAÇÃO
POLÍTICO-SINDICAL DOS PROFESSORES DA REDE
MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, como requisito parcial para o título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo

Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação da UFMG
2012

P659 PINTO, Flávia Virgínia Melo
Práticas informacionais na organização político-sindical dos
professores da rede municipal de Belo Horizonte [manuscrito] /
Flávia Virgínia Melo Pinto. – 2012.
151 f., enc.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Ciência da Informação.

1. Estudos de usuários da informação – Teses. 2. Práticas
informacionais – Teses. 3. Sindicalismo docente – Teses. I.
Araújo, Carlos Alberto Ávila. II. Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDD: 001.433



UFMG

**Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

FOLHA DE APROVAÇÃO

"PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE"

Flávia Virgínia Melo Pinto

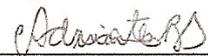
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"Mestre em Ciência da Informação"**, Linha de Pesquisa: **"Informação, Cultura e Sociedade - ICS"**.

Dissertação aprovada em: 20 de junho de 2012.

Por:



Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - ECI/UFMG (Orientador)



Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte - ECI/UFMG



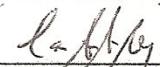
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Profa. Gerciana Ângela B. O. Lima
Coordenadora

Versão final Aprovada por



Prof. Carlos Alberto Ávila Araújo
Orientador



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **FLÁVIA VIRGÍNIA MELO PINTO**,
matrícula: 2010654549

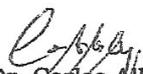
Às 14:00 horas do dia 20 de junho de 2012, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 28/05/2012, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado *Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte*, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade - ICS. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

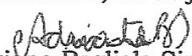
Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador	APROVADA
Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	APROVADA
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADA

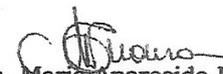
Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

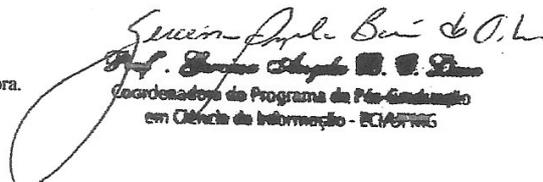
Belo Horizonte, 20 de junho de 2012


Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
ECI/UFMG (Orientador)


Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte
ECI/UFMG


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof. Dr. Denise Augusto M. S. Lima
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

*À minha classe, a classe trabalhadora,
que caminha, cai e se levanta para o rompimento
dos grilhões impostos pelo capital.*

Agradecimentos

Acredito que essa dissertação não é minha, é um produto de relações sociais e históricas que me envolveram desde o meu nascimento. Assim, seria necessário agradecer à humanidade, aqui representada por algumas pessoas que eu gostaria de citar.

Agradeço ao professor e amigo Casal pela orientação paciente e profissional que me conduziu pelos tortuosos caminhos do conhecimento, acreditando nas minhas potencialidades desde a nossa primeira conversa num corredor.

Agradeço às professoras Rosilene Tavares, Cida Moura e Alcenir Reis pelas valiosas contribuições dadas durante a qualificação do projeto de pesquisa. À Rosilene, Cida e Adriana Sirihal Duarte por compartilharem do momento (quase) final da pesquisa, a defesa.

Agradeço às professoras Marta Kerr Pinheiro e Maria Guiomar Frota pela leitura do pré-projeto de pesquisa e pelas contribuições também muito valiosas.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa, que possibilitou a minha dedicação exclusiva ao mestrado, com anseios de que o valor das bolsas seja reajustado e que mais pessoas possam ser contempladas com este importante financiamento para o desenvolvimento da pesquisa brasileira.

Agradeço aos professores da RMEBH que me concederam importantes relatos sobre a sua vida e me receberam com muito carinho em seus locais de trabalho.

Agradeço às amigas e aos amigos da Biblioteconomia e do mestrado pelas conversas interessantes e acolhedoras, em especial Juliana Moreira, Inês, Joel, Lívia, Mateus, Luciana, Jadilson, Flaviane, Júnio, Osires e Bruno Moreira. Ao Rodrigo (Pico), um agradecimento pelas competentes leituras dirigidas sobre Marx.

Agradeço às companheiras e aos companheiros do PSTU, que possibilitam importantes espaços de debates e atuação política na luta contra a alienação, a exploração e a opressão, contribuindo para minha formação política e humana.

Agradeço aos queridos amigos Denis e Pam pelas saídas noturnas tão importantes para minha formação boêmia.

Agradeço à D. Darcy que me acolheu com muito carinho em sua casa, exemplo de altruísmo.

Agradeço à Dorinha e ao Adairson que me possibilitaram a vida e condições para estudar, mesmo com todas as adversidades desta sociedade desigual. Ao Gu, para mim, exemplo de força e de companheirismo que me dá imenso orgulho de ser sua irmã. Ao cão Vladi, que por várias noites aqueceu meus pés enquanto eu trabalhava nesta pesquisa.

Finalmente, um agradecimento muito especial ao meu amor e camarada de luta Filipe, que acompanhou de perto e muito interessado todas as fases deste constructo, sempre me apoiando e me motivando.



Resumo

Pretende-se expor as práticas informacionais dos professores da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RMEBH) no cotidiano das suas lutas. Parte-se da análise da contemporaneidade, denominada por muitos teóricos como “Sociedade da Informação”, um estágio do capitalismo, no qual novos processos de trabalho e novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) são usados para aumentar a produtividade e a lucratividade das empresas. Neste contexto, a gestão da educação pública também parte dos princípios da gestão flexível, com a ampliação da jornada, da multifuncionalidade do trabalho docente e o rebaixamento da remuneração para garantir a universalização da educação, sem aumentar significativamente o investimento. A nova conformação do mundo do trabalho também impactou na organização sindical, enfraquecendo os sindicatos, com o afastamento dos trabalhadores e aprofundamento do processo de burocratização das direções dessas instituições. Nesta conjuntura, os professores da RMEBH buscaram na formação do SindRede/BH uma forma de organização autônoma frente à burocratização e ao sindicalismo não combativo da direção do SindUTE/MG. Contudo, entende-se que o fenômeno da burocratização é intrínseco à estrutura sindical contemporânea, exigindo das direções sindicais o estabelecimento de mecanismos de seu próprio controle. Esta investigação surgiu a partir das inquietações sobre a maneira dos professores produzirem, disseminarem e apropriarem de informações para a sua organização político-sindical, considerando as suas posições como sindicalizado, não sindicalizado, militante de organização política e dirigente sindical. Escolheu-se 14 professores para serem entrevistados por meio da técnica de entrevista semiestruturada. A apreciação das falas dos entrevistados partiu do aporte teórico-metodológico de Pierre Bourdieu. Considera-se necessário que o estudo das práticas informacionais partisse da dialética das apropriações subjetivas dos indivíduos, conformadas pela estrutura social, sem desconsiderar a historicidade, a totalidade e os conflitos das relações sociais. Assim, pretende-se contribuir para a ampliação do conjunto teórico-metodológico do campo de Estudos de Usuários. Conclui-se que a posição ocupada pelo sujeito conforma a realização das práticas informacionais. Os dirigentes sindicais acabam concentrando mais informações do que os professores de base, devido ao enfraquecimento da organização no local de trabalho e à burocracia da estrutura sindical. A ausência de tempo para se debater em grupo na escola impede a criação de novas informações que possam modificar as informações da direção sindical. Verifica-se também grande dependência do representante de escola como mediador entre a direção sindical e a base. Nesse contexto, o representante pode atuar como um agente que facilite o debate dentro da escola, caso não se limite a agir somente como um informante do sindicato.

Palavras chaves: Práticas informacionais – Estudos de usuários da informação – Sindicalismo docente – Professores

Abstract

The dissertation presents the informational practices of the teachers from the public schools at Belo Horizonte (MG) during their daily struggles. The contemporary world is analyzed and the so called "Information Society" is considered a stage of capitalism in which new labor processes and new information and communication technologies are used to increase production and profitability of companies. In this context, the management of the public education also adopts the principles of flexible management, extension of the working day, multifunctionality of teaching, and lowering the wages in order to universalize education without significantly increasing the investment. The new form of the world of work also impacts on the organizations of unions, weakening them, dispelling workers and creating bureaucracy in these institutions. In this scenario, the teachers from the public schools at Belo Horizonte (MG) created the SindRede/BH, an autonomous form of organization to face the bureaucracy and the lack of combativeness of SindUTE/MG directors. However, the phenomenon of bureaucracy is intrinsic to contemporary union structures and the union leadership must establish ways to control themselves. The research was motivated by reflections about the way teachers produce, disseminate and appropriate of information for the political organization of unions, and it takes account of the teachers positions as unionized, non-unionized, union militant and union leader. Fourteen teachers were chosen to participate in semi-structured interviews. Pierre Bourdieu's theoretical and methodological framework was adopted to analyze the speeches. The study of informational practices is based on the dialectics of individual subjective appropriations, which are conformed by the social structure, without ignoring historicity, totality and the conflicts of the social relations. The research intends to expand the theoretical and methodological framework adopted by the field of information user studies. It concludes that the position occupied by the individual conforms their informational practices. The union directors concentrated more information than the teachers due to the weakening of the organization at the workplace and due to the bureaucracy of the union structure. The lack of time to debate at school prevents the creating of new information that could modify the directions of the union leadership. The communication between the union leadership and its base depends on the mediation of the representative of school. The representative can act as an agent that facilitates the debate in school, if he is not only a union informant.

Keywords: informational practices – information user studies – teacher unionism – teachers

Lista de abreviaturas e siglas

- ACPATE** – Atividades Coletivas de Planejamento e Avaliação Escolar
- ANDES** – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
- APPMG** – Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais
- ASS** – Alternativa Sindical Socialista
- BM** – Boletim de Matrícula
- CEFET/MG** – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
- CEBs** – Comissões Eclesiais de Base
- CGT** – Central Geral dos Trabalhadores
- CGT** – Confederação Geral dos Trabalhadores
- CI** – Ciência da Informação
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CONCUT** – Congresso da Central Única dos Trabalhadores
- CONLUTAS** – Coordenação Nacional de Lutas
- CQTE** – Controle de Qualidade Total na Educação
- CSC** – Corrente Sindical Classista
- CSP- CONLUTAS** – Central Sindical e Popular Conlutas
- CTB** – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- EU** – Estudos de usuários da informação
- FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FIT** – Festival Internacional de Teatro
- FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- ICV** – Índice de custo de vida
- LGBTT** – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros
- MML** – Movimento Mulheres em Luta
- MMM** – Marcha Mundial das Mulheres
- MR-8** – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
- MST** – Movimento dos Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTS – Movimento dos Trabalhadores ao Socialismo

OCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

ONGs – Organizações Não Governamentais

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Parcerias público-privadas

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RMEBH – Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SGE – Sistema de Gerenciamento Escolar

SindRede/BH – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte

SindUTE/MG – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

Sinpro Minas – Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais

SMED – Secretaria Municipal de Educação

STF – Supremo Tribunal Federal

TICs – Tecnologias de informação e comunicação

UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTE – União dos Trabalhadores em Educação

UEE – União Estadual dos Estudantes

Sumário

SEMPRE UM COMEÇO	13
1 CONFORMAÇÃO DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO E A “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO”	19
1.1 “Sociedade da informação”: um novo capitalismo ou uma nova ideologia da exploração?	20
1.2 A CI como uma disciplina da “sociedade da informação”	28
1.3 A apropriação ideológica da informação.....	35
1.4 A contribuição da sociologia da prática de Bourdieu para o estudo das práticas informacionais	42
2 A PROLETARIZAÇÃO DO PROFESSOR E A CONSTITUIÇÃO DO SINDREDE/BH.....	51
2.1 O professor proletarizado	51
2.2 “Quem luta, educa!”: (Re)organização do sindicalismo brasileiro e a construção do SindRede/BH.....	64
3 EM BUSCA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS PROFESSORES DA RMEBH NO COTIDIANO DAS SUAS LUTAS	82
3.1 O percurso metodológico.....	82
3.2 A formação do <i>habitus</i> e sua modificação na organização político-sindical	88
3.3 A vida no local de trabalho.....	102
3.3.1 As condições de trabalho e remuneração	103
3.3.2 Autonomia do professor	106
3.3.3 Jornada de trabalho e a organização dos professores no local de trabalho	112
3.4 A organização, disseminação e apropriação da informação para a organização político-sindical.....	122
3.5 Avaliação da direção sindical.....	132
À GUIA DE CONCLUSÃO	140
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICE A	153
APÊNDICE B	154

SEMPRE UM COMEÇO

*Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo
é o jeito de caminhar.
Aprendi
(o caminho me ensinou)
a caminhar cantando
como convém
a mim
e aos que vão comigo.
Pois já não vou mais sozinho.*

Thiago de Mello

As inquietações que deram origem a esta pesquisa surgiram a partir das experiências de sua autora nos movimentos populares. Primeiramente, atuando no movimento estudantil secundarista do CEFET/MG e depois no movimento dos trabalhadores em educação de Contagem, Minas Gerais, retornando ao movimento estudantil da UFMG durante a graduação em Biblioteconomia.

Como militante, a autora sempre problematizou as formas de comunicação e de preservação da memória dos movimentos sociais, o que se aprofundou com a sua formação como bibliotecária. A dinâmica dos movimentos populares, com pessoas aderindo e rompendo a todo instante, gera um vazio na preservação e disseminação de informações de interesse da população. Além disso, os meios de comunicação de massa, concentrados nas mãos de alguns empresários, bloqueiam a comunicação e a divulgação de informações geradas no âmbito dos movimentos populares. Desse modo, a presente pesquisa se desenvolveu com foco na compreensão da informação na esfera dos movimentos sociais, mais especificamente, nas práticas informacionais da categoria de professores e dos agentes sindicais no seu cotidiano de lutas na contemporaneidade.

A educação tem sido tema recorrente na mídia e em diversos espaços, como nas universidades. No ano de 2011, os meios de comunicação anunciaram o fracasso da implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2000 a 2010, por não ter alcançado as metas estimadas em relação à educação básica. Não se alcançou a erradicação do analfabetismo, o acesso amplo das crianças de até três

anos à escola, a diminuição da evasão no ensino médio, entre outras metas estimadas também para o ensino superior. Na avaliação do professor Jamil Cury, um dos elaboradores do plano, em entrevista para a Agência Brasil, o principal motivo desse fracasso foi a falta de recursos financeiros para manter as ações previstas¹.

Numa tentativa de reverter este quadro, o movimento sindical dos trabalhadores em educação² tem pautado, em sua agenda de reivindicações, a defesa da educação pública e universal, que atendesse aos interesses da sociedade e garantisse condições de trabalho para os profissionais do ensino. Essa luta se coloca contra a transformação da educação em serviço, materializada pela crescente privatização por meio da atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) nas escolas públicas e da abertura indiscriminada de escolas particulares. A chamada “mercantilização do ensino” e o financiamento público aquém do necessário contextualizam uma dimensão de precarização do trabalho docente e a sua consequente desvalorização.

Nesse contexto, os profissionais da educação têm respondido com mobilizações pontuais aos processos de sucateamento das suas condições de trabalho e piora das suas condições de vida. No início de 2012, conforme a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), estiveram em greve os professores vinculados às redes estaduais de Sergipe, Amapá, Piauí, Bahia e Distrito Federal. Em Belo Horizonte, as professoras da educação infantil – uma categoria que possui somente 13 homens – paralisaram suas atividades durante 42 dias pela equiparação salarial com os professores do ensino fundamental.

Em relação a esse movimento sindical, pode-se afirmar que está em curso um processo de transformações no que tange à sua forma de atuação. O sindicalismo

¹À época da votação do PNE 2000-2010, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso vetou a proposta de aumento progressivo de investimento do PIB em educação, que chegaria a 7% em 2010 Cf. CIEGLINSKI, Amanda. Para especialistas, Plano Nacional de Educação “fracassou”. *Agência Brasil*, Brasília, 27 mar. 2010. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-03-27/para-especialistas-plano-nacional-de-educacao-fracassou>>. Acesso em 06 jul. 2010.

² Para fins desta pesquisa, entende-se a categoria de trabalhadores em educação todos aqueles que lidam com práticas de ensino no ambiente escolar, incluindo os profissionais de apoio a tais práticas como auxiliares de bibliotecas, secretários de escola, bibliotecários, dentre outros agentes. Porém, devido à grande complexidade nas demandas de cada setor do sindicato e, pelo fato de os professores configurarem a maioria absoluta da categoria, essa pesquisa pretende estudar as práticas informacionais no cotidiano das lutas relacionadas às demandas do trabalho docente.

cidadão, instituído durante a década de 1990 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e por outras centrais, rompe com a tradição combativa e autônoma da década de 1980. Passa a buscar na negociação uma forma de conciliação entre trabalhadores e patrões, negligenciando a organização por locais de trabalho, onde há grande disseminação de informações de interesse dos trabalhadores.

Combinado a essa adaptação, os sindicatos vivem um processo objetivo de burocratização que é entendida aqui como os privilégios aos quais os dirigentes sindicais têm acesso devido à posição ocupada por eles na estrutura da produção. O dirigente sindical, no processo produtivo, possui a posição de negociação direta com a patronal e, no caso dessa pesquisa, com o governo municipal, adquirindo, assim, posição diferenciada da maioria da categoria representada. Esta posição pode se reverter em privilégios ao dirigente como o uso do aparato sindical em benefício próprio e até mesmo uso do poder de barganha com a patronal e os governos para sua ascensão pessoal. Esta posição do dirigente sindical o privilegia em relação ao acesso e disseminação de informações.

A assunção de Lula à presidência marcou um novo período para o movimento sindical brasileiro. Houve rompimentos de grupos políticos dentro da CUT e a formação de novas centrais sindicais que buscam resgatar a tradição organizativa independente, combatendo a institucionalização e mantendo-se autônomos em relação aos governos e à patronal (ANTUNES, 2006; BOITO Jr., 2006; DRUCK, 2006; GALVÃO, 2006; WELMOWICHI, 2004). É mister destacar que o processo de institucionalização do movimento sindical está ligado à sua utilização pelo capitalismo contemporâneo para desmobilizar a organização combativa dos trabalhadores.

Esse processo de reorganização do movimento sindical brasileiro, mesmo sendo minoritário, porém, crescente, com repercussão entre trabalhadores, patronal e governos, pode ser apreendido pela Ciência da Informação (CI). Podem-se aprofundar estudos sobre as práticas informacionais que se constituem entre os trabalhadores, o Estado, a patronal e a sociedade no âmbito da organização político-sindical. Alguns estudos da área já mostraram a importância que os dirigentes de entidades representativas atribuem à informação, em especial dirigentes sindicais, no processo de formação política, mobilização e defesa das categorias representadas (ADÃO, 2008; OLIVEIRA, 2005; BAPTISTA, 2001). Entretanto, a

pesquisa das práticas informacionais na organização político-sindical, ainda se encontra escassa no campo da CI (ADÃO, 2008).

Nesse contexto, esta pesquisa buscou compreender a constituição das práticas informacionais dos professores da rede pública municipal de Belo Horizonte (RMEBH), no âmbito da organização político-sindical. Entende-se que os professores estão inseridos num contexto histórico marcado pela precarização de suas condições de trabalho.

A inquietação que moveu esta pesquisa foi: como os professores se apropriam das informações relativas às condições de trabalho, valorização profissional e organização sindical, a partir da posição ocupada por eles no campo sindical, como sindicalizados, não sindicalizados, militantes políticos e dirigentes sindicais?

Partiu-se dos pressupostos de que os professores acessam e apropriam de maneiras diferenciadas as informações necessárias à sua atuação política e sindical. E isso acontece porque estes profissionais ocupam “posições” diferenciadas no campo da luta sindical. Dessa maneira, entende-se que quanto mais espaços políticos o professor ocupa, maior será o seu acesso às diversas informações que podem influenciar na sua ação sindical que também é determinada por outros elementos da realidade. As práticas informacionais acontecem num dado momento histórico e estão determinadas pelas relações sociais contemporâneas, marcadas pela contradição e pelas relações de exploração e dominação.

Dessa maneira, o que se propôs a realizar por meio desta pesquisa não foi somente um olhar sobre o movimento político-sindical, pouco explorado pelo campo de Estudos de Usuários da Informação (EU). Tentou-se percorrer o caminho da apreensão do objeto de pesquisa com um olhar diferenciado, a partir da apreensão da realidade e não da sua conformação em modelos pré-estabelecidos. Buscou-se a compreensão das relações entre os sujeitos nas suas práticas informacionais e não a quantificação de dados e estabelecimento de um modelo de comportamento informacional. Considerando esses elementos, a exposição desta pesquisa foi organizada em três capítulos, descritos, sucintamente, a seguir.

O capítulo primeiro, intitulado de “A sociedade da informação e a conformação dos estudos de usuários”, versa sobre o campo de EU, a partir de uma

perspectiva crítica. No primeiro momento, discute-se a fragilidade da teoria da “sociedade da informação”, a partir de autores críticos a essa concepção. Esses autores defendem que a contemporaneidade está marcada pelo aprofundamento das desigualdades sociais e mercadorização de todas as esferas da sociedade. Nesse sentido, se desenvolverá o argumento de que a Ciência da Informação (CI) surge como disciplina científica que corroborasse com o estabelecimento do discurso acrítico da “sociedade da informação”. Nesse âmbito, os EU colaborariam para o funcionamento otimizado das unidades de informação, de maneira que pudessem contribuir para o desenvolvimento dessa nova sociedade. Em seguida, apresenta-se a informação como um elemento ideológico, apropriado de acordo com os interesses de classe ou de um grupo. Por fim, apresenta-se a contribuição da sociologia da prática de Pierre Bourdieu como aporte teórico-metodológico que possibilitasse uma análise das práticas informacionais, a partir das apropriações subjetivas dos indivíduos conformadas pela estrutura social, sem desconsiderar a historicidade, totalidade e os conflitos das relações sociais. Assim, pretende-se contribuir para a ampliação do conjunto teórico-metodológico do campo de EU.

No segundo capítulo, “A proletarização do professor e a formação do SindRede/BH”, será tratada a subordinação do trabalho docente – vinculado ao serviço público – , considerando-o como elemento para a reprodução do capital. Assim, serão delineadas as condições do trabalho do professor que determinam o processo de “proletarização”. Nessas condições, os professores buscam na organização sindical uma perspectiva para a melhoria das suas condições de trabalho e de vida. Será trazido breve resgate da história da organização sindical brasileira até a contemporaneidade, mostrando as mudanças de rumo das entidades sindicais históricas e a resposta de alguns setores do movimento dos trabalhadores para essas organizações. Nesse contexto, será brevemente relatada a formação do Sindicato dos Trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte (SindRede/BH).

No terceiro capítulo, “As práticas informacionais dos professores da RMEBH no cotidiano das suas lutas”, será retomado o objeto de pesquisa, que é a informação, agora revelado durante o percurso teórico-metodológico adotado. Tentar-se-á compreender, a partir das falas dos sujeitos, as práticas informacionais estabelecidas nas relações construídas no cotidiano da luta político-sindical empreendida pelos professores da RMEBH.

À guisa de conclusão, será relatado o que foi possível descobrir no caminhar da pesquisa, apontando necessidades de futuras investigações acerca do tema proposto para a ampliação e fortificação da pluralidade teórico-metodológica no campo da CI.

1 CONFORMAÇÃO DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO E A “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO”

A classe que tem os meios de produção material à sua disposição disporá também dos meios de produção intelectual. Por isso, geralmente as ideias daqueles que não possuem os elementos de produção intelectual estão sujeitas às ideias dessa classe.

Karl Marx e Friedrich Engels³

A informação – considerada como fenômeno ou constructo social – vem passando por ricas discussões, principalmente, após o desenvolvimento da informática, das telecomunicações e da robótica. Sem dúvida nenhuma, uma parte da população mundial está conectada, a indústria se metamorfoseou, novos produtos do entretenimento e da cultura estão disponíveis para a satisfação humana e enriquecimento de alguns “gênios” da humanidade. Tantas mudanças e novas possibilidades no que tange a comunicação e o desenvolvimento produtivo causaram nobres sentimentos de esperança em muitos políticos, pesquisadores e membros de equipes de governos de que haveria a redução da pobreza e potencializaria a democracia, uma vez que a informação e o conhecimento passariam a ser os principais insumos nessa nova era inaugurada pela denominada “revolução informacional”. Esse discurso é a base da propagada “sociedade da informação”.

Nesse capítulo, serão delineadas as concepções de informação, que foram usadas para o desenvolvimento do campo de Estudos de Usuários da Informação (EU), e da Ciência da Informação (CI) como disciplina que nasceu para a cooperação no desenvolvimento da “sociedade da informação”. Essa historicidade é

³ MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*, 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.

importante para a compreensão do estudo proposto, para que o leitor possa compreender o ponto de partida desta pesquisa. Por último, serão trazidas as contribuições da sociologia da prática de Pierre Bourdieu como uma tentativa de compreender a dialética entre estrutura social e percepção subjetiva para a compreensão das práticas informacionais na contemporaneidade.

1.1 “Sociedade da informação”: um novo capitalismo ou uma nova ideologia da exploração?

Há uma luta de classes, claro. Mas é a minha classe, a classe dos ricos, que está a fazê-la. E estamos a ganhar
Warren Buffett, bilionário estadunidense⁴

O sociólogo Daniel Bell foi o promotor da teoria da sociedade pós-industrial nas décadas de 60 e 70 do século passado. O mundo vinha passando por questionamentos, lutas sociais intensas e uma crise econômica de grandes proporções com a crise do petróleo na década de 1970. Concomitantemente, a indústria da informação começava a se consolidar com a invenção de computadores cada vez mais potentes, internet, entre outros avanços, que possibilitavam uma rapidez na disseminação de informações e acúmulo de conhecimentos nunca vivenciados. Para Bell, o conhecimento teórico passaria a ser o manancial do valor e do crescimento da sociedade do futuro que deveria ser definida e rotulada pelas novas maneiras acessar, processar e distribuir informação (KUMAR, 1997).

A teoria pós-industrial deu origem às seguintes correntes ideológicas: a “sociedade da informação”, com a defesa de que a produção e acúmulo de informação significam maior eficiência para a satisfação das necessidades sociais e, conseqüentemente, maior liberdade para as pessoas. O “pós-fordismo”, segundo o qual o capitalismo precisa reinventar sua mola propulsora que é o processo dialético de subordinação do trabalho ao capital. Dessa maneira, o capitalismo contemporâneo necessitou de uma forma de produção mais flexível, incompatível com a produção fordista que seria o mesmo que sociedade industrial. A terceira corrente é a “sociedade pós-moderna” que abrange todas as formas de mudança cultural, política e econômica. Sua constituição por teóricos de pensamentos de

⁴Tradução livre de “There’s class warfare, all right, but it’s my class, the rich class, that’s making war, and we’re winning”. STEIN, B. In Class Warfare, Guess Which Class Is Winning. *The New York Times*, Your Money, 26/11/2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/11/26/business/yourmoney/26every.html>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

diferentes matizes leva essa corrente a ser, muitas vezes, escorregadia e confusa (LOPES, 2008; KUMAR, 1997).

A defesa de que a produção e o acúmulo de informações, bem como o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) significariam maior eficiência para a satisfação das necessidades humanas e, conseqüentemente, maior liberdade para as pessoas, desde a liberalização do trabalho, até a ampliação da democracia, deu origem à ideia de que o capitalismo estaria num novo estágio, superior à sociedade industrial, chamado de “sociedade da informação”. Os teóricos da “nova sociedade” propagaram (e ainda propagam) que o trabalho, antes necessário à reprodução do sistema capitalista, teria sido substituído pela informação e pelo conhecimento. Assim, a teoria do valor produzido pelo trabalho, da maneira formulada por vários pensadores, de Locke e Smith a Ricardo e Marx, cederia lugar para a “teoria do valor do conhecimento”. A informação teria superado a terra e o trabalho como fonte de riqueza. As novas TICs possuiriam papel “revolucionário” por permitirem por si só o aumento da extração de lucratividade, além de ampliarem a conexão entre as pessoas a nível mundial. Os adeptos dessa teoria não consideram capital como relação social de venda e compra de força de trabalho, relação que continua a prevalecer mesmo que o trabalho tenha tomado conformações diferentes a partir da inserção das TICs (KUMAR, 1997).

Além da ampliação deste mercado da informação e das TICs, as novas tecnologias e os novos processos de trabalho passaram a exigir dos trabalhadores uma qualificação diferenciada, baseada na apropriação de várias informações e conhecimentos necessários para mover a produção industrial e de serviços, entre outros setores econômicos. Houve também a expansão de novos tipos de indústria, com aportes tecnológicos que propiciaram o seu avanço como a indústria publicitária, cultural e da veiculação de informações como a *internet*.

Este desenvolvimento tecnológico e suas implicações foram estudados pelo sociólogo Castells (1999) que atribui ao “novo modo informacional de desenvolvimento” uma possibilidade maior do que uma regulação econômica. Esse “novo modo de desenvolvimento” teria possibilitado o nascimento de um novo mundo, ligado ao conceito de rede, o conjunto de todas as pessoas interconectadas, de interconexão de instituições, empresas, mercados, etc. Esse autor defende que estaria em desenvolvimento um novo paradigma, baseado nas redes, com o uso das

TICs, conhecido como “informacionalismo”. Nesse novo paradigma, haveria quatro mudanças significativas: a crise do estatismo industrial, o surgimento do “Quarto Mundo”, de excluídos tecnológicos, como os africanos, e a formação de novas identidades. Há na teoria de Castells uma tentativa de afastamento do determinismo tecnológico ao abordar na sua análise a crise da regulação fordista, o desenvolvimento das TICs, o estatismo e os movimentos sociais. Contudo, corrobora-se com a leitura de Lopes (2008) que a abordagem de Castells é tecnologicamente determinada. Para Castells (2000, p. 19-20) a “revolução tecnológica”, com base na informação, foi a responsável pela transformação nos modos de negociar, de produzir, de pensar, relacionar, de “fazer guerra e de fazer amor”.

Na indústria, diferentemente do modelo de trabalho hierarquizado e rígido imposto pela organização fordista/taylorista, predominante na “sociedade industrial”, no qual o trabalhador se torna “um braço da máquina”, as novas tecnologias influenciam na organização do trabalho de duas maneiras. A primeira é o aumento do conteúdo de conhecimentos de trabalho existente, uma vez que as novas tecnologias possibilitariam um maior desenvolvimento intelectual do trabalhador. Haveria um processo de envolvimento dos trabalhadores no planejamento do processo de trabalho, que varia de uma empresa para outra e de um país para outro. A outra maneira é a criação e expansão de novas qualificações ligadas ao conhecimento, de modo que os “trabalhadores da informação”, futuramente, serão a maioria na “nova sociedade” (KUMAR, 1997; CASTELLS, 1999).

Nesse contexto, uma reflexão a ser feita é se as novas configurações do mundo do trabalho estão mesmo levando ao fim da classe trabalhadora devido à diminuição de empregos na indústria e crescimento vertiginoso do setor de serviços. Para responder essa questão, Antunes (1995) estudou o quadro econômico e a situação dos empregos na Europa na década de 1980 e começo da década de 1990, se contrapondo à defesa do filósofo e jornalista André Gorz de que o proletariado estaria se extinguindo como classe social. Esta tese está descrita no livro de Gorz com o sugestivo nome de *Adeus ao proletariado*⁵.

Para Antunes (1995) o trabalho não teria perdido sua centralidade na produção da mais-valia, que é a lucratividade do empresário, gerada na diferença

⁵GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

entre o valor que o trabalho do empregado da empresa produz e o valor que é pago a esse empregado sob a forma de salário. Descontadas as demais despesas que o empresário acarreta com o seu negócio – impostos, investimentos em tecnologia e em manutenção, propaganda, etc – o dinheiro que lhe sobra é a sua lucratividade.

Como o sistema capitalista necessita da competitividade, as empresas estão buscando continuamente novas maneiras de ampliarem seus lucros, seja se deslocando para países com mão de obra mais barata, seja investindo em tecnologia e melhoramento dos processos de trabalho. Nesse sentido, Antunes (1995) defende que a exploração do trabalho vem se intensificando por meio da adoção de um sistema flexível de produção – sistema toyota – como um aprimoramento do modelo fordista/ taylorista. Assim, as inovações tecnológicas e os rearranjos produtivos são necessários à manutenção da extração de mais-valia, não significando uma revolução, pois o modo de produção ainda é baseado na exploração do trabalho de uma classe por outra.

Antunes (2003, p.34) resume os traços básicos do sistema toyota de produção, aplicado inicialmente na fábrica da Toyota no Japão e exportado para o mundo inteiro. A primeira característica é a produção diversificada sob demanda, pronta para o consumo. O mercado que define o que será produzido, em oposição à produção em massa do fordismo. O tempo da produção tem maior aproveitamento através do método *just in time*. A necessidade de suprir o mercado com mercadorias variadas, de qualidade, produzidas em menos tempo, demanda um processo de produção flexível de modo a garantir que um trabalhador opere várias máquinas e saiba trabalhar em equipe. Assim, é necessário que o trabalhador amplifique seu leque de conhecimentos e de manejo da tecnologia. É necessário considerar que essa mudança no processo de trabalho não ocorre de maneira igual para todos os setores da economia e todos os países. No Brasil, por exemplo, convivem a estruturação fordista e toyotista, além de formas arcaicas de produção – como as fabriquetas – e, até mesmo trabalho semi-escravo ou escravo na produção de cana de açúcar, na construção civil e no setor de vestuário, por exemplo⁶.

⁶ No mês de maio de 2012, a Câmara dos Deputados brasileira debate a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que pune empresários e agricultores que utilizam trabalho análogo ao trabalho escravo. O projeto é polêmico entre os deputados federais, o que pode ser visto pela seguinte fala do Deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP): “Se eu, na minha propriedade, matar alguém, tenho direito a defesa. Se tiver bom advogado, não vou nem preso. Mas se der a um

Tavares (2008) corrobora com Antunes (1995, 2003) de que o sistema capitalista reinventa sua mola propulsora, a exploração do trabalho, buscando a acumulação de riquezas. Assim, torna-se necessária a reestruturação da força de trabalho a partir da introdução da terceirização, do trabalho automatizado e do surgimento de novas ocupações com o desenvolvimento das novas tecnologias. A partir da análise dos números de trabalhadores formais e informais contratados pelas grandes corporações a autora conclui que quem produz o capital continua sendo o trabalho, mesmo que reestruturado.

Para Lopes (2008, p.23)

Destarte, a *virada informacional* do capitalismo recente explicar-se-ia por sua tentativa de superar os entraves que a rigidez fordista lhe impunha e de encontrar novos meios e mecanismos de absorção do capital sobreacumulado, expandindo-se para territórios ainda não totalmente colonizados e mais “imateriais” como a cultura, os “afetos”, o *bios*, ainda que com isso não abandone o recurso aos velhos meios de destruição, como os crescentes orçamentos militares demonstram.

Nesta rotação, o capitalismo encontrou no capital financeiro outra oportunidade, ainda que episódica, de contenção da crise e de ganhos adicionais. Segundo Chesnais, a dinâmica específica da esfera financeira que pelo menos desde a década de 1980 vem crescendo em ritmos qualitativamente superiores aos do investimento, do PIB ou do comércio exterior (2003, p.14) não significa simplesmente que a valorização financeira se tornou mais importante que a valorização produtiva, mas que uma nova forma de simbiose entre as finanças e a indústria se formou. Agora, estando o regime de acumulação sob “dominância da valorização financeira” é a sua lógica – rentista, imediatista e avessa a riscos – que se impõe à totalidade do sistema reprodutivo. (grifo do autor)

Dessa maneira, o trabalho produtivo não estaria desaparecendo ou perdendo importância, mas sofrendo um processo de alteração com a incorporação de tecnologias e novos processos. O sistema capitalista se recompõe continuamente e, para tanto, na atualidade, utiliza de uma forma de produção flexível e das novas tecnologias para aprimorar a produção e aumentar a mais-valia. Além disso, os capitalistas encontraram na fusão do capital produtivo e capital bancário, que se torna capital financeiro, fonte para uma fantástica acumulação de riquezas. E, para que as movimentações financeiras fossem realizadas a nível mundial com fluidez e segurança, era necessário também aprimorar as TICs.

funcionário um trabalho que será visto como trabalho escravo, minha esposa e meus herdeiros vão ficar sem um imóvel. É uma penalidade muito maior do que tirar a vida de alguém. A espinha dorsal da Constituição brasileira é o direito à propriedade”. Cf. DEPUTADO ruralista afirma que pedaço de terra vale mais que a vida humana. *Pragmatismo Político*, 15 de maio 2012. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/05/deputado-ruralista-afirma-que-pedaco-de-terra-vale-mais-que-a-vida-humana.html>> Acesso em: 15 mai. 2012.

Diante das especulações sobre os impactos do avanço das TICs na organização social e nas relações de produção, o importante é compreender como as novas tecnologias são desenvolvidas, para qual propósito e quem está se apropriando delas hegemonicamente. Assim, ao se falar do momento histórico atual como “nova sociedade”, Kumar (1997) chama atenção sobre essa argumentação estar balizada por estatísticas do próprio processo de produção capitalista, não significando mudanças estruturais como as que ocorreram a partir da revolução industrial.

A crítica mais geral das abordagens da economia da informação refere-se aos critérios utilizados para contabilização do setor ‘informação’ e para demarcar o advento dessa economia da informação. Os critérios utilizados são apontados como conceitualmente insuficientes, tanto para definir procedimentos inequívocos de classificação e quantificação como para estabelecer os marcos quantitativos a partir dos quais se possa entender as mudanças como ‘transformação social qualitativa’. Entretanto, essas críticas não têm impedido que perspectivas como da ‘sociedade da informação’ ou da ‘economia da informação’ sejam utilizadas como argumentos para fundamentar políticas de Estado relacionadas com a burocracia, com mudanças na forma de poder, privacidade, fluxo de dados, transfronteiras e com a constituição da ‘infra-estrutura de informação’ (BEMFICA, 2000, p. 52).

Assim, essas perspectivas de “sociedade da informação” ou “economia da informação” não fazem um estudo aprofundado do papel do trabalho nessa fase de reestruturação produtiva, reduzindo a análise na informação, como ente autônomo, confundindo-a, muitas vezes, com as TICs, como se fossem o mesmo objeto. Partem do conceito de informação como um insumo na produção de mercadorias e ela própria como uma mercadoria.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a coisificação ou reificação da informação, bem como o seu estatuto de fenômeno, possibilita a sua transformação em **mercadoria**, quando sujeita à relação de troca capitalista. Assim, do valor informativo, atribuído pelo sujeito que necessita da informação, ou **valor de uso** da informação, pode surgir o **valor de troca**, determinado pelo sujeito que se apropria dessa informação como objeto para a comercialização, independente do suporte. Em outras palavras, no capitalismo, qualquer **coisa útil**, que contemple a necessidade humana, pode se tornar mercadoria. Contudo, para ser mercadoria um produto deve cumprir certas condições: ser útil (a utilidade é definida socialmente e não somente individualmente), ser fruto do trabalho humano, ser produzido para terceiros e para o mercado segundo relações capitalistas de produção. Nas palavras de Marx (1994, p.47-48):

Uma coisa pode ser valor-de-uso, sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. [...] Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social. [...] O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor.

Portanto, **a informação pode ou não se tornar mercadoria.** Um pesquisador pode informar seu conhecimento sem o objetivo de vendê-lo no mercado, por exemplo, num encontro ou congresso. Quando essa informação, objetivada em um artigo de periódico, seja impresso ou virtual, por exemplo, é vendida, tornou-se uma mercadoria, realizou-se no mercado, resultando em lucro para o editor do periódico. Assim, pode existir um mercado de informação, porém, na maioria de vezes, quem produz essa informação é um trabalhador: professor universitário, pesquisador de uma entidade pública ou privada, ator, etc, profissionais com vínculos empregatícios ou não. Assim, a informação transformada em mercadoria, salientando que seu estatuto não se restringe à condição de mercadoria, como será abordado no próximo tópico, e os novos processos de acumulação de capital exigiram novas políticas públicas que possibilitassem o avanço desses processos.

Nesse sentido, Bemfica, Cardoso e Faria (2003) evidenciaram o caráter de mercantilização das políticas voltadas para a informação, sob o discurso da “sociedade da informação” como uma estratégia de recomposição do capital frente à crise econômica dos anos 1970. Os autores analisaram documentos produzidos pelos governos dos Estados Unidos e União Européia sobre as estratégias para a implementação da “sociedade da informação”. O discurso reproduzido mostra a hegemonia da ideologia neoliberal por meio do estabelecimento das relações de mercado como organizadoras desta sociedade e dos governos como os formadores de massas de consumo e de incentivadores do uso das novas tecnologias nas escolas e universidades e financiamento de pesquisas que favorecessem a constituição da infraestrutura de informação e comunicação. Por trás de um discurso carregado de um utopismo tecnológico do fim das desigualdades, revela-se a ampliação da privatização e promoção do consumo.

Concluindo, diríamos que as TICs, fetichizadas e colocadas na condição de ‘agentes de mudança’, serviram de fundamento para as ideias de

‘sociedade da informação’, as quais, por sua vez, vão ser utilizadas para fundamentar uma iniciativa de âmbito mundial, hegemônica pelo pensamento neoliberal, que está contribuindo para acelerar o processo de transformação de tudo e de todos em um enorme e hierarquizado mercado, ao qual a maioria das pessoas vai comparecer na condição de autômatos, para reproduzir um sistema cada vez mais excludente (BEMFICA, 2000, p.219).

Mattelart (2000) também analisa a “sociedade da informação” como a determinação da hegemonia da ideologia neoliberal por meio das políticas de desregulamentação dos serviços públicos com a privatização de setores estratégicos da economia como as telecomunicações. Os projetos de integração mundial estão no marco da produção e disseminação de informações controladas pelas agências de notícias dos países centrais. Para o autor, trata-se de uma nova configuração das relações capitalistas estabelecidas sobre bases das TICs e do desenvolvimento da ciência, tentando obscurecer as verdadeiras consequências dos ajustes neoliberais nas duas últimas décadas do século XX: ampliação da exclusão social e digital e aprofundamento das crises econômicas. Aliás, contradições que também estão colocadas neste início de século, o aumento da pobreza, concentração de renda e as crises que abateram Estados Unidos e estão abatendo os países da União Europeia.

Nesse sentido, Demo (2000) defende que ao se falar em “sociedade da informação” deve-se considerar como essa sociedade se organiza economicamente, para não fomentar uma análise determinista da tecnologia como se esta fosse o único aspecto do “progresso”. Para o autor, “o conhecimento mais inovador é provocado pelo mercado, que necessita do ímpeto desconstrutivo do conhecimento, particularmente do conhecimento dito pós-moderno, colocando a inovação mercantilizada como razão maior de ser” (DEMO, 2000, p.38). Trata-se de um “progresso unilateral”, concentrador de renda e poder como se pode observar por meio das fusões de grandes empresas que buscam esquivar-se das “regras” do mercado.

Por um lado, o avanço do conhecimento e dos meios de disseminação pode abrir possibilidades para uma “emancipação ambivalente” da sociedade. Ambivalente porque se preservam os aspectos colonizadores de uns países sobre outros, de uma classe social sobre outra. O trabalhador, agora mais especializado para lidar com as novas tecnologias na produção, vive o decréscimo geral dos salários, sendo obrigado a trabalhar mais para manter o mesmo ganho. Outra ambivalência está presente na produção do conhecimento científico, submetido à lógica da competitividade, voltado não para os interesses da sociedade e sim para a lógica do mercado (DEMO, loc cit).

Tendo em vista esse breve resgate sobre o atual estágio do sistema capitalista, é importante analisar como a Ciência da Informação (CI) surge e justifica a sua existência como uma disciplina científica cujo objeto – ou um dos objetos – é a informação.

1.2 A CI como uma disciplina da “sociedade da informação”

No contexto dessas novas conformações do sistema capitalista, a produção, o controle e a disseminação de informação foram tomados como objetos de interesse das áreas acadêmica, governamental e militar. Uma nova disciplina científica seria necessária para dar conta desse fenômeno, pois a Biblioteconomia se limitava ao documento e a Comunicação aos processos de transmissão de mensagens. Assim, o entendimento da informação como um objeto autônomo, gerador de profundas mudanças sociais, exigiu uma nova disciplina, uma ciência com o nome de seu próprio objeto, a Ciência da Informação (CI).

Nesse sentido, Saracevic (1996) define a CI condicionada ao desenvolvimento tecnológico, corroborando com a visão de que as TICs estariam transformando a sociedade moderna em uma “sociedade da informação” e que a CI, e outras disciplinas como a Comunicação ou a Ciência da Computação, colaborariam no estabelecimento dessa “nova sociedade”. O autor evidencia a necessidade da interdisciplinaridade – com a Comunicação, Ciência da Computação e Biblioteconomia – para que o campo dê conta da complexidade que envolve a questão informacional.

Le Coadic (1996, p.5) sintetiza o significado de informação como “um conhecimento inscrito sob a forma escrita oral ou audiovisual”. O autor situa a CI como uma ciência que está na origem de “uma indústria, de um mercado e de um comércio da informação” e que esse mercado se mostra diversificado por ser constituído por “populações de usuários que mudam rapidamente” (LE COADIC, 1996, p.110). Neste contexto, o profissional da informação precisaria saber agregar valor à informação em si, não fazendo do suporte da informação o centro da sua atividade.

Dessa maneira, o desenvolvimento das TICs potencializou a produção e objetivação da informação, melhorando o mercado de informação descrito por Le

Coadic (1996). É necessário frisar que a informação pode possuir esse caráter de mercadoria devido a sua constituição e circulação numa sociedade de mercado, marcada pelas relações de produção capitalista (MOSTAFA; MARANON, 1992). Essa abordagem influenciou fortemente as pesquisas da área de Biblioteconomia e CI, conforme mostra Lima (1994, p. 67), ao concluir sua análise sobre pesquisas de mestrado voltadas para usuários de bibliotecas:

Nas recomendações das referidas dissertações, aparecem sugestões para a utilização do *marketing*. Assume-se então, informação como mercadoria. Daí é necessário que seja consumida. Todos os serviços prestados pelas bibliotecas têm também o aspecto de mercadoria para consumo. Tem-se o usuário consumidor e esse indivíduo tem que ser atingido e atraído, principalmente pelos canais formais. Parece que os estudos de usuários, às vezes, demonstram uma concorrência no mercado entre canais formais e informais para obtenção de informação.

Ainda na perspectiva da informação coisificada, Roberts⁷ (1976, apud Freire, 2003), em debate com pesquisadores soviéticos da área em relação à natureza social da CI, argumenta que somente se buscando numa base social mais ampla do que os grupos científicos, será possível abranger as complexas implicações sociais da informação e comunicação. A CI não poderia deixar de se ocupar com os problemas da informação reproduzida pelos meios de comunicação de massas, não restringindo seus esforços nos problemas da comunicação científica, como defendiam os soviéticos, principalmente Alexander Mikhailov, conforme resgata Freire (2003). Apesar da preocupação do autor em se ampliar o campo de pesquisa da CI, a informação ainda é considerada como um bem estratégico na comunicação de massa, necessitando assim, de esforços de pesquisa sobre este “fenômeno”.

Apesar da aproximação com a Biblioteconomia, percebe-se que a CI – notadamente como campo de pesquisa que se originou nos Estados Unidos – nasce a partir da mudança de foco, do humanismo culturalista, que considerava a informação como bem social, para o estratégico-político e econômico-administrativo, no qual a informação é considerada um bem privado e estratégico (FREITAS, 2001). Prova disso, são os estudos mais proeminentes sobre o uso da informação, concentrados, primordialmente, nas áreas acadêmica, militar e governamental.

Nesse período, a concepção de informação de Shannon e Weaver (1963) teve forte influência na condução teórico-metodológica das pesquisas da CI. Nessa

⁷ROBERTS, N. Social considerations towards a definition of information science. *The Journal of Documentation*, v. 32, n. 4, Dec. 1976.

concepção, a informação é uma determinada quantidade de *bits* definida pela probabilidade da ocorrência de símbolos que são transmitidos de um emissor para um receptor, por meio de um canal de comunicação, sujeita ao ruído, ou seja, algo acrescentado à mensagem inicial fora da vontade do emissor. Da *Teoria matemática da comunicação* ainda surgem os conceitos de *entropia* e *redundância*. A entropia é a medida da incerteza, da ausência de previsibilidade de um sistema de comunicação. A redundância significa a previsibilidade elevada. Ao elaborar essa teoria, Shannon e Weaver (1963) pensavam em estabelecer um modelo para a comunicação entre as máquinas, uma comunicação objetiva, cuja mensagem chegasse ao receptor possuindo um mínimo de ruídos possível.

A adoção dessa concepção de informação, aliada às influências da Biblioteconomia, deu origem ao que Capurro (2003) denominou de paradigma físico da CI. A informação foi entendida primordialmente como conhecimento inscrito em um suporte, como “coisa”, encerrando em si tudo o que se poderia captar sobre esse “fenômeno” e restringindo o olhar do campo para a representação, a organização e a transferência da informação. Michael Buckland era um dos teóricos que corroboravam com esse conceito de informação, apesar do autor considerar primordial a percepção do usuário, uma vez que o valor informativo não estaria contido no objeto, seria atribuído por um sujeito, num determinado contexto (CAPURRO, 2003).

Esse processo de **coisificação da informação** possibilitou o surgimento de análises encerradas na informação em si, desconsiderando ou secundarizando qualquer relação social ou dimensão subjetiva na sua constituição e apropriação. Conforme Freitas (2001, p.82), a “visão da informação como fenômeno e não como constructo, completa seu processo de fundação como ciência, mitologizando seu objeto como parte do real-concreto”. Nessa perspectiva, os EU surgiram como uma das principais “ferramentas” da CI para a compreensão da relação dos indivíduos e grupos com a informação. As formas de apropriação desses estudos apresentaram variações no campo da Biblioteconomia e da CI ao longo do tempo. Na maior parte da sua história, seus objetivos estavam ligados à funcionalidade dos serviços de informação, servindo como diagnósticos em busca de um funcionamento “saudável” da unidade de informação ou de um fluxo de informação entre membros de um grupo (ARAÚJO, 2007).

Essa forma de olhar sobre a informação possibilitou o surgimento de discursos sobre seu poder de transformação, a confundindo, muitas vezes, com as TICs (BEMFICA, 2002). Pode-se denominar esse processo de **reificação da informação**, pois, se atribui a ela um poder de mudança que, na verdade, é dependente das relações sociais constituídas num dado momento histórico (LOPES, 2008).

Desse modo, a CI surgiu na emergência de um desenvolvimento tecnológico que atendesse às necessidades de reprodução do capital, corroborando com um discurso acrítico de uma nova sociedade, baseada na informação e no conhecimento. Entretanto, na reconstituição da história da CI, percebe-se o ocultamento do capitalismo como a condição histórica na qual houve o surgimento do campo. Os discursos construídos acerca da CI, conforme mostra Freitas (2001, p.77), relatam ações isoladas, voltadas para o tratamento da informação, desvinculadas da historicidade, levando à naturalização da CI e do seu objeto de estudo, como se não fossem resultados das relações sociais em determinado momento histórico.

Nesse contexto, os EU deveriam avaliar as funcionalidades dos serviços de informação, para que estes pudessem cumprir sua finalidade no desenvolvimento da “sociedade da informação”, como mediadores no processo de pesquisas técnico-científicas. Na *Conferência sobre Informação Científica da Royal Society de Londres* em 1948, eram hegemônicas as pesquisas sobre como cientistas e técnicos lidavam com a busca da informação. Posteriormente, surgiram preocupações com outros grupos de usuários como administradores e educadores. Por último, surgiram interesses de pesquisas com demais usuários de bibliotecas e centros de informação. Estes estudos estavam voltados para a administração dessas instituições (ARAÚJO, 2008; FIGUEIREDO, 1994). Também eram detectados os *gatekeepers*, pessoas que “disseminam a informação numa instituição. Caracterizam-se por um conhecimento da literatura da área, a qual divulgam, e por seus contatos fora da instituição”, o que levou a área a superar os estudos focados nos serviços de informação (RABELLO, 1980, p.56).

Na década de 1970, o usuário e suas necessidades de informação passam a ser foco das pesquisas sobre uso da informação. Entretanto, estas pesquisas ainda estavam voltadas para a avaliação dos serviços de bibliotecas ou para

conhecimento de fluxos informacionais (ARAÚJO, 2007). Até essa década, o usuário era considerado somente como um informante em relação à unidade de informação, sendo obrigado a se adaptar aos serviços de informação existentes (FERREIRA, 1996).

A partir da década de 1980, diversos autores chamam atenção para a diversidade cognitiva que o indivíduo representa, demandando um entendimento maior da sua completude. Dentre essas novas abordagens, Baptista e Cunha (2007) apontam as seguintes teorias: o *sense making* de Brenda Dervin, quando o indivíduo descobre uma lacuna em seu conhecimento, analisa e escolhe uma das diversas maneiras de suprimi-la e o modelo de Carol Kuhlthau, baseado na ideia de que a pesquisa se desenvolve por etapas e que em cada etapa o indivíduo tem emoções diferenciadas. No campo alternativo também se situa Robert Taylor com a sua teoria da “informação com valor agregado”, ou seja, atribuição de utilidade aos dados. Outros autores identificados com essa linha são Belkin (1980) com a teoria do “estado anômalo do conhecimento”, teoria que serviu de base para os estudos de Kuhlthau (1991), e David Ellis com sua abordagem sobre “comportamento informacional”. Os primeiros estudos de usabilidade, relacionados com a interface entre sistema automatizado e usuário, também são identificados com o paradigma alternativo por se centrarem no usuário (BAPTISTA; CUNHA, 2007; CHOO, 2003).

A abordagem *sense making* ou construção de sentido de Brenda Dervin é a que melhor ilustra essa relação do sujeito com a informação atomizada. Para a pesquisadora, o caminho do conhecimento é uma estrada por onde o sujeito segue, encontrando constantemente lacunas, necessitando construir pontes para ultrapassá-las. As lacunas seriam vazios cognitivos e as pontes seriam construídas pelas informações necessárias ao preenchimento desses vazios (DERVIN, 1998).

Já as “dimensões situacionais” da necessidade e uso da informação são abordadas por Taylor (1986) que considera o ambiente estanque, limitado a um determinado contexto. Sua teoria é que cada ambiente apresentará um tipo de problema e que os grupos partilham os pressupostos sobre a natureza de seu trabalho e o papel que as informações podem desempenhar nele. Não se vê nas explicações de Taylor atenção dada às disputas, ao controle da informação que pode ser exercido por determinado interesse de um grupo ou de uma pessoa ou a

posição que a organização ocupa na estrutura social, qual é o papel dela e o que isso pode significar na geração e no uso de informações no seu cotidiano.

Nos estudos de Tom Wilson (2000), outro pesquisador identificado com o paradigma alternativo, aparece a ideia de realidade social como construída a partir da “aparência” que o mundo tem para os indivíduos, o que leva a entender que podem existir várias realidades e não uma única realidade construída historicamente pelas pessoas. Marx e Engels (2002, p.123) já afirmavam na *Ideologia Alemã* “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais”. O autor também não considera as relações conflituosas, marcadas pelo empoderamento de determinados grupos em detrimento de outros.

Na contemporaneidade, os EU passam a ser ferramentas de diagnóstico de uso da informação para as atividades de “gestão de recursos informacionais” e “gestão do conhecimento” (BARBOSA; PAIM, 2003⁸ apud ARAÚJO, 2007). Nas empresas, os EU são usados para municiar os gerentes e administradores com padrões de busca e uso da informação para as atividades de gestão organizacional e inovação tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento da “sociedade da informação” (CHOO, 2003 apud ARAÚJO, 2007).

Nesse sentido, Choo (2003) desenvolveu um “modelo multifacetado de uso da informação”, considerando as várias dimensões dos sujeitos. Todavia, não superou o caráter behaviorista e funcionalista que marca os EU, porque tenta construir um método que dê conta de prever o comportamento das pessoas a partir de um modelo de uso da informação. Avançou no sentido de defender a interdisciplinaridade para as pesquisas do campo, ao considerar as múltiplas determinações nas construções de significado entre os indivíduos, mas se manteve no mesmo patamar dos estudos anteriores ao considerar a mesma **maneira de olhar** o usuário da informação, a partir do viés comportamentalista.

Partimos da posição de que o usuário da informação é uma pessoa cognitiva e perceptiva; de que a busca e o uso da informação constituem um processo dinâmico que se estende no tempo e no espaço; e de que o contexto em que a informação é usada determina de que maneiras e em que medida ela é útil (CHOO, 2003, p. 83).

⁸BARBOSA, R.; PAIM, I. Da GRI à gestão do conhecimento. In: PAIM, I. (Org.). *A gestão da informação e do conhecimento*. Belo Horizonte: Escola da Ciência da Informação da UFMG, 2003, p. 7-32.

Logo em seguida o autor vai elaborar um modelo de busca e uso da informação, objetivando a constituição de um padrão para o comportamento informacional das pessoas.

Embora os comportamentos individuais em relação à informação possam apresentar uma variedade infinita, **pode-se encontrar alguma ordem retirando as camadas cognitivas, emocionais e situacionais que envolvem a busca e o uso da informação** (CHOO, loc. cit, grifo nosso).

E assim o autor vai desenvolvendo uma estrutura teórica para seu modelo de busca e uso da informação a partir das teorias dos autores do paradigma alternativo.

Parece ser necessário determinar um padrão de comportamento para que a busca e o uso de informação aconteçam da maneira mais eficaz possível, gerando conhecimento e tomando decisões rápidas para o bom desempenho da organização. Tudo muito ligado e funcional, como um sistema, onde todos os organismos que o compõem precisam funcionar harmonicamente para o bom funcionamento do todo. Obter um modelo de comportamento informacional é necessário para se prever as ações humanas e obter um funcionamento ideal da organização. Daí o viés behaviorista se destaca, ao se querer determinar comportamentos como se as ações humanas fossem apenas da ordem do psicológico e situacional.

[...] **é de notar que funcionalismo e behaviorismo se dão muito bem, pois ambos se baseiam na noção biológica de equilíbrio, de adaptação do homem ao meio.** De interação. Funcionalismo e behaviorismo não se rompem porque há como que uma passagem contínua do biológico ao social. A passagem é de continuidade, não de ruptura. Naturaliza-se o social ao mesmo tempo que socializa-se o biológico (LIMA, 1994, p. 71, grifo do autor).

Assim, a maneira como vêm se apresentando os EU no campo da CI tem corroborado com a visão acrítica e tecnologicamente determinada da emergência de uma nova ordem social, baseada na informação e no conhecimento. Muitas vezes, esse discurso serve para justificar a importância da realização dos EU que se limitam a verificar um “comportamento informacional” que seria “ideal” para a gestão empresarial ou o desenvolvimento de serviços de informação que colaborassem para a educação e o desenvolvimento de “competências informacionais” necessárias aos sujeitos da “sociedade da informação”.

Considera-se que o campo de EU deve superar esse foco na informação atomizada e na necessidade de se determinar comportamentos informacionais ideais, abarcando também concepções teórico-metodológicas que partem da

historidade e das contradições sociais. Nessa perspectiva, a informação deve ser entendida como constructo social, cuja apropriação não é somente subjetiva, também é conformada pelas as relações sociais, e é nesse sentido que no próximo tópico se debaterá outra apropriação da informação.

1.3 A apropriação ideológica da informação

Nesse tópico, pretende-se debater a condição da informação como um constructo social provido de valor ideológico, podendo ser apropriado de maneira paradoxal, reproduzindo a hegemonia ou questionando a ordem social. Nesse sentido, Cardoso (1996) define a informação como um produto das relações do individual com o coletivo, ou seja, das experiências pessoais inevitavelmente inseridas num contexto coletivo, com uma acumulação de conhecimentos constituídos socialmente. Assim, a autora entende que a informação é um

instituinte da cultura, ao revelar novas alternativas possíveis para a ação, que se cristalizam em práticas a serem reconsideradas, reinterpretadas, reformuladas ad infinitum, dando ocasião ao aparecimento e consolidação de outras manifestações culturais. Talvez possa ser dito ainda, nessa mesma linha, que a informação se constitui na energia de um processo autogerativo de acercamento do saber (CARDOSO, 1996, p.72).

Nessa perspectiva, Demo (2005) define a informação também como desinformação, como se fossem dois lados da mesma moeda. Essa ambivalência da informação está relacionada aos interesses individuais e de classe, uma vez que o sujeito interpreta a informação de acordo com sua conveniência, seu contexto social e a sua formação intelectual. Grupos dominantes mantêm suas posições utilizando também diversas formas de manipulação da informação por meio do controle dos meios de comunicação, da censura e até mesmo do “bombardeio” constante de várias informações descontextualizadas.

É sempre possível, pois, usar o melhor conhecimento para construir o mais refinado processo de imbecilização. Desinformar será, portanto, parte fundamental do processo de informação. Em parte este resultado é comum, porque, quando construímos a informação, procedemos seletivamente perante um cabedal por vezes transbordante disponível de dados, ou seja, selecionamos o que é possível captar, sem falar que preferimos o que nos interessa.

[...]

O problema da informação manipulativa, contudo, não deveria nos perturbar em demasia, porque lhe faz parte. Quando nos surpreendemos com efeitos manipuladores dos noticiários da televisão, por exemplo, damos um atestado de incrível ingenuidade, porque é impraticável informar com imparcialidade completa. **No fundo, adotamos a postura**

representacionista do conhecimento, segundo a qual retrata-se a realidade assim como ela é, como num espelho refletor. Este tipo de epistemologia está abalado, porque a própria biologia mostra que o cérebro humano não é máquina instrucionista que funciona apenas por algoritmos e instruções precisas, mas aparato selecionista evolucionário capaz de lidar com a ambigüidade de modo tipicamente reconstrutivo (DEMO, 2000, p.40, grifo nosso).

Outros autores da CI chamarão a atenção para a necessidade de se considerar as “comunidades discursivas” nas análises da área, bem como as determinações dos contextos sociais. A informação é definida por alguns desses autores como “conhecimento em ação”, em várias situações e processos sociais.

A necessidade de entender a questão da informação como conhecimento em ação e como oferta de sentido em determinados contextos sociais, onde o papel das comunidades de interpretação é decisivo, ganham relevo os aspectos humanos e antropológicos da informação, sua utilização no cotidiano pelas comunidades, tanto no domínio do senso comum, nas mais diversas situações, como no domínio de comunidades científicas e profissionais (AZEVEDO, 2007, p. 127).

[A informação pode ser definida como] Substrato da vida social, fundamental à compreensão dos fenômenos, requerendo daquele que a recebe submetê-la a um processo de análise, crítica e reflexão, para que, inserindo-o na historicidade dos processos sociais possa ser incorporada como conhecimento, norteando a ação (REIS, 1999, p.155).

Bernd Frohmann chama a atenção para as limitações do foco da CI sobre as questões instrumentais da informação, ressaltando a importância de compreendê-la a partir das relações sociais, especialmente as relações de dominação e opressão mediadas também pela informação.

A fixação [das áreas de Biblioteconomia e CI] em questões instrumentais, com foco sobre maximização técnica e gerencial da eficiência de fluxos informativos [... leva os estudos a] obscurecer as questões ligadas às relações entre informação e poder. O foco sobre problemas instrumentais e questões epistemológicas restritas ao estabelecimento e policiamento de fronteiras entre disciplinas desvia a atenção de questões de como o poder é exercido em e através de relações sociais mediadas por informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos e como formas específicas de dominação – especialmente aquelas de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação (FROHMANN, 1995, p.03 – 04)⁹

⁹ Tradução e adaptação livre de: “A fourth limitation of LIS thinking is its fixation on instrumental issues. Much of the literature proposes studies in aid of technology implementation, improving communication between government departments, increasing access to government documents, facilitating STI transfer, and similar problems related to the engineering concerns of government information management. [...] Research proposals such as these are submitted, however, in a context of conflicting tendencies: on the one hand, a clear recognition of the impotence of policy recommendations and on the other, a touching faith that logical, epistemological and disciplinary rigour will set things right. A fifth, and perhaps the most important limitation imposed by LIS on IP studies is occlusion of issues concerning the relations between information and power. The focus on instrumental problems and epistemological issues concerned with establishing and policing borders between disciplines deflects attention from questions of how power is exercised in and through the

Nessa perspectiva, Frohmann (2006) aborda como os documentos materializam os discursos decorrentes da ordem social representada neles. O autor busca em Michel Foucault o debate sobre a materialidade das enunciações – nessa perspectiva, materialidade diverge de coisificação, estando próximo ao conceito de massa e inércia da física moderna, que seriam, de acordo com o autor, fontes para a compreensão da força e do poder da enunciação contida nos documentos. Assim, o documento representa uma “posição” das instituições, causam reações, determinam rotinas, expressam poder para configurar a sociabilidade. Em outras palavras, o documento materializa as relações sociais, principalmente as relações entre os indivíduos e as instituições que “normatizam” a sociedade, sendo fonte de informação para a interpretação das relações de poder, constituindo, eles próprios, essa relação de poder materializada.

Os debates em torno das questões sociais que envolvem a produção, organização e apropriação da informação, Capurro (2003) denominará como paradigma social da CI. Nessa perspectiva, considerar a historicidade e a totalidade das relações sociais é importante para entender a informação como construto social e não “fenômeno” autônomo, alheio à história.

E é tratando a informação como constructo social que Lênin (1975) vai definir seu “caráter de classe”, uma vez que, na opinião desse teórico, cada classe social se apropriará da informação de acordo com seus interesses como classe. Nas sociedades de classes, os principais meios de disseminação de informações serão sempre controlados pela classe dominante, mesmo em períodos ditos democráticos, em que há um controle menor da informação. Segundo este autor, na nascente União Soviética, a informação ainda manteria esse caráter classista pelo fato de ainda existir a divisão em classes. Nesse sentido, os instrumentos usados para a divulgação da informação não podem ser considerados neutros, sendo, assim, entendidos na perspectiva das disputas entre as classes. Lênin (1975) atribui uma substancial importância para o jornal do partido bolchevique, como um subsídio para a organização política dos trabalhadores. A informação trazida pelo jornal seria

social relations mediated by information, how dominance over information is achieved and maintained by specific groups, and how specific forms of dominance especially those of race, class, sex and gender are implicated in the exercise of power over information.”

usada pela classe na defesa do movimento operário, buscando meios próprios, e independentes de outras classes, a divulgação de informações que favorecessem a sua resistência em contraposição aos detentores de capital. Sua preocupação também se estendia ao rádio e às bibliotecas. Em relação às últimas, são várias as cartas enviadas ao Comissariado para a Instrução Pública¹⁰, reivindicando maior atenção às formas de organização e atendimento das bibliotecas espalhadas pelo país, inclusive decretando o funcionamento das mesmas durante todos os dias da semana de 08 às 23h. As bibliotecas seriam instituições importantes para a educação e formação dos trabalhadores para a construção do que seria uma nova sociedade (LENIN, 1975, p. 313-314).

Nos Estados Unidos, as bibliotecas também cumpriram papel de auxiliar na educação de estrangeiros que chegavam ao país. Durante os anos 1930, pesquisadores estavam em busca do entendimento das particularidades dessa comunidade, na medida em que a cidade recebia grande contingente de imigrantes provenientes de diversos países. Estes estudos visavam à criação de serviços bibliotecários como instrumentos para educação de uma comunidade deveras heterogênea. Analisando os objetivos dos estudos realizados naquela época, percebe-se a intenção de se fortalecer bibliotecas e serviços de informação como instituições de educação e controle dos imigrantes. Os serviços de educação e leitura se bastariam à reprodução do que seria melhor para a sociedade estadunidense: formar os imigrantes para o trabalho, integrando-os à sua nova comunidade, garantindo a hegemonia de ideias e comportamentos já existentes (ARAÚJO, 2008; FIGUEIREDO, 1994).

O controle exercido sobre a informação também foi verificado por Caplan et al (1975)¹¹, citado por Choo (2003, p. 78), que investigaram o uso da informação oriunda das pesquisas do campo das Ciências Sociais no desenvolvimento de políticas de governo. Foi observada a maneira como funcionários do alto escalão do governo dos Estados Unidos utilizavam informações. Os pesquisadores constataram que “as implicações políticas dos resultados de pesquisa pareciam superar qualquer outra consideração quando se tratava de determinar se a informação era usada ou não” (CHOO, *loc. cit.*). A maneira de pensar, motivada pela posição ocupada pelos

¹⁰Seria o equivalente no Brasil ao Ministério da Educação.

¹¹CAPLAN, N. et al. *The use of social science knowledge in policy decisions at national level*. Ann Arbor: University of Michigan, 1975.

participantes da pesquisa, determinava a forma e a extensão de uso da informação. Os pesquisadores identificaram três formas de lidar com a informação.

Aqueles que tinham um estilo clínico conseguiam analisar a lógica interna objetiva ou científica de uma questão, assim com suas implicações ideológicas. Aqueles que possuíam um estilo acadêmico concentravam-se na lógica interna das questões aqueles que tinham um estilo advocatício tendiam a ignorar a lógica interna e a privilegiar as considerações políticas (CHOO, loc. cit.).

A existência de classes sociais antagônicas leva a uma disputa também sobre os bens simbólicos, entre eles informações geradas em diversos processos, que podem ser usados para se estabelecer a hegemonia de uma determinada classe social, por meio do estabelecimento da sua visão de mundo como um senso comum. A hegemonia é entendida aqui como dominação que pretende a imposição de uma única forma de se explicar os fenômenos sociais, políticos e econômicos, entre outros, que é imposta por uma classe dominante (GRAMSCI, 1989). Assim, na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, a burguesia, como classe dominante, usará diversos meios para manter a hegemonia da sua visão de mundo, da coerção ao convencimento, usando as instituições sociais e produtos simbólicos. Ao conjunto de ideias sobre as relações sociais ou sobre a visão de mundo, vários autores do campo da filosofia e ciências sociais chamam de ideologia.

Ideologia foi um termo retomado por Marx para designar um determinado conjunto de ideias dominantes sobre a realidade que, na verdade, refletem os interesses da classe dominante. As instituições como a igreja, os serviços de educação, a moral, o direito, a filosofia estão ligados aos interesses das classes dominantes e reproduzem as ideias para a manutenção do *status quo* da sociedade (LÖWY, 1985).

Posteriormente, outros estudiosos vinculados ao marxismo dão continuidade às definições do termo. Para Lênin as ideologias estão vinculadas aos interesses de classe e dizem respeito às concepções da realidade social que cada classe elabora. Assim, existiria a ideologia proletária, ligada a ideia de emancipação dos trabalhadores por meio da construção de uma sociedade socialista e a ideologia burguesa, conjunto de representações sociais dominantes na sociedade capitalista. Karl Manheim desenvolveu a distinção entre ideologia e utopia. Para o autor, ideologia seria o conjunto de teorias, representações que não questionam a ordem existente, a reproduzem como se fosse natural, voluntária ou involuntariamente. A

utopia seria o conjunto de ideias que negam a ordem existente, a criticam e buscam a sua superação. A utopia não seria algo impossível, mas um estado de coisas que ainda não existe, que “não está em lugar nenhum” (LÖWY, 1985, p. 13-14). O próprio Löwy (1985) chama essas representações da sociedade como “visão social do mundo” que está ligada aos interesses das classes sociais.

Ainda, segundo Löwy, é importante destacar os princípios da historicidade, totalidade e conflito para a análise da realidade social e entendimento de como se desenvolvem as ideologias de cada época. As representações de mundo se alteram conforme também se modificam as relações de produção e reprodução entre os indivíduos. As visões do social devem ser entendidas nas suas limitações históricas, pois a realidade observada não é definitiva, está em constante transformação.

O segundo princípio é a totalidade. A ideologia ou a leitura sobre a sociedade estão relacionadas com as condições políticas, econômicas e sociais, com o desenvolvimento das classes sociais. Por último, o princípio da contradição. Existe contradição entre as ideologias e as utopias, o que está relacionado à contradição e enfrentamento entre as classes sociais.

Mészáros (1996, p.15) chama a atenção para o poder que exerce a ideologia dominante que “tem uma capacidade muito maior de estipular aquilo que pode ser considerado como critério legítimo de avaliação de conflito, na medida em que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade”. Consequentemente, o conhecimento produzido e reproduzido pelas classes dominantes é acrítico, servindo à manutenção da ordem, mesmo que carregada de contradições e desigualdades.

Se os processos ideológicos são fundamentais para a manutenção da dominação das classes superiores, a hegemonia¹² não se resume a isso. É importante ter em mente que dominação é exercida na combinação entre convencimento e coerção. Dessa maneira, as informações produzidas pelas classes superiores em seus diversos aparelhos como meios de comunicação, igrejas, associações, dentre outras ferramentas ideológicas, estão em constante

¹²O conceito de hegemonia é um dos mais importantes no pensamento marxista, tendo uma especial abordagem feita pelo italiano Antonio Gramsci. Apesar da pesquisa aqui desenvolvida tratar da dimensão ideológica deste fenômeno, não se pretende, neste momento, aprofundar tal problemática, uma vez que isso será feito no decorrer da pesquisa. Sobre a abordagem que se pretende promover aqui, cf. Bianchi (2007), Dias (1996;1999; 2000), Gramsci (2001).

combinação com os instrumentos de violência. Quando Gramsci (2001, p. 241-242) afirma que “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”, o que está sendo exposto é que não é possível exercer hegemonia nem somente por força física nem exclusivamente por meios simbólicos, mas na conjugação de ambas as esferas.

Assim, as relações de poder, em última instância, configuram a manipulação da informação, afinal, “no quadro social, a informação nunca aparece apenas como algo ‘informativo’, mas como tática de influência privilegiada” (DEMO, 2000, p.40). No outro extremo, para Pedro Demo, aqueles que denunciam a manipulação feita pela classe dominante também “manipulam” a informação ao desejarem “falar pelo excluído”. Nesse sentido, é necessário entender a informação como algo construído socialmente, segundo as condições de um determinado período histórico.

Na contemporaneidade, segundo Armand Mattelart, o estudo da informação deveria considerar os elementos ideológicos embutidos na própria informação e nos processos de sua circulação. Para o autor, a utilização de “produtos culturais” possui o objetivo de dominação imperialista e manutenção da divisão internacional do trabalho, na qual países do terceiro mundo ocupam a posição de consumidores de informações, tecnologia, ciência e entretenimento dos países centrais. De acordo com Araújo (2009b), na maneira de Mattelart estudar a informação:

A informação, em lugar de ser estudada “em si mesma”, é compreendida articulada aos contextos políticos e econômicos nos quais é produzida e nos quais circula, constituindo-se tanto como elemento de dominação quanto como o elemento capaz de impulsionar o processo revolucionário (ARAÚJO, 2009b, p.13).

Tendo em vista o exposto anteriormente, esta pesquisa lida com o conceito de informação como constituída pelas relações sociais. Provida de valor ideológico, também pode ser transformada em mercadoria se submetida às relações capitalistas de produção. Nessa perspectiva, a informação não pode ser considerada como um elemento neutro, sua produção, organização e disseminação estão vinculadas aos interesses das classes sociais. Na sociedade capitalista, a classe dominante, detentora inclusive dos principais meios de comunicação, determinará as condições e os valores da circulação da informação (LOPES, 2008), restando aos trabalhadores meios alternativos para a constituição de suas práticas informacionais. Dessa maneira, estudar os “usuários de informação” significa compreender como as

peças desenvolvem suas práticas informacionais tendo em vista as contradições que permeiam a produção e disseminação de informações, conforme apontado anteriormente.

1.4 A contribuição da sociologia da prática de Bourdieu para o estudo das práticas informacionais

*Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou coisa.
Ninguém é igual a ninguém.
Todo o ser humano é um estranho.
Impar.*

Carlos Drummond de Andrade

O quadro teórico-metodológico dos EU não abarca o indivíduo como um sujeito que está permeado de contradições, inserido num determinado momento histórico, constituído socialmente, como “síntese de múltiplas determinações e, portanto, unidade do diverso”, parafraseando Karl Marx. Os estudos que se pautam pela abordagem cognitivista, ao desconsiderarem ou secundarizarem os aspectos sociais, chegam a resultados limitados, pois se focam na tentativa de explicar comportamentos dos usuários. Além de considerarem os sujeitos isolados da realidade social, como se fossem seres que em alguns momentos possuem lacunas em seu conhecimento e precisam preenchê-las com informações.

Outros estudos, que procuram entender o usuário a partir de um contexto, limitam-se à conjuntura da instituição ou de um grupo, sem considerar as relações conflituosas e as diferenças sociais impostas por uma sociedade dividida em classes. Assim, por exemplo, quando se fala na gestão do conhecimento numa empresa, funcionários, gestores e patrões são vistos como “iguais” cada um dispondo de um conjunto de informações ligadas à natureza de sua função, desconsiderando as diferenças de posse de informação em relação ao lugar ocupado pela pessoa na empresa.

Desse modo, considera-se a informação constituída socialmente por sujeitos que vivem em permanente conflito e submetidos às relações capitalistas de produção. O “usuário” também é trabalhador ou empresário, homem ou mulher, faz parte de uma etnia, possui sua visão de mundo, seus gostos e interesses construídos por meio das relações sociais, frutos da constituição do seu *habitus*,

categoria que será definida adiante. A condição social e as relações sociais conformarão as práticas informacionais desse “usuário” que se relacionam com as condições de circulação da informação na sociedade. A exclusão social, o analfabetismo, a exclusão digital e os baixos investimentos em bibliotecas públicas ou políticas públicas de leitura e educação, a alienação do trabalhador no capitalismo, entre outros fatores, podem influenciar nas práticas informacionais dos trabalhadores.

Como essa pesquisa pretende contribuir para a crítica no campo de EU, usar-se-á a expressão “práticas informacionais” substituindo “comportamento informacional”. Os estudos voltados para o comportamento informacional estão centrados em quantificar e padronizar tal comportamento, baseando-se em variáveis pré-estabelecidas, desconsiderando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e secundarizando as implicações sociais neste processo.

O estudo das práticas informacionais considera os significados atribuídos pelos sujeitos durante as ações de buscar, apropriar e disseminar informações nos “espaços constituídos e concretos de realização” de tais práticas (MARTELETO, 1995, p. 91). Essas práticas se realizam também como construção social, com as múltiplas determinações constituídas nas relações capitalistas de produção. O sujeito que realiza tais práticas deve ser visto numa perspectiva histórica, inserido numa sociedade complexa e contraditória.

Nesse sentido, o estudo das práticas informacionais pode buscar na sociologia da prática de Pierre Bourdieu categorias de análise que podem auxiliar no entendimento da relação entre indivíduo, prática informacional e sociedade. Bourdieu desenvolveu várias categorias para analisar os campos científico, cultural, educacional, artístico, entre outros, buscando aliar e superar as categorias do objetivismo, da fenomenologia e do pensamento de Marx. Dessa maneira, ele buscou compreender as relações de disputa entre dominadores e dominados não só numa perspectiva econômica, como também a partir das marcas que essas disputas deixam na subjetividade das pessoas, conformando a ação delas frente às situações do cotidiano. Em sua compreensão sobre a sociedade, o antagonismo entre as classes sociais e as disputas entre os indivíduos determinam a distribuição de recursos para o confronto num determinado campo social.

O campo social seria o *locus* onde os atores disputariam suas posições conforme o *quantum* de capital específico que dispusessem, por exemplo, o campo científico, o campo da moda ou, como no caso dessa pesquisa, o campo sindical. Assim, as desigualdades na sociedade capitalista se refletem nas disputas nos campos sociais, onde o capital específico está distribuído de maneira desigual. Esses campos ou microcosmos (artístico, jurídico ou científico, por exemplo) dispõem de certa autonomia em relação à sociedade ou macrocosmo. Bourdieu não restringe sua análise sobre as posições dos atores no campo à categoria de classes sociais. O autor está pensando sobre a posição ocupada pelos indivíduos, em determinado campo, que está ligada à quantidade de capital social que este indivíduo possui e, quanto melhor a posição de uma pessoa neste campo, maior será o empenho dele para manter-se nessa posição (BOURDIEU, 2004). Cada sujeito se estrutura por meio do *habitus*, "sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes" (BOURDIEU, 1983, p.61).

As condições do exercício do *habitus* estão relacionadas a uma situação social, econômica, política – "estado particular dessa estrutura". Não é uma coleção passiva de conhecimentos, um conjunto de regras que aplicamos às situações sociais (STEVENS, 2003¹³, p.72). É o que está no ator, no sujeito, na linguagem, na biografia cultural e na história individual, conformada, essencialmente, pela sua trajetória social dentro da família e de seu sistema de valores (*habitus* primário) e pela herança cultural e formação educacional da escola (*habitus* secundário).

Sendo assim, as experiências espaciais e temporais dos sujeitos derivam de suas percepções, atitudes e práticas geradas pelo *habitus*. Quando muda a posição de uma pessoa ou grupo dentro da sociedade, mudam também as suas relações sociais e o espaço social (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

Assim, o *habitus* é o produto das relações sociais que engendra a formação do indivíduo, conformando e orientando sua ação, num determinado contexto. O *habitus* se constitui em classificações que o indivíduo internaliza durante sua história de vida por meio da família (*habitus primário*), dos ambientes que frequenta e da sua formação escolar (*habitus secundário*). Tais classificações mantêm o sistema de dominação em dois sentidos: por meio do discurso ideológico e da "categoria lógica que ordena a própria representação social" (ORTIZ, 1983, p.16). Assim, o sujeito realiza suas ações ou faz suas escolhas a partir da dialética entre a situação vivida e o seu *habitus*, ou seja, o conjunto de ideias, gostos, maneiras de perceber o mundo.

¹³ STEVENS, G. *O círculo privilegiado: fundamentos da distinção arquitetônica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

“O *habitus* enquanto sistema de disposições duráveis é a matriz de percepção, apreciação e ação, que se realiza em determinadas condições sociais” (ORTIZ, 1983, p.19). Para Bourdieu, esse sistema garante a reprodução da ordem social antagonica e o campo é o *locus* onde se dá a disputa entre os diferentes agentes, cada qual dispondo de seu *capital específico* para manter sua posição no campo, mas todos compartilhando das mesmas regras para realizar a disputa.

Para Bourdieu, a comunicação se dá enquanto “interação socialmente estruturada”, isto é, os agentes da “fala” entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. O ouvinte não é o “tu” que escuta o “outro” como elemento complementar da interação, mas se defronta com o “outro” numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global (ORTIZ, 1983, p. 13).

As práticas dos sujeitos, cada um com suas percepções, gostos, maneiras de entender a realidade, internalizados pelo *habitus*, mantêm o *habitus* coletivo e alimentam a construção do *campo*. O *campo* é o lugar estruturado pelas ações, representações e relações sociais, a “estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus*” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

O conceito de *campo* serve para **construir a informação como expressão cultural de sujeitos posicionados pela estrutura**. Bourdieu (1998, p.160)
¹⁴lembra que “efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico”, mas atrelado à posse das diferentes espécies do *capital* e da distância física de bens ou serviços, também dependente do *capital* (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, grifo nosso).

A noção de *capital* foi retomada por Bourdieu de Marx, porém a categoria *exploração*, importante para o marxismo uma vez que o capital é relação social constituída a partir da apropriação de mais-valia pelo empregador sobre a exploração do trabalho alheio, foi suprimida (BURAWOY, 2010). Para Bourdieu, o capital é o acesso a uma determinada “quantidade” de condições para um indivíduo ou grupo se posicionar num *campo*. Os dominadores possuem um *máximo de capital* – cultural, social, político, profissional, econômico, linguístico, simbólico e informacional. Os dominados detêm o *mínimo desse capital*. A esse acesso desigual que perpetua a relação de dominação, Bourdieu chamou de *violência simbólica* (ORTIZ, 1983; NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

Assim, o autor evidencia a disputa entre os próprios capitalistas, uma vez que neste campo também existem dominadores e dominados e não somente na relação entre capitalista e trabalhador, porém desconsidera a relação de exploração quando

¹⁴BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

debate a aquisição do capital cultural, tendendo a colapsar as relações de propriedade, de produção, de distribuição com o processo de trabalho, a divisão do trabalho e as relações produtivas, “reduzindo a divisão do trabalho à simples posse de um capital” (BURAWOY, 2010, p. 37). Ademais, Marx e Engels (2002) já chamavam atenção para a divisão do trabalho (posicionamento no campo) entre os membros da classe dominante como divisão entre o trabalho manual e intelectual de tal forma que, no interior dessa classe, há uma parte dedicada a pensar e desenvolver suas ideologias e outra a recebê-las passivamente, o que não dispensa a relação de disputa entre os membros dessa classe.

Na visão de Bourdieu, há um consenso entre dominantes e dominados e a disputa travada entre os agentes não levará a uma transformação, pois a sociedade é compreendida por ele como “estratificação do poder” (ORTIZ, 1983). Aliás, Bourdieu não se debruçou a teorizar sobre a produção da desarmonia entre *habitus* e campo, o que poderia levar à transformação social. A conformação da sociedade capitalista sujeita a classe trabalhadora ao ocultamento da exploração (alienação) por meio do fetichismo da mercadoria e dos poderes da ideologia que conformam uma visão única de mundo, como se o capitalismo fosse eterno. Para Bourdieu, a constituição de um *habitus* profundo nos trabalhadores faz com que não percebam a relação de exploração à qual estão sujeitos (BURAWOY, 2010).

Sobre a consciência de classe dos trabalhadores, Burawoy (2010) confronta a teoria sobre a hegemonia de Gramsci e a *violência simbólica* de Bourdieu. Retomando o conceito de hegemonia, segundo o qual, a organização social se dá a partir do consentimento entre exploradores e explorados, consentimento este que surge da hegemonia de ideias de uma classe dominante. Essa hegemonia nasce na fábrica, na relação de produção, sendo reproduzida por meio das instituições como a escola, a família, a igreja, combinada com a violência física, com o uso da polícia e da justiça. Assim, a hegemonia é um processo dialético de convencimento dos dominados por vários meios simbólicos ou culturais, a partir da combinação do convencimento e coerção praticados pela classe dominante.

Gramsci nos ensina que toda hegemonia é sempre momento de reprodução e de transformação; de nada nos adiantaria tomar uma posição moral contra o poder quando, na realidade, o problema consiste em saber quem o utiliza, e para que fins (ORTIZ, 1983, p.29).

Em Bourdieu, a *violência simbólica* exercida pelos dominadores sobre os dominados, a partir da internalização do *habitus*, conduz a mistificação da relação de classe fundada na dominação. Assim, o “consentimento consciente” de Gramsci é substituído pela “mistificação capitalista” em Bourdieu. A dominação simbólica “é marcada a ferro e fogo sobre a psique individual, ao passo que a hegemonia é o efeito das relações sociais nas quais os indivíduos estão inseridos” (BURAWOY, 2010, p.93).

A dominação simbólica repousa na subjetivação da estrutura social nos corpos, com a formação de um *habitus* arraigado e inconsciente, ao passo que a hegemonia no ambiente de trabalho repousa sobre indivíduos inseridos em instituições específicas que organizam o consentimento à dominação - ela própria uma pré-condição para mistificação da exploração (BURAWOY, loc.cit.).

Ao estudar a transição política e econômica na Rússia de Gorbachev, Burawoy (2010, p. 101-103) verifica que a noção de *habitus* foi importante para compreender por que as mulheres se adaptavam melhor à nova organização político-econômica em relação aos homens. Ele verificou que as mulheres possuíam um *habitus* “flexível e multidimensional” e os homens, um *habitus* “rígido e unidimensional”. O que levou este pesquisador a concluir que o “*habitus* se torna mais determinante apenas quando o contexto social se torna menos estruturado”. Assim, num contexto estabilizado, estruturado, no qual as pessoas estão submetidas às repetitivas relações sociais, o *habitus* estaria em segundo plano na conformação da ação dos sujeitos.

À medida que participamos das relações capitalistas de produção, todos nós experimentamos o mascaramento do trabalho excedente - pouco importa o nosso *habitus*.

[...]

Mas ao invés de [as disposições estruturantes] serem tão determinantes e totalizantes como Bourdieu afirmava, as disposições herdadas são postas em segundo plano devido às enfadonhas, repetitivas e incessantes relações sociais, nas quais tanto os dominantes como os dominados entram juntos. Somente quando essas relações sociais perdem sua coesão e coerência o *habitus* assume o controle. O *habitus* desempenha papel coadjuvante na reprodução da dominação, porém, pode desempenhar o papel principal na criação de novas ordens sociais (BURAWOY, loc. cit.).

Ademais, para Bourdieu existe uma relativa autonomia dos campos sociais em relação às mudanças na política e economia que acontecem na sociedade. Dessa maneira, as mudanças nos âmbitos políticos e econômicos não se transferem automaticamente para os campos sociais. Nesse sentido, Ortiz (1983) considera a

importância da teoria Bourdieu desde que seja relacionada à dinâmica da História, marcada por reproduções, mas, também, por transformações da realidade social.

Assim, as ações de se informar ou de produzir e disseminar informações, realizadas pelo sujeito, estarão submetidas a essa dialética entre o *habitus* e a situação vivida que leva o sujeito a buscar, produzir ou disseminar informações. E isso acontecendo num campo social (seja a academia, a empresa, o campo sindical, artístico, etc.) onde o sujeito ocupa determinada posição e utiliza do seu *capital* específico, no caso o capital informacional, para realizar embates. E essas relações no campo podem estar no marco da reprodução, mas também podem levar à transformação, desde que haja uma conjuntura social favorável para isso¹⁵.

Nessa perspectiva, as autoras Nascimento e Marteleto (2004) defendem uma aproximação da CI com os conceitos da sociologia de Bourdieu para se compreender a informação constituída historicamente nas relações sociais. Sua abordagem se liga à leitura de Hjørland¹⁶ de que a melhor maneira de se estudar a informação na CI seria “estudar os domínios de conhecimento relacionados com suas comunidades discursivas” e não restringir a análise no “usuário” ou na “informação como coisa”. Assim, os conceitos de Bourdieu podem ampliar a perspectiva de análise da CI ao considerar a informação como um “fenômeno” constituído socialmente.

Os conceitos de *campo* e *habitus* de Bourdieu ampliam o conceito de comunidades discursivas de Hjørland, ao possibilitar o entendimento sobre o funcionamento e os embates das comunidades e o modo como produzem, mediam e fazem uso das informações. A hipótese é que, assim, os processos de produção, transferência e uso das informações como prática de um domínio de conhecimento revelam a *informação construída* pelas comunidades discursivas em seu ambiente social e cultural (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

Dando continuidade a essa perspectiva, resgata-se o campo da informação social que compreende a informação de modo dialético, o que significa considerar a

¹⁵ Pode-se verificar esse processo em vários momentos da História. Recentemente, o povo árabe, mesmo conformado pelo *habitus* a reproduzir as relações sob um regime ditatorial, realizou várias manifestações e ocupações das praças, levando a cabo revoluções democráticas que ficaram conhecidas como Primavera Árabe.

¹⁶ Para uma leitura sobre o paradigma social ou o *domain analysis* de Hjørland ver HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v.58, n.4, 2002, p. 422-462. HJØRLAND, B. *Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to Information Science*. New York: Greenwood Press, 1997. HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domainanalysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v.46, n.6, p.400-425, Jul.1995.

realidade em permanente movimento. Assim, objeto e sujeitos dessa pesquisa foram apropriados a partir da “historicidade dos sujeitos cognoscentes e objetos cognoscíveis”, da totalidade dos acontecimentos sociais e da tensionalidade presente na sociedade (CARDOSO, 1994, p. 111-112).

Os sujeitos dessa pesquisa são professores que estão submetidos a um processo de proletarização de sua profissão, no contexto da “sociedade da informação”, novo marco do capitalismo que se organiza de uma maneira mais flexível a fim de explorar de maneira mais dinâmica o trabalho, extraindo maior lucratividade à custa da piora de vida dos trabalhadores (DEMO, 2010; TAVARES, 2008; ANTUNES, 2003; KUMAR, 1997).

Além disso, o capitalismo garante sua hegemonia também por meio dos discursos sobre o fim das ideologias e a inviabilidade de novas formas de organização social e produtiva, usando o exemplo da restauração capitalista dos estados operários burocratizados¹⁷, cujos reflexos foram observados pelo esvaziamento dos movimentos sociais, principalmente os sindicatos, ao longo da década de 1990. Ademais, existe um processo de convencimento das pessoas em relação ao discurso da individualidade e competitividade, saídas para a melhoria de vida, em detrimento da organização coletiva. É nesse contexto histórico onde os professores conformam diversas práticas informacionais no seu cotidiano marcado, ainda, com a ampliação do uso das TICs tanto no trabalho quanto nas relações interpessoais e na organização social.

Finalmente, corrobora-se com Burawoy (2010) de que a incorporação do *habitus* não é decisiva para a manutenção das relações de dominação sob o capitalismo. A alienação do trabalhador que é subsumido à relação de produção capitalista, conjugada com a mercadorização da sociedade que mascara as relações de dominação da sociedade também determina a reprodução dessas relações

¹⁷Expressão usada por Trotsky ao definir o caráter do Estado na União Soviética na década de 1930. Segundo o autor, a União Soviética teria conquistado a expropriação dos meios de produção da burguesia, colocando-os a serviço do Estado soviético, garantindo o desenvolvimento da economia e melhoria de vida para a população. Entretanto, o controle do Estado não estaria de fato nas mãos dos trabalhadores, uma vez que o poder político era exercido pela burocracia soviética que gozava de privilégios e usava de sua posição para perseguir a liberdade de organização e de expressão dos trabalhadores. Neste sentido, os trabalhadores soviéticos deveriam cumprir a tarefa da revolução política, ou seja, conquistar o poder do Estado, sufocando a burocracia para garantir a democracia. A revolução política seria necessária para o avanço do socialismo naquele país. Cf TROTSKY, L. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS?* São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

desiguais. Contudo, considera-se uma categoria importante para a compreensão do objeto empírico proposto, uma vez que se entende que as práticas informacionais acontecem no movimento dialético das necessidades subjetivas, com interpretações subjetivas, porém, conformadas pelas relações sociais, ora alienadas e fetichizadas.

2 A PROLETARIZAÇÃO DO PROFESSOR E A CONSTITUIÇÃO DO SINDREDE/BH

Parem de associar qualidade de educação com professor em sala porque não tem como ter qualidade de educação com professores três horários em sala de aula. É assim que os professores multiplicam os 930 [reais], 930 de manhã, 930 à tarde e 930 à noite, pra poder sobreviver.

Professora Amanda Gurgel¹⁸

Neste capítulo, será apresentado o conceito de proletarização do trabalho do professor do ensino básico, relacionando essa condição com os planos para a educação pública em Belo Horizonte. É nesse contexto que o professor vivencia sua profissão e se organiza sindicalmente. Em seguida, será apresentado a atual conjuntura do sindicalismo docente e a reorganização dos trabalhadores nas suas entidades sindicais históricas. Nesse quadro, será apresentada breve história do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SindUTE/MG), a guinada da sua direção para um sindicalismo de conciliação com os governos e o rompimento do sindicato dos professores da RMEBH com o SindUTE/MG e criação do SindRede/BH.

2.1 O professor proletarizado

É a carreira e o trabalho que me têm a mim, não eu a eles.

Lamento do prof^o. Tertuliano Máximo Afonso¹⁹

¹⁸ Depoimento em Audiência pública sobre o cenário atual da educação no Rio Grande do Norte na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em 10 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yFkt0O7lceA>>. Acesso em 24 abr. 2012.

¹⁹ SARAMAGO, J. *O homem duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

As greves de docentes do ensino básico das redes públicas brasileiras, ocorridas durante o ano de 2011, chamaram a atenção de toda a sociedade para a questão do trabalho docente e para a condição da educação em geral. Não por acaso, o vídeo no qual a professora potiguar Amanda Gurgel fala das suas condições de trabalho, numa audiência pública sobre educação, foi acessado por milhões de pessoas, o que levou a professora a ser entrevistada por um programa de auditório dominical na Rede Globo de Televisão e por outras emissoras. A greve dos professores da rede estadual de Minas Gerais, que se estendeu por 112 dias, contou com o apoio de um setor da sociedade mineira, expressado, inclusive, por meio das redes sociais, principalmente o *Facebook*, e das manifestações nos dias de assembleia da categoria. Assim, não é novidade os baixos salários pagos a um professor, obrigando-o a acumular dois, até três cargos ou a ter dois ou mais empregos distintos.

O professor está envolvido nas mesmas relações sociais de qualquer outro trabalhador, tendo sua força de trabalho explorada, ao ser obrigado a vendê-la seja para o dono da escola particular, seja para o Estado (MIRANDA, 2005). Entender a localização da escola e do professor na esfera produtiva é importante para a análise de suas práticas informacionais porque é nessa esfera que ele se constitui como ser que se relaciona com outros trabalhadores da educação, com seus alunos e a comunidade escolar, na formação de novos trabalhadores ou novos capitalistas.

Ao não ter nada além da sua força de trabalho para trocar no mercado com algum capitalista pelo necessário à sua sobrevivência, o trabalhador é alienado do processo, do produto do trabalho e da sua própria dimensão humana, uma vez que sua força de trabalho se torna uma mercadoria necessária para a geração de mais riquezas que são apropriadas privadamente por algum dono de empresa.

A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho é, portanto, o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista. [...] De um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios (MARX, 1994, p.664).

Assim, considerando que o trabalho é gerador de informação, o trabalhador é alienado do conjunto de informações que capta em seu ambiente de trabalho, na relação com outros trabalhadores, com o ambiente e com as máquinas, produzindo não para si, mas para outrem, para aquele que paga seu sustento. O seu conhecimento é alienado naquilo que produz para o enriquecimento daquele que o contrata. Mas, o professor da rede pública, que não produz diretamente para o capitalista, também é alienado?

Miranda (2005) afirma que o professor é um trabalhador e vende sua força de trabalho, que é a capacidade de formar novos trabalhadores ou capitalistas, para uma instituição educacional pública ou privada, sendo essa a maneira pela qual ele sobrevive. “Os trabalhadores da educação são trabalhadores assalariados em sua totalidade, sem propriedade dos meios de produção, possuindo parcial controle do processo de trabalho e flexibilizado nas suas formas de contratação” (MIRANDA, 2005, p. 08).

Assim, o professor é um trabalhador que possui um conhecimento da docência, um *quantum* de informações para lapidar o sujeito que busca a formação escolar. Entretanto, não basta ao professor ter conhecimento, ele precisa estar na escola para exercer a sua profissão²⁰. Dessa maneira, a escola é o principal *locus* para o professor exercer a docência e receber em troca o necessário à sua sobrevivência em forma de salário. A forma de contratação desse professor pode variar, mesmo no serviço público. Ele pode ser concursado efetivo, contratado temporário para substituir outro professor, ou um contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou também ser um contratado horista, essas duas últimas formas são mais comuns no ensino privado, dentre outras modalidades de contratação. O mesmo professor pode ser horista pela manhã na rede particular de ensino e contratado temporário à tarde na rede pública, por exemplo. Essa multiplicidade de contratos é um dos elementos da precarização e proletarianização do trabalho docente, gera insegurança e impacta na organização política e sindical destes trabalhadores (MIRANDA, 2005). Além disso, o professor pode exercer outra profissão.

²⁰ Com exceções de profissionais que trabalham por conta própria que também dependem da existência das instituições escolares para ministrarem, por exemplo, aulas particulares.

As particularidades do trabalho no setor público não negam o seu pertencimento às relações sociais capitalistas. O trabalhador do Estado é assalariado improdutivo, e seu trabalho é marcado pela exploração que ocorre na esfera da reprodução do capital, em que os serviços são destinados à reprodução social e política da sociedade (NOGUEIRA, 2005a). Em épocas de crise econômica como a aberta em 2008, o Estado submete seus funcionários ao arrocho salarial e sucateamento das condições de trabalho, aprofundando a proletarização do funcionário público e aumentando os conflitos entre a administração pública e o funcionalismo (ibd.).

Isso, porém, não significa que não haja exploração direta do trabalho pelo estado. A exploração ocorre na esfera da reprodução do capital, ou seja, nos processos de serviços e administração destinados à reprodução social e política do conjunto da sociedade de classes. A taxa de exploração do trabalho no Estado envolve a quantidade de salário em relação à jornada de trabalho e às condições necessárias de vida em sociedade, mas não é realizada para produzir, e sim para reproduzir o capital (NOGUEIRA, 2005b, p.79).

Com relação à autonomia do professor, Tavares (1995) corrobora com a ideia de que, sob as relações capitalistas de produção, o professor como qualquer trabalhador, perde o controle sobre o processo e conteúdo do trabalho. Por meio das análises de Oder dos Santos²¹, a autora delinea a forma de organização escolar como decorrente das teorias administrativas que estruturam o modo capitalista de produção. Assim, de acordo com Tavares (1995, p. 104), a forma de organização da produção do sistema capitalista determinará a organização da escola em vários aspectos como a divisão de tarefas, a hierarquia do poder, a seleção e organização dos conteúdos e grades curriculares, a forma da avaliação, entre outros aspectos.

Podemos dizer, por conseguinte, que o que se verifica na escola é uma cisão entre os trabalhadores em educação e a organização do processo de ensino, e uma cisão entre eles e os meios ou instrumentos de trabalho que determinarão tanto as relações que esses trabalhadores têm com os instrumentos de trabalho quanto com outros trabalhadores ou com seus alunos. São relações que nada têm de autônomas, ao contrário, são determinadas pela forma que se estrutura a organização do processo de trabalho na instituição. Nesse tipo de organização os elementos humanos estão subordinados aos elementos materiais (TAVARES, 1995, p. 104).

Também em Figueiredo (2006, p.54), a definição de trabalho docente no sistema capitalista concorda com as definições de Miranda (2005) e Tavares (1995). De acordo com a autora, na escola privada o trabalho do professor é “explorado

²¹ SANTOS, O. J. *Pedagogia dos conflitos sociais*. Campinas: Papius, 1992.

para a valorização do capital do proprietário da instituição que o contratou”, na forma de lucro, consistindo assim em trabalho produtivo para o empresário da educação.

As definições consideradas, portanto, [trabalho produtivo e improdutivo], não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto, nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza. Desse modo, um ator, por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. [...] Um escritor é trabalhador produtivo não por produzir idéias [sic], mas enquanto enriquecer o editor que publica suas obras ou enquanto for o trabalhador assalariado de um capitalista (MARX, 1980, p.137).

No setor público, este trabalho não está “vinculado diretamente ao processo de produção, mas sob a universalização desse modo de produção está submetido às mesmas leis de exploração e expropriação e de controle sobre seu processo de trabalho”. (FIGUEIREDO, 2006). O professor vinculado ao setor público não está sujeito diretamente à apropriação da mais-valia pelo empresário. Contudo, está sujeito à organização do trabalho estruturada pelas relações capitalistas de produção, o que significa a perda da autonomia desse profissional, mesmo considerando-o como uma profissão intelectualizada. Sobre este último conceito, Miranda (2005, p.11) faz uma crítica pertinente a partir de Antônio Gramsci²², discordando de outros pesquisadores que consideram a condição intelectual do trabalho do professor como empecilho para sua objetivação e desqualificação, uma vez que é impossível separar a atividade intelectual da atividade física, mesmo que “incidam sobre as atividades graus diferentes de elaboração intelectual e esforço físico”. Dessa maneira, o professor também é um trabalhador que se vê subordinado, com pouco controle sobre o processo de trabalho, alienado das ferramentas de trabalho e submetido às determinações das relações sociais capitalistas

O trabalhador aqui não detém o controle direto sobre os meios concretos do seu trabalho: espaço físico, ferramentas pedagógicas materiais (desde folhas de papel ofício e máquinas de reprodução até o quadro de giz etc) e nem detém o controle sobre a organização do processo de trabalho: seleção de conteúdos, organização de currículos, programas, horários, calendários letivos etc. Assim sendo, podemos considerar que o trabalho docente mantém as características imanentes do processo de trabalho capitalista: a divisão entre o controle hierárquico, a fragmentação e a desqualificação (FIGUEIREDO, 2006, p.56).

²² GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.v.2.

Na perspectiva da acumulação flexível²³, a escola não está alheia à condição da organização atual da produção no capitalismo, como não esteve alheia a nenhuma forma de organização das relações sociais. A necessidade de se escolarizar cada vez mais pessoas surgiu a partir da revolução industrial e a complexidade da organização do modo de produção exigiu também mudanças na escolarização da sociedade.

A função social da escola, transmitir o conhecimento produzido pela humanidade, pode ser funcional ao capital na medida em que possibilita o desenvolvimento das forças produtivas e, hegemônica pelas relações capitalistas, pode reproduzir a força de trabalho, tal como se necessita hoje, um saber fragmentado e não um saber em que predomine os fundamentos do trabalho. Além disso, podemos destacar o interesse do capital sobre a escola pela sua dimensão socializadora, de coesão e adaptabilidade social (MIRANDA, 2005).

A história recente de aplicação de planos governamentais, seguindo a lógica neoliberal, mostra que o único direito social que se ampliou na etapa da acumulação flexível foi o direito à escola. Contudo, a escola também é a expressão da divisão social do trabalho, o que determina quais escolas ofertarão excelência de ensino ou quais terão redução na sua qualidade, implicando diretamente nas condições de trabalho do professor e na sua organização político-social (MIRANDA, 2005).

Durante as três últimas décadas, a ampliação da oferta de vagas desde a educação infantil até o nível superior se deu acompanhada pelo excessivo aumento das instituições escolares privadas. O processo de educação passa não só a formar trabalhadores e capitalistas como também a garantir mais acumulação de capital para os donos das escolas. Além disso, as instituições de ensino privado utilizam os recursos tecnológicos para ampliar os lucros de seus proprietários por meio da educação à distância, que permite a menor contratação de professores e mais matrículas de estudantes, o que caracteriza a ampliação da mais-valia relativa (MIRANDA, 2005).

As vagas nas escolas públicas também foram ampliadas, principalmente, nas séries iniciais. Entretanto, o processo educacional oferecido às pessoas pobres é bem diverso daquele oferecido a quem pode pagar uma escola privada. A expansão da educação pública veio acompanhada de sucessivos fracassos dos planos governamentais para a educação, que levaram a uma piora da valorização do

²³ Conforme foi tratado no primeiro capítulo, a acumulação flexível é um dos traços básicos do sistema toyota de produção ou toyotismo. Para saber mais sobre a crise do fordismo, o *just in time*, a produção flexível e outras características do capitalismo contemporâneo conferir Antunes, 2003.

trabalho do professor (COSTA, 2009; OLIVEIRA, 2004). De acordo com Oliveira (2004, p.1130), as reformas educacionais brasileiras ocorridas na década de 1990 (e aprofundadas nos anos 2000) representaram um novo modo de aplicar as políticas educacionais, como: a centralidade da administração escolar, a escola passa a ser núcleo de planejamento e gestão; o financiamento a partir da instituição de um fundo, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que vigorou de 1996 até 2006 e se transformou em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); a ampliação dos exames de avaliação discente como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de sistemas de avaliação institucional.

Essa nova regulação repercute diretamente na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino. Trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que têm se assentado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico (OLIVEIRA, 2004, p.1130).

Essas reformas estão no bojo de planos educacionais elaborados em conferências internacionais e organismos multilaterais como a UNESCO. A Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada em Jomtien, em março de 1990 representou a nova proposta para a educação com o objetivo de incluir os marginalizados da escola. A partir da educação diminuir-se-ia as desigualdades sociais. Caberia aos países mais pobres o desafio de universalizar o acesso ao ensino sem, contudo, aumentar na proporção necessária os investimentos. Sem investimentos necessários para a ampliação do acesso ao ensino, os governos passam a apelar para o voluntarismo da comunidade por meio de programas como Amigos da Escola, promovido pela Rede Globo, dentre outras formas de voluntariado (OLIVEIRA, 2004). Nesse contexto, as pesquisas sobre trabalho docente vêm identificando processos de desqualificação e desvalorização do trabalho do professor

As reformas em curso tendem a retirar deles [professores] a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho. O reconhecimento social e legal desse processo pode ser encontrado na própria legislação educacional, ao adotar a expressão “valorização do magistério” para designar as questões relativas à política docente: carreira, remuneração e capacitação (OLIVEIRA, 2004 p. 1132).

Para Tavares e Godeiro (2009) alguns elementos indicam a adesão brasileira à tendência global de tratar a educação como um serviço a ser prestado de acordo com os critérios do mercado. Os elementos principais são: a) cortes do orçamento e desvio dos recursos garantido pela desvinculação das receitas da União; b) municipalização do ensino básico sem a contrapartida financeira **necessária** para a garantia dos serviços; c) incentivos fiscais para faculdades privadas, por meio da exoneração fiscal, mecanismo utilizado no Programa Universidade para Todos – PROUNI²⁴. As faculdades oferecem bolsas de estudo parciais ou totais para estudantes de baixa renda em troca de isenções fiscais; d) precarização do ensino público superior por meio das metas estabelecidas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI²⁵ sem o suficiente aporte de recursos; e) desregulamentação do ensino com a disseminação do ensino à distância e a facilitação de abertura de cursos em faculdades privadas (TAVARES; GODEIRO, 2009, p.5).

Sobre a aplicação das reformas educacionais em Belo Horizonte, Rocha (2009), em sua tese de doutorado, traz um amplo panorama, de 1970 até 2009, das políticas públicas municipais voltadas para a remuneração, plano de carreira e condições de trabalho dos trabalhadores em educação, em especial, do professor. A autora parte de uma análise que envolve as disputas entre o governo e os trabalhadores em educação, cada segmento com suas propostas de construção de políticas para a educação.

O desenvolvimento das políticas educacionais do município foi dividido, pela autora, em quatro momentos. O primeiro momento, entre as décadas de 1970 e 1980, é a organização e expansão da RMEBH que contou com forte atuação dos movimentos populares no desenvolvimento de políticas educacionais e de melhores condições de trabalho para os profissionais das escolas municipais (ROCHA, 2009, p. 93).

Os outros três momentos, compreendidos no período de 1993 a 2007, são os mais importantes para o entendimento da historicidade dos sujeitos desta pesquisa pelo fato de se tratar do período das reformas neoliberais no plano nacional da

²⁴Sobre o PROUNI ver: CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar*, Curitiba, n.28, jul./dez. 2006, p. 125-140.

²⁵Sobre críticas ao REUNI ver: LEDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 1, jan/abr 2009, p. 49-64.

educação, sinalizadas anteriormente. Assim, de 1993 à 1996 o município contava com a *Gestão Frente BH Popular*²⁶ em que houve forte participação popular na definição de políticas públicas. Na educação, houve a construção de um projeto político-pedagógico de caráter inclusivo para a cidade, em contraposição o projeto do governo estadual de Controle de Qualidade Total na Educação (CQTE). Também foram consolidados direitos trabalhistas por meio da implantação do Estatuto do Servidor e do Plano de Carreira da Educação. Foi nessa gestão que a Secretaria Municipal de Educação (SMED), sob a direção do professor Miguel Arroyo, implantou o projeto Escola Plural que significou certa liberdade para as escolas na organização dos seus tempos e espaços na grade curricular, adaptando o projeto à realidade das comunidades e aos projetos político-pedagógicos de cada unidade de ensino. Por outro lado, os professores não deixaram de lado a disposição para as lutas. Em 1996, o governo enfrentou uma greve dos profissionais que tinha como pauta as seguintes reivindicações: “Plano de Carreira, política de recomposição salarial, melhoria no atendimento à saúde, a questão da Previdência Municipal, a creche para filhos dos servidores e o vale-refeição” (ROCHA, 2009, p.103). O fim das terceirizações dos auxiliares das escolas com a promoção de concurso público era outro eixo de grande importância para o movimento (ROCHA, 2009).

O terceiro momento da RMEBH se relaciona à gestão *Trabalho pela Vida*²⁷ de 1997 a 2000. Nessa época se inicia a incorporação da noção de produtividade na gestão pública, da implementação das reformas da previdência e da administração (de acordo com as reformas federais), incluindo na avaliação de desempenho um caráter meritocrático. Nessa gestão também houve a criação do Sistema Municipal de Ensino e do Conselho Municipal de Educação ao lado da imposição da progressão automática dos estudantes e das mudanças na organização escolar. Essas duas últimas medidas resultaram na redução de tempo coletivo para reuniões entre os professores e diminuição de pessoal nas escolas. Os mecanismos democráticos conquistados pela categoria no governo anterior foram sendo deixados de lado. O governo evitou construir espaços populares para a avaliação da Escola Plural, optando apenas pela avaliação externa institucional. “Com isso, reduziu a disputa ideológica em torno de um projeto político-pedagógico alternativo e abriu

²⁶Liderada pelo PT, prefeito Patrus Ananias e vice-prefeito Célio de Castro

²⁷Prefeito Célio de Castro do PT e vice-prefeito Marcos Sant’Anna do Partido Popular Socialista (PPS).

“brechas” para a adequação da RMEBH às políticas educacionais de orientação neoliberal” (ROCHA, 2009, p.114).

O quarto e último momento estudado por Rocha (2009) foram as gestões *BH Participativa* (2001/2004)²⁸ e *BH no Rumo Certo* (2005/2008)²⁹. Essas gestões se pautaram pelo ataque aberto aos movimentos sociais com o objetivo de impor a política da retirada de direitos sociais e trabalhistas. “Houve, de forma sistemática, um desrespeito às decisões coletivas que contrariavam as políticas oficiais, inclusive com perseguição daqueles que divergiam das políticas da administração” (ROCHA, 2009, p.114). Os fóruns de debates, Conferências Municipais de Educação, passaram a ser instâncias subordinadas às determinações da SMED, uma vez que o governo não acatava as decisões tomadas nas conferências.

Nesse período também ocorreram o rompimento da carreira docente unificada, com a criação do cargo de educador infantil com a remuneração cerca de 50% inferior à remuneração dos professores do ensino fundamental (SINDREDE/BH, 2010).

Segundo Rocha (2009) as mudanças ocorridas, principalmente nos anos de 2005 a 2007, levaram a uma intensificação do controle da gestão escolar, por meio da criação do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE). Ainda ocorreram outras ações de controle dos profissionais como:

[...] a implantação das políticas remuneratórias de cunho meritocrático; o aumento de processos administrativos na Corregedoria Geral do Município com punições e demissões; a intensificação das punições devido às mobilizações reivindicatórias; a alteração do período de férias docentes. O governo municipal, tentou ainda, impedir a organização sindical da categoria através da retenção do valor correspondente ao desconto em folha dos/as filiados/as do Sind-REDE/BH, de intervenção no Ministério de Trabalho para impedir o registro sindical e a não liberação de membros da diretoria para o exercício do mandato sindical (ROCHA, 2009,p.114).

Nas eleições municipais de 2008 foi eleita a chapa *Aliança por BH* encabeçada por Márcio Lacerda (PSB) e seu vice Roberto de Carvalho (PT), por meio da coalizão de forças políticas da cidade representadas principalmente pelo PT, PSB e PSDB. Márcio Lacerda foi Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, durante governo de Aécio Neves do PSDB,

²⁸Continuidade do governo Célio de Castro que se afastou em 2002, assumindo Fernando Pimentel, também do PT.

²⁹Ainda Fernando Pimentel no cargo de prefeito e seu vice Ronaldo Vasconcellos, então filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

administrador que implementou o chamado “Choque de Gestão” durante seus dois mandatos (2003-2006 e 2007-2010), mote central da campanha eleitoral vitoriosa de Antônio Anastasia, PSDB (2011-2014) (COELHO, 2011).

O “Choque de Gestão” foi propagandeado como uma forma de governo que sanava as contas públicas, se constituindo numa

[...] combinação da demissão de quadros públicos, a contratação de serviços terceirizados, e a desvalorização de importantes carreiras do Estado, além de transformar os funcionários públicos em vilões da má gestão, e culpados pelo corte de gastos e de investimentos, especialmente nas áreas sociais, transformando a remuneração do professor mineiro da educação básica na pior remuneração da Região Sudeste. Embora se trate do Estado da Federação com a segunda maior economia do Brasil (COELHO, 2011, p.43-44).

No comando da PBH, Márcio Lacerda manteve-se na linha do modelo gerencial pautado nas administrações das esferas federal e estadual. A importação do modelo de gestão do governo do Estado de Minas Gerais orientou o estabelecimento do Decreto municipal n.13.568 de 13/5/2009, que definia a Gestão Orientada por Resultados, por meio do programa BH Metas e Resultados, um modelo de gestão gerencial, fundamentada na orientação para resultados, “desde a formulação até a implementação e avaliação de políticas, programas e projetos” (COELHO, 2011, p.44).

Nessa lógica, o governo municipal e a SMED têm organizado a gestão escolar por meio de decretos, aprofundando a política remuneratória meritocrática e aplicando as avaliações de desempenho dos professores de maneira unilateral. A forma atual de se avaliar o desempenho do professor, baseada na política meritocrática, leva os profissionais a atuarem cada vez mais isolados e de maneira competitiva, uma das causas do esvaziamento das ações coletivas sindicais.

Além disso, ainda existe pouco tempo para planejamento pedagógico e incessantes substituições devido à falta de profissionais nas escolas e a realização de reuniões pedagógicas fora do horário de trabalho, mediante pagamento de abonos de R\$100 para professores do ensino fundamental e R\$70 para a educação infantil. A diferença salarial entre professores da educação infantil e do ensino fundamental permanece, mesmo com parecer do Ministério Público de Minas Gerais exigindo a isonomia salarial.

Observa-se que o professor está sobrecarregado na docência pela ampliação da sua jornada de trabalho, além de perder espaços de

discussão coletiva na escola e o «tempo de projeto», conforme estabelecido pela Lei nº. 9815/10 e regulamentado pelo Decreto nº. 13.914/10. Somado a essas perdas, questiona-se a legalidade de os servidores públicos que adoecerem ou se afastarem não poderem receber o prêmio, em razão de que tanto a Lei quanto o Decreto mencionados determinarem que os servidores devem obter “frequência integral no mês anterior ao da realização da reunião pedagógica”. Portanto, para o servidor ter o mencionado prêmio, ele depende do cumprimento de toda jornada de trabalho mensal que lhe for atribuída na escola municipal ou UMEI a que se vincular, além de “não ter tido licenças, afastamentos e/ou faltas, sendo estas justificadas ou não, no mês anterior ao da realização das reuniões pedagógicas.” (COELHO, 2011, p. 78-79).

Essas medidas levam à intensificação do trabalho docente. As pesquisadoras Ada Assunção e Dalila Oliveira (2009) apontaram que o excesso de atividades que o professor é obrigado a cumprir, combinado com esse quadro do aumento da jornada de trabalho, tem levado ao aumento do adoecimento dos profissionais da educação em Belo Horizonte e, também, no nível nacional.

Em suma, o processo de intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras na atualidade pode, além de comprometer a saúde desses trabalhadores, pôr em risco a qualidade da educação e os fins últimos da escola, na medida em que tais profissionais se encontram em constante situação de ter de eleger o que consideram central e o que pode ficar em segundo plano diante de um contexto de sobrecarga e hipersolicitação, cujas fontes estão nas infundáveis e crescentes demandas que lhes chegam dia após dia. Essas evidências sustentam as bases de um modelo explicativo para o processo de morbidade docente, calcado em determinantes ambientais e organizacionais, e suas influências sobre a atividade de trabalho: aceleração ou impedimento, como apresentado anteriormente (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Em Belo Horizonte, a própria professora Ada Assunção tem coordenado e orientado várias pesquisas voltadas para os processos de adoecimento dos docentes da RMEBH³⁰, realizadas por estudantes da graduação e pós-graduação da Faculdade de Medicina de Minas Gerais.

Outro elemento marcante da atual administração é o aprofundamento das parcerias público privadas (PPP) na educação. A PBH lançou mão das PPP's para a

³⁰ Cf. GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 2679-2691, 2006. VIANELLO, L.; ASSUNÇÃO, A. A.; GAMA, A. C. C. O uso da voz em sala de aula após o adoecimento vocal. In: SEMINÁRIO DA REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO DOCENTE, 4., 2006. Rio de Janeiro: REDESTRADO, 2006. 1 CD Rom. MEDEIROS, A. M.; BRAGA, M. L. F.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. A prevalência de disfonia entre os professores em readaptação funcional definitiva da rede municipal de Belo Horizonte. In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 2., 2004. Belo Horizonte: [Anais eletrônicos...], 2004. 1 CD Rom. GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Saúde mental e trabalho: estudo dos afastamentos dos professores da rede municipal de Belo Horizonte após o diagnóstico de transtornos psíquicos no período de 2001 a 2003. In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 2., 2004. Belo Horizonte: [Anais eletrônicos...], 2004. 1 CD Rom.

construção e operação de serviços de manutenção, limpeza e segurança nas escolas de ensino fundamental e UMEIs com a justificativa de expandir a RMEBH (BELO HORIZONTE, 2012). A direção sindical questiona a implantação da PPP, alegando a intervenção privatista na escola para a geração de lucratividade para as empresas que assumirem o convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte (SINDREDE/BH, 2011).

Desse modo, a atual gestão aprofunda uma tendência de se tratar o serviço público com a mesma lógica da empresa privada. Isso significa um aprofundamento da hierarquização entre os profissionais, da política de se aumentar o atendimento público, porém, sem aumentar o investimento na mesma proporção, ou seja, fazer mais com os recursos e os trabalhadores que já se dispõe. Essa lógica é complementada pela avaliação de desempenho realizada com critérios estabelecidos somente pelo governo, que visam o máximo de aproveitamento do trabalho do servidor público. As consequências desses planos têm sido a piora dos serviços públicos, o adoecimento dos servidores e um grande número de exonerações.

Contudo, mesmo com o refluxo do movimento sindical, os servidores do município realizam movimentos pontuais. No primeiro semestre de 2011, a cidade assistiu à campanha salarial unificada entre os setores da educação, saúde e administração direta da prefeitura. Os trabalhadores da caixa escolar, não possuidores de vínculos estatutários, dispendo de contratos precários feitos direto com a caixa escolar das escolas, realizaram várias manifestações apoiadas pelo SindRede/BH³¹. Também em 2011, as professoras da educação infantil paralisaram o centro da cidade, indignadas com a declaração da secretária de educação, Macaé Maria Evaristo, em audiência no Ministério Público de Minas Gerais, no dia 8 de junho de 2011. A secretária afirmou que “o trabalhador infantil possui atribuição de organizar tempos e espaços que privilegiam o brincar” e, ainda, que o educador infantil “não possui, dentre suas atribuições, o planejamento pedagógico”³², justificando a diferenciação salarial entre o professor da educação infantil e os demais professores.

³¹A autora deste projeto acompanhou todos os movimentos citados, participando das manifestações públicas.

³²COLETIVO Travessia. *Blog Educação Infantil na PBH*. Belo Horizonte, 2011. Disponível em <<http://educacaoinfantilpbh.blogspot.com>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

Em relação aos movimentos sociais de Belo Horizonte, existem várias ações que demonstram a insatisfação com a forma como o atual governo municipal se relaciona com as demandas populares. A população tem assistido a várias manifestações, além dos professores, das famílias sem teto³³, dos feirantes da feira de artesanato que acontece aos domingos no centro da cidade, da população contra o decreto que proíbe manifestações culturais populares na Praça da Estação, dos trabalhadores da cultura por mais verbas para a Fundação Municipal de Cultura e contra o cancelamento do FIT (Festival Internacional de Teatro), dos trabalhadores da saúde vinculados à rede municipal e dos trabalhadores da guarda municipal que reivindicam o direito de organização sindical. Os setores contrários às políticas municipais se aglutinaram numa organização conhecida como Movimento Fora Lacerda! que, inclusive, formou um bloco carnavalesco em 2012 com marchinhas críticas à atual gestão da PBH³⁴. E é sobre a organização política e sindical que o próximo tópico tratará.

2.2“Quem luta, educa!”: (Re)organização do sindicalismo brasileiro e a construção do SindRede/BH

*A classe trabalhadora
Durante a sua existência
Constrói os instrumentos
Com a maior competência
Defendendo seus direitos
Aumentando a consciência.*

Nando Poeta³⁵

Resgatar parte da recente história do sindicalismo brasileiro é importante para o entendimento, numa perspectiva histórica, do que vem se chamando de reorganização do movimento sindical. Entre fins do século XIX e início do século XX,

³³Em 2011, Belo Horizonte contava com sete ocupações urbanas organizadas: Camilo Torres (Barreiro), Irmã Dorothy I (Barreiro), Irmã Dorothy II (Barreiro), Conjunto Águas Claras (Barreiro), Dandara (Céu Azul), Recanto UFMG (Av. Presidente Antônio Carlos) e Torres Gêmeas (Santa Tereza). São comunidades construídas em terrenos abandonados. Cf. FORÚM PERMANENTE DE SOLIDARIEDADE ÀS OCUPAÇÕES_BH. Disponível em: <<http://solidariedadeocupacoesbh.wordpress.com>>. Acesso em: 16 mar. 2011. No caso das ocupações na região do Barreiro, os terrenos haviam sido doados pela CODEMIG para empresas com a intenção de se construir indústrias. As empresas venderam os terrenos, mesmo sem possuírem as escrituras, não cumprindo o acordo com o governo estadual. Cf. SANTOS, F. A. dos. *Comunidades ameaçadas de desalojamento na regional Barreiro*. Belo Horizonte: Serviço de Assistência Judiciária da PUC Minas, 2011.

³⁴Sobre o Movimento Fora Lacerda!, acessar: <<http://foralacerda.com/>>.

³⁵POETA, N. Peleja da CUT com a Conlutas. In: _____. *A arte de lutar*. São Paulo: Luzeiro, 2010.

os trabalhadores brasileiros passam a conhecer concepções comunistas e anarco-sindicalistas e buscam na sua organização e formação de seus sindicatos mecanismos de resistência contra seus empregadores. Era um tipo de atuação sindical que não tinha vínculos, e ainda menos compromissos, com os patrões ou com o Estado, agindo na organização dos trabalhadores eminentemente de forma autônoma. Nesse sentido, as reivindicações sindicais e políticas aconteciam sem a interferência de outrem. Ao contrário, se havia interposição nos sindicatos isso acontecia em uma dupla dimensão: nas repressões diretas, com uso dos aparatos policiais para dirimir as reivindicações; ou na tentativa de cooptação, inclusive subornando dirigentes.

Na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, com seus traços fascizantes, os trabalhadores conquistaram alguns direitos trabalhistas por um lado, mas tiveram a proibição da organização autônoma dos sindicatos com a perseguição de vários dirigentes sindicais e militantes políticos. Nessa época, os sindicatos passam a cumprir mera função assistencialista, se tornando órgãos controlados pelo Ministério do Trabalho, o que caracteriza sua relação de vínculo com o Estado, com repasses financeiros regulares às centrais sindicais por meio do imposto sindical, e a consequente perda de autonomia das demandas dos trabalhadores. Essa estrutura sindical montada no primeiro governo Vargas se mantém até hoje, o que é uma forte *tendência* para que os sindicatos se mantenham atrelados a interesses que não atendam as necessidades dos trabalhadores (ANTUNES, 1986; 2006; ALMEIDA, 2007).

Os sindicatos são instituições que possuem a função de mediar a relação entre a patronal, o Estado e os trabalhadores. São organismos que, somente pela sua atuação econômica, não rompem com o *status quo* da sociedade burguesa, pelo contrário, possuem o papel de legitimar a relação de exploração, criando ilusões entre os trabalhadores que a melhoria de vida pode se dar somente pela via econômica ou assistencialista. Entretanto, são entidades que podem ser usadas pelos trabalhadores para conquistas de um nível de vida melhor e avanço da consciência da classe, ao se extrapolar o economicismo e se debater o papel do trabalhador nessa sociedade. O campo sindical é um *locus* com uma linguagem própria, construído a partir da interação dos trabalhadores, vinculados ou não às organizações partidárias e da interação com a patronal e o Estado. Uma vez inserido

no campo, o trabalhador passa a compartilhar de uma simbologia e linguagem próprias (ALMEIDA, 2007; ANTUNES, 1992).

Cabe aqui ressaltar a necessidade permanente do capital de promover a conciliação de interesses opostos. A reprodução do capitalismo acontece, geralmente, sem a necessidade de se buscar a coerção extra-econômica, sem, contudo, descartá-la por completo.

A ordem capitalista, ao localizar as diferenças como algo individualmente superável desloca consciente e cotidianamente as contradições para o campo da conciliação de classes. E busca transformá-las em um conjunto inorgânico de “pessoas”, de individualidades abstratas, como se estas não tivessem nenhuma determinação histórica, fossem átomos puros. O pacto social entendido como prática estendida (“somos todos iguais perante a lei”) ganha formas diferenciadas, como o Estado democrático de direito. O estruturalmente desigual aparece na visão imediata como sendo o realmente igual. Isto não exclui a possibilidade do antagonismo, mas dificulta imensamente sua percepção (DIAS, 2006, p. 21).

Segundo Trotsky (1978), na época do capitalismo inaugurada na primeira década do século XX, também conhecida como época imperialista³⁶, a maior concentração do capital exige também uma maior concentração do poder do Estado em busca de contenção dos sindicatos e obtenção de consenso para se evitar que os trabalhadores coloquem em xeque o sistema capitalista. Nos países em desenvolvimento, os Estados possuem uma relação de dependência com o capital estrangeiro e o imperialismo, o que determina a relação com as entidades sindicais, a busca pela cooptação ou o seu sufocamento.

Nessa fase do capitalismo, os sindicatos podem cumprir dois papéis: colaborar com o capitalismo para disciplinar os trabalhadores, não questionando a ordem social existente ou transformar-se em ferramentas para o movimento de emancipação dos trabalhadores (TROTSKY, 1978). Para Trotsky, as organizações dos trabalhadores não poderiam atuar somente em relação às questões corporativas, uma vez que o capital não se restringe somente ao controle coercitivo do trabalho. Os sindicatos não poderiam atuar no campo de reformas graduais do capitalismo, pois a condição monopolista não favoreceria reformas sérias ou duradouras que ajudassem os trabalhadores. No capitalismo, os governos oscilam entre ditaduras ou composição de forças com base no apoio de setores dos

³⁶ Este é um conceito caro para compreensão do capitalismo e foi tratado com bastante rigor por Lenin (1982). Para o autor, o imperialismo é resultado do próprio desenvolvimento capitalista, em que a livre concorrência leva à concentração de capitais e, conseqüentemente, ao monopólio. No momento em que o capital bancário se funde ao capital industrial surge o que ficou conhecido como capital financeiro, um dos sustentáculos do que conhecemos hoje como imperialismo.

trabalhadores, ou seja, ou os sindicatos são perseguidos ou são cooptados. Para cooptar, o Estado precisa de uma burocracia reformista e de uma “aristocracia” operária que concorde em promover a conciliação capital-trabalho em detrimento a uma ação direta dos trabalhadores contra os mecanismos de exploração da sociedade capitalista. Assim, pode-se identificar entre as direções do movimento trabalhista, tendências mais moderadas de conciliação com o Estado e tendências de enfrentamento, de questionamento do *status quo* da sociedade burguesa.

Para Touraine (2006), o fato dos sindicatos não conseguirem mobilizar como outrora, relaciona-se não só com o capitalismo extremado, mas também com o fim da centralidade do trabalho fabril. Segundo o autor, a financeirização da economia aliada às novas formas de se organizar a produção e aos monopólios (com a concentração cada vez maior de conglomerados empresariais está ainda mais difícil reconhecer o patrão), fragmentou a classe operária e levou ao enfraquecimento dos sindicatos que centralizam sua ação na oposição entre capital e trabalho. Para o autor, os conflitos se deslocam dos problemas internos da produção, nas fábricas, para as estratégias mundiais das empresas transnacionais e das redes financeiras. Os trabalhadores, as minorias, os ambientalistas têm reagido de diversas maneiras para se defender ou rejeitar imposições políticas e econômicas daqueles que se beneficiam da hegemonia capitalista. São os movimentos altermundialistas (fóruns sociais mundiais, movimento ambientalista, feminista, estudantil, anti-globalização, LGBTT³⁷, etc) que se organizam contra a hegemonia do capital, mas não conseguem desenvolver uma nova concepção de sociedade como o movimento operário na luta por uma sociedade socialista (TOURAINÉ, 2006).

É interessante salientar que a interpretação Touraine (2006) aponta para uma revisão das lutas orientadas por sindicatos e partidos, aparecendo no cenário “novos movimentos sociais”, que expressam conflitos não mais determinados pela indústria, ou pelo trabalho assalariado, ou seja, pela economia, mas que seriam conflitos “pós-industriais” e que, portanto a própria categoria de classe social não teria validade. Amorim, Wolff e Raslan (2011) afirmam que essa é uma das interpretações mais presentes na sociologia brasileira e que desconsidera o conjunto de relações que deve ser analisado. Segundo os autores

³⁷ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros.

A “esfera da economia” não é senão uma construção teórica sobre uma realidade que precisa ser recortada teoricamente para ser, talvez, reconstruída politicamente. Não há, assim, o “econômico”, o “político”, o “ideológico” em sua forma isolada e pura. A síntese governada pelo capital na figura do econômico, na relação produção-circulação de mercadorias, é expressão de uma síntese de elementos variados que ganham apenas a aparência de econômica (AMORIM; WOLFF; RASLAN, p. 19, 2011).

Dessa maneira o que deve ser compreendido é o conjunto das relações, em que os escopos e recortes de pesquisa aparecem somente de maneira didática. Assim, um pretense fim do industrialismo defendido por Touraine (2006) entende que o capitalismo está calcado inexoravelmente à produção industrial. A reorganização da produção na Europa foi tomada como toda reorganização do capitalismo, considerando somente um conjunto de indivíduos localizados em um continente, e desconsiderando a totalidade das relações sociais engendradas pelo capital (AMORIM; WOLFF; RASLAN, 2011).

Para além da esfera econômica, Mandel (1973) afirma que, sob o capitalismo, o processo de especialização do trabalho é cada vez maior, ficando ainda mais subsumido ao capital e, conseqüentemente, aprofunda a perda de autonomia dos trabalhadores na condução de sua vida. Essa dinâmica que ocorre no processo de trabalho também interfere na organização política dos trabalhadores e, desse modo, quando um dirigente se *especializa* no cargo de direção sindical, tende a se tornar burocratizado. Entrelaçado por esse movimento, o dirigente é impelido a receber privilégios pessoais e defender sua posição sindical para não ter que abrir mão desses benefícios materiais.

Por esse motivo, o movimento sindical não poderia se restringir estritamente à luta econômica, na medida em que esta passa a subordinar todas as lutas políticas. Nessa perspectiva, ao invés dos dirigentes sindicais se disporem à enfrentar também o poder concentrado nos organismos estatais, tendem a ter um comportamento de considerar cada nova conquista econômica de forma absoluta, defendendo o que existe de maneira imperiosa e criando assim uma mentalidade eminentemente conservadora. Essa “dialética das conquistas parciais”, segundo Mandel (1973), faz com que os dirigentes sindicais naturalizem as relações sociais capitalistas, integrando-se, sem questionamentos, à essa ordem social.

Uma voz que corrobora à tese da burocratização dos dirigentes sindicais é a de João Bernardo (1997). Diferentemente de Trotsky (1978) e Mandel (1973) que, para fugir da tendência ao privilegiamento que a posição no processo produtivo

causa é necessário serem travadas lutas políticas, Bernardo (1997) afirma que a própria estrutura sindical e seu corporativismo são um obstáculo para propalar lutas e buscar a solidariedade que extrapole a categoria representada pelo sindicato.

Segundo o autor, a estrutura sindical é eminentemente corporativa, o que impede a generalização das lutas para outros setores da classe trabalhadora. Nessa medida, o que ocorre é que os fundos arrecadados na categoria pelo sindicato tendem a serem usados somente entre os representados dessa categoria profissional, independente de haver ou não uma luta desses profissionais. Com isso, se prova que não há um processo de solidariedade com as lutas de outros trabalhadores, estejam essas lutas acontecendo local, regional, nacional ou mundialmente. Esses fundos sindicais tendem a ter, primeiramente um investimento fundiário, com a aquisição da sede, preferencialmente onde haja valorização do terreno. Bernardo (1997) segue afirmando que os passos seguintes é o investimento para que esses fundos sigam se valorizando, levando-os à aplicações financeiras, como fundos de pensão.

Isso faz com que os sindicalistas além de gerir a força de trabalho e de negociar diretamente com seus patrões, colaborando com a gestão do mercado de trabalho, eles também se tornam “gestores capitalistas propriamente ditos, administradores de investimentos capitalistas”. Para o autor, os sindicalistas têm duas alternativas: “ou a totalidade dos fundos sindicais é gasta em manifestações de solidariedade, ou é aplicada de maneira a não perder o seu valor” (BERNARDO, 1997, p. 124). Contudo, para o autor, a própria estrutura corporativa do sindicalismo, como o brasileiro, é inescapável, pois leva necessariamente à segunda alternativa, qual seja, à transformação dos sindicalistas em gestores de fundos de investimentos capitalistas³⁸.

Bernardo assevera que uma luta tradicional do movimento operário se deu contra a necessidade dos capitalistas em fazer dos os trabalhadores meros apêndices de máquinas. Dessa maneira, a formação de associações culturais veem provar essa batalha que leva os trabalhadores a ultrapassarem essa situação de

³⁸ É interessante lembrar que uma das lutas travadas recentemente pelos professores da PBH, incluindo os do SindRede/BH, foi para não perder direitos previdenciários. Contudo, a prefeitura impôs uma derrota à categoria e os “permitiu” participar da gestão do fundo previdenciário. É necessário frisar que uma parte da direção sindical era contrária à participação dos professores na gestão deste fundo, por ter uma leitura aproximada de João Bernardo sobre a “utilização” dos sindicatos e representantes dos professores em comissões de gestão para manter certo controle sobre o nível de descontentamento.

serem tratados univocamente. Para o autor, com o desenvolvimento do capitalismo essa situação é severamente distinta, na medida em que no discurso dominante,

os indivíduos já não têm apenas uma dimensão imediatamente produtiva, mas também uma multiplicidade de outras facetas. Não espanta que os jornalistas, e os acadêmicos que se reduzem ao nível de jornalistas, insistam agora nesta sua descoberta tardia, pois na enorme expansão que conseguiu nos últimos vinte anos, desde que superou a crise de 1974³⁹, o capitalismo necessita de estimular e ao mesmo tempo condicionar a atividade intelectual dos trabalhadores, para melhor poder aproveitá-la através da eletrônica e da informática. O trabalhador unidimensional já não é mais rentável para o capitalismo evoluído, que tem de explorar a pluridimensionalidade de que a pessoa humana é capaz. Sob o ponto de vista econômico, a mais-valia relativa progrediu assim enormemente, inaugurando-se um novo ciclo ampliado de valorização do capital (BERNARDO, 1997).

Esses temas como a possibilidade de gerir a produção, empreendendo uma forma coletiva de administrar as fábricas, que superariam a produção capitalista, eram reivindicações dos próprios operários, mas foram englobados pelo toyotismo e serviram para a recuperação capitalista da crise. A questão da gestão é central para Bernardo (1997) na medida em que, para ele, os aparatos sindicais atuais tendem a reproduzir o modo capitalista de produção. O elemento central então, para o autor, é ter como foco a gestão das lutas, como única maneira de fazer com que os trabalhadores possam, num futuro, gerir toda a sociedade e a economia.

Ainda sobre a direção sindical, Almeida (2007) chama atenção para as peculiaridades da estrutura sindical como um dos elementos que favorecem o processo de burocratização das direções sindicais. Entende-se por “burocratização” o processo de afastamento da direção sindical da base de representação, a partir do momento que essa direção passa a usufruir das vantagens do aparato, além de ser absorvida pelo mesmo, devido à complexidade das funções e do tamanho do sindicato. Trata-se de um fenómeno objetivo, calcado na realidade da estrutura sindical brasileira, vinculada ao Estado, além da conjuntura desfavorável para as lutas dos trabalhadores, devido ao refluxo do movimento (ALMEIDA, 2007). Na medida em que os sindicatos foram sendo apropriados pela máquina estatal, como um organismo para a mediação do conflito capital-trabalho, essas instituições foram se tornando complexas máquinas burocráticas, com funcionários, grandes sedes, fornecimento de serviços assistencialistas para os filiados e uma direção responsável por sua gestão. A gestão desse aparato pode levar a direção sindical a

³⁹ O autor se refere à crise enfrentada pelo capitalismo na década de 1970 que ficou conhecida como crise do petróleo.

se afastar da base representada por um processo objetivo. De um lado a série de demandas da burocracia sindical, de outro, os privilégios que os dirigentes passam a gozar, estando fora do ambiente de trabalho.

O fato é que os sindicatos, juntamente com os partidos políticos, passaram a constituir organizações centralizadoras da representação dos interesses da classe trabalhadora com práticas de colaboração de classes, fazendo um arranjo corporativo com o Estado e o capital. É evidente que, de um lado, buscavam negociar e garantir os direitos trabalhistas e sociais e, de outro, desempenhavam papel na manutenção e legitimação da ordem capitalista democrática (NOGUEIRA, 2005, p. 36).

A burocracia sindical pode ser um braço do Estado, mas os sindicatos podem servir como importantes ferramentas de luta para os trabalhadores. Nesse sentido, considera-se que, no campo sindical, a direção encontra-se em um posicionamento privilegiado em relação aos demais trabalhadores, mas, em relação ao governo, essa direção pode buscar a conciliação ou o enfrentamento, o que tem haver, inclusive, com a pressão exercida pelos próprios trabalhadores.

A ação sindical se limita às questões funcionais e econômicas, não questionando conscientemente a relação de poder estabelecida entre patronal, Estado e trabalhadores. Entretanto, a vivência da ação coletiva pode levar os indivíduos para além das reivindicações econômicas, para o questionamento dessa relação de poder. Antunes (1992) mostrou como os trabalhadores podem avançar das reivindicações específicas, desenvolvendo uma consciência de que a precária condição de vida está intrinsecamente localizada na relação de produção capitalista. Por isso, as lutas podem avançar a greves gerais e possibilitar o enfrentamento com direções sindicais ligadas ao governo, alimentadas por um burocratismo sindical.

Os sindicatos representam também uma forma de mediação para a consciência de classe do mundo do trabalho. Ainda que diferente dos partidos políticos que classicamente atuam na formação da consciência política, os sindicatos, enquanto forma de mediação, transitam o tempo todo da economia à política, permitindo o desenvolvimento da consciência dos trabalhadores (NOGUEIRA, 2005, p. 31).

Rejeitando a tendência de conciliação, com o auge das manifestações contra o regime militar, no final da década de 1970, os trabalhadores, em especial metalúrgicos, protagonizaram greves massivas e construíram pautas de reivindicações pela redemocratização do país, anistia e melhores condições de trabalho e salário. Vale destacar que essas manifestações se deram num contexto mundial desfavorável para os trabalhadores, na medida em que já aconteciam as primeiras reformas de Margareth Tacher e Ronald Reagan que flexibilizaram direitos

sociais na Inglaterra e Estados Unidos, tendência seguida por outros países europeus e latino-americanos (GIANOTTI, 2007; WELMOWICKI, 2004).

No início da década de 1980, foram fundados o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem Terra (MST) como resposta aos processos reivindicatórios que aconteceram no período anterior. Muitas direções sindicais que se aliavam às políticas governistas começaram a perder eleições para grupos que representavam a proposta de autonomia dos trabalhadores da nascente CUT. O “novo sindicalismo” trazia em seu discurso a busca da superação da luta de classes e a construção de uma nova sociedade, baseado numa análise marxista da realidade (GIANOTTI, 2007; WELMOWICKI, 2004; ANTUNES, 1986).

De acordo com Welmowicki (2004), foi a primeira vez que o movimento operário brasileiro se organizava de maneira decisiva e independente, buscando na unidade da classe (entre todas as categorias profissionais), na independência de classe, na organização das oposições sindicais ao sindicalismo tradicional, na organização das greves pelos trabalhadores na base e na democracia interna, formas de organização dos trabalhadores. Outro elemento era a clara intervenção política da central cutista que, em seus congressos, se debatiam os planos dos governos e o posicionamento dos trabalhadores diante desses planos.

Em meados da década de 1970 e 1980 surgem os grandes sindicatos de profissionais da educação como a União dos Trabalhadores em Educação (UTE) em Minas Gerais (mais tarde se tornaria SindUTE/MG), ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - que se transformou efetivamente em Sindicato nessa década de 1980), dentre outros sindicatos docentes. O processo de criação da UTE em Minas Gerais, e de outros sindicatos ou oposições sindicais a nível nacional, refletia a reorganização da classe trabalhadora brasileira, pressionada pela ausência de liberdade e aumento da exploração. Parte das organizações políticas de esquerda⁴⁰ propunha a organização dos trabalhadores pela base para combater a burocracia sindical e fortalecer as lutas, unificando-as a nível nacional.

Parece-nos, no primeiro item, que garantir a independência da entidade, era, além de garanti-la diante de inimigos explícitos de classe (como o governo), garanti-la também contra possíveis inimigos que, no interior da

⁴⁰ O PCdoB e o PCB eram contrários à formação da UTE por apoiarem e pertencerem a APPMG cf. TAVARES, 1995.

classe, se tornassem capitalistas, tanto no primeiro, quanto no segundo item, o que orientava os trabalhadores, ao confeccionarem seu Estatuto [da UTE], era sua prática de luta contrária àquela, capitalista/gestorial, demonstrada pela ex-presidente da APPMG, ou de outros dirigentes “pelegos” que por todo o País, cumpriam papel semelhante. Contra eles, havia a revogação de mandatos individuais e coletivos e o não-continuismo [sic] nos cargos de direção sindical. Assim, a constituição organizativa/institucional da categoria teve como parâmetro básico uma relação aberta com a liderança (TAVARES, 1995, p.170).

No campo oposto a esse “novo sindicalismo”, mantiveram-se os tradicionais sindicatos ligados ao governo, cuja origem está no getulismo, com a política de conciliação de interesses de diferentes classes, buscando a harmonização entre capital e trabalho. Exemplos dessas entidades são a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) que aglutinava representantes do sindicalismo tradicional e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro⁴¹ (MR-8) e o PCdoB. Os nomes mais importantes dessa central viriam a ser Luiz Antônio Medeiros defensor da fórmula estadunidense de se fazer sindicalismo, o “Sindicalismo de Resultados”, e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (GIANOTTI, 2007).

A CGT, já no final da década de 80, começa a sofrer com os rompimentos, iniciados com o PCdoB (a Corrente Sindical Classista – CSC passa a compor a CUT) e, em 1988, se divide em duas novas centrais, com siglas iguais: Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), liderada por Magri e, depois, por Canindé Pegado, quando Magri assumiu o Ministério do Trabalho do governo do presidente Fernando Collor de Mello. O outro agrupamento assumiu o nome de Central Geral dos Trabalhadores (CGT), liderada por sindicalistas ligados ao MR-8 e aliados. A CGT sempre esteve afastada das lutas mais radicalizadas dos trabalhadores lideradas pela CUT. Nas duas principais greves gerais desse período, a de 1989 foi a maior greve geral da história brasileira com a paralisação de 15 milhões de trabalhadores, as CGT’s estiveram ausentes (GIANOTTI, 2007).

⁴¹O MR-8 era uma dissidência do PCB, inicialmente conhecida por Dissidência da Guanabara do PCB (DI-GB), que atuava desde 1966 no movimento estudantil. Esse grupo e a Ação Libertadora Nacional (ALN) sequestraram o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. A partir desse sequestro, o DI-GB passa ser conhecido por MR-8. Um dos militantes era Fernando Gabeira que relatou essa ação no livro *O Que é isso, companheiro?*, atualmente figura pública do Partido Verde (PV) no Rio de Janeiro.

Em 1991, o então presidente da república Collor de Mello, o sindicalista Medeiros e os representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) criaram uma nova central conhecida como Força Sindical. A essa central se juntariam sindicalistas tradicionais da época da ditadura militar e militantes ligados às duas CGTs. A necessidade de se criar essa nova central foi consequência da resistência da maioria das tendências da CUT em aceitar qualquer pacto proposto pelo governo.

Mas a CUT e o PT não resistiriam por muitos anos às pressões para a harmonização entre capital e trabalho, à ofensiva ideológica feita pelos defensores do capitalismo monopolista e ao impacto das políticas neoliberais sobre as relações de trabalho e, conseqüentemente, sobre a organização política e sindical. Ambos passam a revisar sua política para a classe trabalhadora que passa a ser calcada pela defesa de estabelecimento da hegemonia a partir das conquistas em pleitos eleitorais, em detrimento da perspectiva emancipatória dos trabalhadores.

Essa superação [avanço das lutas na década de 80] teve diante de si uma disjuntiva: ou os trabalhadores avançavam ainda mais e colocavam para si a conquista do poder ou retrocediam e se adequavam às instituições da sociedade que são moldadas por outra classe, a dominante. [...] Os ganhos de um período não significam uma garantia contra posteriores retrocessos. Como se deu em outros países, o que foi acontecendo na década de 90 demonstrou que, apesar das heroicas lutas e da consciência de classe materializada em poderosas organizações, o movimento tinha duas possibilidades: uma delas é que podia ser desviado, amortecido e também retrocederem seu caráter de classe. Para seguir avançando no terreno político teria que apontar a mudança do poder de Estado, a expropriação da propriedade da propriedade privada e a socialização dos meios de produção (WELMOWICKI, 2004, p.109).

Em contraposição ao avanço da consciência política dos trabalhadores durante a década de 1980, a corrente majoritária do PT, Articulação, consegue fazer passar nos sucessivos congressos da entidade alianças com partidos de centro e até mesmo, em casos pontuais, com partidos da direita como o PSDB e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (FIGUEIREDO, 2006).

Vários seguidores de Gramsci, principalmente a Articulação, atravessaram a porta divisória entre reforma e revolução. Pois, uma vez que o poder da burguesia no Ocidente seria principalmente atribuído à hegemonia cultural, a conquista desta hegemonia significaria a efetiva assunção pela classe operária da 'direção da sociedade', sem a tomada efetiva do poder, a destruição do Estado burguês e a transformação da máquina estatal, mas tão – somente através de uma transição pacífica para o socialismo: em

outras palavras, a ideia típica do reformismo clássico (GARCIA, 2000⁴², p.98 apud FIGUEIREDO, 2006, p.283).

A partir dessas análises, pode-se dizer que durante toda a década de 1990 as direções dos partidos vinculados aos trabalhadores, da CUT e de diversos sindicatos revisaram suas estratégias de mobilização, sob o choque da queda do muro de Berlim, fim das burocracias estalinistas e o discurso da superação do sistema socialista pela economia de mercado. O sindicalismo passa da resistência dos trabalhadores contra o capital para a defesa da cidadania, da mediação de conflitos, uma vez que patrões e empregados são cidadãos com direitos iguais perante a lei no Estado democrático (WELMOWICKI, 2004).

Com a ascensão do PT ao governo federal, materializada pela eleição de Lula em 2003, o sindicalismo brasileiro passa por um novo desafio. Antunes (2006) aponta as lutas empreendidas pelos sindicatos dos funcionários públicos, especialmente federais, que foram os primeiros que sofreram as consequências da continuidade da reforma previdenciária iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O posicionamento da CUT a favor das reformas propostas pelo novo governo, a crescente burocratização da sua direção, os congressos da entidade cada vez mais esvaziados levaram a uma série de rompimentos de sindicatos com a CUT. A posição majoritária da direção dessa central de colaboração com o governo Lula evidencia a volta do sindicalismo dependente e vinculado às posições do Estado, negando suas origens combativas, conhecidas como “novo sindicalismo”. Isso fica patente quando, em 2004, o presidente da CUT, Luiz Marinho, tomou a frente do Ministério do Trabalho e, um ano antes, o próprio Lula havia indicado Marinho para a direção da própria CUT (LADOSKY, 2009; ANTUNES, 2006).

Os rompimentos com a CUT geraram a formação de novas organizações sindicais como a CSP-CONLUTAS, a INTERSINDICAL e a CTB. Os professores das universidades e centros técnicos federais, vinculados ao ANDES-SN foram os primeiros nesse processo de rompimento (ANTUNES, 2006).

⁴² GARCIA, C. *Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a lógica da diferença*. 2000 . Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2000.

A primeira tendência sindical que rompeu com a CUT, em toda sua história, foi o Movimento dos Trabalhadores ao Socialismo (MTS), com influência majoritária de militantes ligados aos PSTU. O rompimento aconteceu no encontro sindical realizado em 2004 em Luziânia no estado de Goiás, depois de vários meses de debates. Os principais problemas apontados por essa tendência eram a falta de democracia no interior da CUT, os privilégios da direção da central, a adoção do princípio de sindicalismo cidadão (de conciliação entre classes), abandonando o sindicalismo combativo (de enfrentamento de classes), o alinhamento com o governo Lula ao apoiar as reformas sindical e trabalhista, integrando o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) (LADOSKY, 2010; CONLUTAS, on-line). Nesse momento foi fundada a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), com a estratégia de aglutinar movimento sindical, popular e estudantil. No primeiro semestre de 2010, em novo congresso que aglutinou estudantes, trabalhadores e movimentos populares, essa entidade passou a ser denominada Central Sindical e Popular (CSP- CONLUTAS)⁴³.

Em 2006, às vésperas do 9º CONCUR que aconteceria em junho, dirigentes e militantes da Alternativa Sindical Socialista (ASS), muitos militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁴⁴, a partir de um encontro de trabalhadores de várias categorias profissionais em Campinas – SP, optaram pela ruptura com a CUT, fundando a INTERSINDICAL que não se constituiria em nova central sindical. A leitura dessa corrente sobre os rumos da CUT era bem aproximada à leitura dos fundadores da CONLUTAS. Entretanto, os militantes da INTERSINDICAL não concordariam com a fundação de uma nova central sindical, por entenderem que a crise do movimento estaria localizada na concepção de entidade, além da situação

⁴³A autora da pesquisa esteve presente nos congressos de fundação da CONLUTAS (como delegada sindical, representando os trabalhadores do quadro administrativo das escolas de Contagem/MG) e de criação da CSP-CONLUTAS (como observadora do movimento estudantil da UFMG).

⁴⁴O Psol foi fundado em 2004 por vários militantes do PT que foram expulsos ou romperam. A principal crítica desse grupo é o alinhamento do governo Lula com políticas que o PT outrora refutava, dando continuidade aos projetos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Sobre isso ver: FUNDAÇÃO DO PSOL. Disponível em: <<http://psol50.org.br/blog/2004/06/09/fundacao-do-p-sol/>>. Acesso em: 10 abr.2010. Neste mesmo ano, antes da fundação do PSOL, a direção do PSTU lançou o “Movimento do Novo Partido” com o objetivo de reunir em um único partido todos militantes que fizessem oposição de esquerda ao governo Lula. A iniciativa seria abortada pelo fato da polêmica em relação ao modo de organização interna desse partido. Enquanto os militantes do PSTU defendiam a organização democraticamente centralizada, com espaços de debates, máximo controle dos dirigentes pela base do partido, cuja constituição de tendências se daria somente durante o período prévio do congresso do partido; outros militantes, como Heloísa Helena, que depois fundariam o PSOL, defendiam um partido com tendências permanentes, sem centralização, sem controle efetivo da base sobre os dirigentes do conjunto do partido.

defensiva da classe trabalhadora em relação às medidas neoliberais dos governos desde Fernando Collor até o governo Lula (LADOSKY, 2009; INTERSINDICAL, online).

Em dezembro de 2007, acontece o terceiro rompimento com a CUT, agora de militantes do PCdoB que se organizavam na Corrente Sindical Classista (CSC) e a fundação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) em Belo Horizonte. Esse grupo criticava a ausência de democracia da entidade, mas o estopim da crise foi a negação da Articulação Sindical (direção majoritária da CUT) em ceder a secretaria geral da entidade reivindicada pela CSC logo depois do 9ºCONCUT. O rompimento com a CUT não significaria rompimento com o governo. Os militantes da CTB continuaram a apoiar Lula “criticamente”, exercendo pressão por mudanças em sua política. Em relação à CSP-CONLUTAS e à INTERSINDICAL, a CTB as classificaria como organizações de “voluntarismo esquerdista”, não compartilhando das avaliações destes grupos em relação à CUT e ao governo Lula (LADOSKY, 2009).

Os rompimentos com a CUT levaram essa central a perder 1123 sindicatos, em 2012. A CSP-CONLUTAS conta com a filiação oficial de 85 entidades e 76 em processo de filiação. A CTB conta com a filiação de 581 entidades e 381 em processo de filiação. Devido ao fato da INTERSINDICAL ter permanecido na estrutura organizativa ligada à CUT, não existe uma contabilização oficial dos números dos sindicatos que reivindiquem essa organização. Atualmente, o número de entidades sindicais filiadas à CUT é de 2191, além das 915 entidades que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ainda considera inválidas (BRASIL, 2012).

Para além dos números oficiais do MTE, em vários sindicatos filiados à CUT ou a outras centrais, existem direções que reivindicam centrais diferentes àquela que o sindicato está filiado, porém, ainda não procederam ao processo de desfiliação oficial. No ano de 2010, por exemplo, vários grupos, influenciados ou ligados à CSP-CONLUTAS, ganharam eleições de sindicatos filiados a outras centrais, como o Sindicato dos Metroviários de São Paulo/SP, o Sindicato dos Trabalhadores de Frigoríficos de Chapecó, Santa Catarina (Sintracarne), Sindicato dos Servidores do Judiciário estadual de Pernambuco e do Ceará, Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de Santa Catarina, Sindicato dos Servidores Municipais de Teresina/PI, Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de

Uberaba/MG, Associação dos Bancários do BASA/PA, Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias/MA e Sindicato dos Químicos de Goiás (PEREIRA FILHO, 2011).

Esses debates no interior da CUT e em seus congressos e os rompimentos gerados, obviamente, afetaram a organização dos sindicatos filiados a essa central. Os professores sujeitos dessa pesquisa estão representados pelo SindRede/BH, tendo rompido com o SindUTE/MG, desfiliado da CUT e filiado à CSP-Conlutas.

De acordo com Figueiredo (2006) o SindUTE/MG (filiado à CNTE e à CUT, ambas dirigidas pela corrente Articulação do PT), criado no seio das lutas dos trabalhadores da educação contra a ditadura militar e por uma educação pública de qualidade, inclusive com o debate crítico em relação à sociedade capitalista, mudou. Essa mudança se mostra na guinada contrária aos princípios de “autonomia, independência, sindicato classista e de defesa do socialismo” anteriormente defendidos por este sindicato (FIGUEIREDO, 2006, p.301). Segundo a autora, a acomodação do movimento dos trabalhadores durante o estado de bem estar social levou à estagnação das suas entidades e a uma colaboração de classes cada vez mais acentuada entre os partidos da social democracia, os sindicatos e a burguesia. As conquistas possíveis para a classe trabalhadora durante o pós-II Guerra sob o avanço do imperialismo levaram os sindicatos a se tornarem organismos de administração de conflitos no campo produtivo e os partidos vinculados à classe trabalhadora à administradores de conflitos, no nível político.

Foi adotada a linha de atuação ‘sindicato cidadão’, participativo das esferas e fóruns deliberativos propostos pelo Estado. Internamente a democracia direta, expressa nas assembléias de base, foi abandonada e em seu lugar surgiu a assembléia de filiados com a identificação na entrada através de contra-cheques e identidade. A defesa de uma educação emancipatória, tendo como referência a escola unitária de Gramsci cedeu lugar a discussão dos projetos mantidos pelo governo e até mesmo a adesão à eles. Da mesma forma, as propostas do governo contidas na reforma administrativa foram aceitas sem grande resistência, na adoção da linha propositiva, aceitando as mudanças e tentando melhorar depois. Assim sendo, o rebaixamento das propostas de melhoria para a categoria se aprofundou até o limite da implantação do novo plano de carreira, através do qual os direitos dos trabalhadores mais antigos foram garantidos através da aceitação da maior exploração dos novos, em especial dos subcontratados.

As lutas tenderam a privilegiar a negociação através da mediação parlamentar e das lideranças da Central Única dos Trabalhadores, o enfrentamento tem sido remetido aos locais de trabalho e às atividades regionais, evitando e contendo as manifestações de massa e antecipando a adoção na prática dos mecanismos regulatórios previstos na reforma sindical.

Por fim as mudanças ocorridas na linha política do sindicato desde o congresso de 1999 em diante permitiram perceber que a Articulação [braço sindical da tendência de mesmo nome do PT e corrente majoritária no Sind-UTE, na CNTE, na CUT e no PT] conseguiu aprovar como plano de lutas inúmeras propostas que constituem elementos do programa de governo de Lula (FIGUEIREDO, 2006, p.302).

Assim, a atuação dos grupos reformistas vai mostrando seus limites na conquista de melhoria de vida para os trabalhadores. E não foi diferente em Belo Horizonte, com a chegada do PT ao governo municipal, com Patrus Ananias, no início da década de 1990. A proposta reformista do PT e do SindUTE/MG tentava impedir o avanço da mobilização dos servidores públicos com o argumento de que aquele seria o “governo dos trabalhadores”.

Nesse contexto, as correntes políticas contrárias a essa guinada do SindUTE/MG, principalmente o PSTU e PSOL, promoveram debates sobre os limites das estratégias apresentadas pela direção deste sindicato no interior da categoria dos educadores em Belo Horizonte. A categoria já vivia o desgaste com a direção estadual devido às suas posturas antidemocráticas. A corrente Articulação do PT, hegemônica na CNTE e no SindUTE/MG utiliza de vários mecanismos para “abafar” a oposição. Nos congressos⁴⁵ da entidade, durante a década de 1990 e os anos 2000, a tese guia da discussão sempre foi da mesma corrente, a Articulação, fato demonstrado por Figueiredo (2006). Assim, em 2006, houve o rompimento dos profissionais da educação da RMEBH com o SindUTE/MG e a criação do Sindicato dos Trabalhadores da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (SindRede/BH).

Para entender a relação do sindicato com a categoria, é necessário relacionar o tamanho da rede com o número de filiados e de diretores sindicais. A RMEBH possuía, em 2008, 10.448 mil professores e 1.687 educadores infantis, distribuídos por 216 escolas e unidades de educação infantil (UMEs) (TAVARES; GODEIRO, 2009, p. 19).

A base de representação do SindRede/BH inclui professores, auxiliares de biblioteca e de secretaria, secretários escolares, da ativa e aposentados, além do sindicato acompanhar as demandas dos trabalhadores terceirizados pela Caixa Escolar – porteiros, cantineiras, zeladores e auxiliares de serviços gerais – que representam o setor mais proletarizado da rede. Nesse ano de 2012, o

⁴⁵ A autora da pesquisa esteve presente no 7º Congresso Estadual do Sind-UTE/MG, de 12 a 14 de janeiro de 2006, em Belo Horizonte, como delegada sindical, representando o quadro administrativo das escolas de Contagem/MG.

SindRede/BH está fazendo campanha de filiação destes trabalhadores para incluí-los na sua base de representação, formalizando o que na realidade já acontece há alguns anos. Os bibliotecários, em 2007 eram 40 profissionais⁴⁶, apesar de estarem vinculados às escolas, não são representados por esta entidade, eles fazem parte da base do Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte (SindBel).

O SindRede/BH possui cerca de quatro mil filiados e 24 diretores sindicais. As liberações dos diretores sindicais para ficar a disposição da entidade, desde a gestão de Fernando Pimentel (PT/PSB), só são possíveis mediante ações judiciais. Atualmente, a entidade conta com doze diretores liberados para o mandato sindical, o restante acumula a atividade da docência com o mandato. Alguns, inclusive, trabalham em outras redes de ensino. Os diretores se organizam pelos departamentos do sindicato além de cumprirem tarefas para além dos departamentos como compor comissões de trabalho junto à prefeitura e ao Conselho Municipal de Educação, acompanhar as escolas e atuarem junto a outras entidades dos trabalhadores. A composição da diretoria deveria ser colegiada, entretanto, membros de duas chapas que concorreram na última eleição, em 2009, Travessia (formado por professores militantes do PSOL e professores independentes) e a chapa Mudança na REDE (formada por professores filiados ao PT e professores independentes) se recusaram a assumir os cargos por discordarem do cálculo feito pela comissão eleitoral sobre a distribuição de vagas de acordo com o número de votos recebidos. Assim, a atual direção do SindRede/BH é da chapa Fortalecer a Rede (formada por militantes do PSTU e independentes) que obteve 51,75% dos votos válidos.

Atualmente, existem dois tipos de coletivos que aglutinam os professores no sindicato da rede municipal de Belo Horizonte: os primeiros estão voltados para estudar os problemas relativos à inclusão, educação infantil, ensino noturno, entre outros, ligados diretamente ao sindicato. Outros coletivos estão voltados prioritariamente para discussão de estratégias de organização política e sindical dos professores como o Coletivo Fortalecer o SindRede/BH (formado por militantes do PSTU e independentes) e o Coletivo Travessia (formado por militantes do PSOL e independentes).

⁴⁶ BELO HORIZONTE. *Estatísticas e mapas*. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticas&tax=11295&lang=pt_BR&pg=5922&taxp=0>. Acesso em 02 fev. 2012.

Finalmente, esse capítulo objetivou localizar historicamente a relação dos professores da RMEBH com os governos da década de 1990 até a atualidade e com seus organismos de defesa, os sindicatos. O conhecimento da trajetória da RMEBH e do SindRede/BH é importante para entender as apropriações que os professores fazem das informações para a sua organização política e sindical cotidiana, como será discutido no próximo capítulo.

3 EM BUSCA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS PROFESSORES DA RMEBH NO COTIDIANO DAS SUAS LUTAS

Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs as suas espécies.

Machado de Assis⁴⁷

Nesse capítulo será feito o relato dos percursos metodológicos usados para cercar o objeto e sujeitos da pesquisa, culminando na exposição das compreensões que foram captadas pelos autores desta investigação.

3.1 O percurso metodológico

[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...

João Guimarães Rosa⁴⁸

Durante o percurso do mestrado, percebeu-se a grande preocupação da área em se descrever o percurso metodológico da pesquisa, inclusive com a determinação de categorias a priori, de modo que a pesquisa pudesse comprovar ou refutar uma hipótese. Inicialmente, parece haver uma confusão em relação ao método e metodologia. Entende-se por método o olhar teórico que conduzirá as análises do objeto de pesquisa apreendido pelo instrumental metodológico (questionários, observação, entrevistas, etc.) e por metodologia o estudo sobre essas ferramentas metodológicas (DEMO, 1985).

A CI lida com fenômenos produzidos pelas relações sociais, as quais, no entender dos autores desta pesquisa, não podem ser apreendidas com o mesmo olhar dado às ciências exatas. Simplesmente porque o pesquisador também faz parte das mesmas relações sociais às quais pertencem os sujeitos e objetos de

⁴⁷ ASSIS, J. M. M. Primas de Sapucaia! In: _____. *Histórias sem data*. São Paulo: Ática, 2006.

⁴⁸ ROSA, J. G. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

pesquisa, além de não se poder controlá-los como os objetos das ciências exatas. O distanciamento possível ao cientista social (incluindo o cientista da informação) não é o mesmo distanciamento do cientista de laboratório que lida com grupos controle. É necessário o distanciamento para a objetivação do rigor científico, mas esse processo de distanciamento é dialético, um debate que foi buscado em Adorno e Lukács.

Em sua polêmica com Karl Popper acerca do objeto e do método nas ciências sociais, Adorno (1973) relembra que este não é um problema de natureza exclusivamente epistemológico, mas também algo em termos práticos como uma problemática do mundo. Assim, “os métodos não dependem do ideal metodológico, mas da coisa” (ADORNO, 1973, p.125). Dito de outra maneira, no método dialético existe o que se pode chamar de “regência do objeto”. Ao perceber-se a realidade social com seu caráter contraditório, não se está sabotando o conhecimento por não obedecer à natureza lógico-formal da ciência, mas apreendendo racionalmente essa realidade recheada de antagonismos. Desse modo, ao se obedecer ao primado do método e não do objeto, os neopositivistas tendem a escolher objetos que caibam em seus padrões científicos já disponíveis.

Entretanto, essa concepção dialética da sociedade também não toma nem a própria sociedade como um objeto, pois o próprio objeto é também um sujeito. Isso acontece porque de um lado

a sociedade como objeto, ou seja, o processo social, ainda não é sujeito, ainda não é livre, ainda não é autônoma; de outro lado, a sociedade como sujeito, o potencial da sociedade como sujeito, ou seja, a representação de uma sociedade que determina a si própria, que é emancipada e também liberta em seu conteúdo, se rebela contra qualquer tipo de pensamento que objetiva, que reifica (ADORNO, 2008, p.231)

Desse modo, o objeto das ciências sociais (cada uma à sua maneira), torna-se conflitante com os métodos quando se toma a sociedade como fatos sociais, como coisas a serem pensadas e administradas. Não se trata, portanto, de assumir um “distanciamento” em relação ao objeto para poder-se pensá-lo de forma neutra e conseguir, em definitivo, a “objetividade científica”. Trata-se, sim, de buscar o rigor por outros meios que não o da neutralidade científica.

O caminho que deve ser seguido para se conhecer a realidade parte, em última instância, do concreto. Em 1857, na *Contribuição à crítica da economia*

política, Marx (1978) afirma que o “real e o concreto” é imediatamente a população, que constitui a base e o sujeito, o conjunto da produção. Mas ela é meramente uma abstração, se deixa de lado outros elementos como a classe, a indústria, etc. Esse caminho pode levar a abstrações descoladas da realidade, como momentos autônomos. Para se chegar a uma via acertada do conhecimento é preciso entender que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. É necessário tomar-se cuidado para não se partir da imediatidade dada, pois com esse acesso ao conhecimento, o concreto é apenas uma representação parcial da realidade.

O rigor científico é alcançado, assim, tratando-se com a máxima exatidão as observações empíricas realizadas pelos procedimentos científicos. Um dos autores que consegue explicar esse caminho da ciência é Lukács (1978), ao tratar desse método dialético. O autor expõe o caminho da ciência realizada por Marx, lembrando que as observações empíricas e os momentos da abstração são dois momentos do método que são completamente interdependentes. É necessária uma cooperação permanente entre os “procedimentos históricos (genéticos)” e os “procedimentos abstrativo-sistematizante” (que revelam as tendências históricas).

A inter-relação [sic] orgânica, e por isso fecunda, dessas duas vias do conhecimento, todavia, só é possível sobre a base de uma crítica ontológica permanente de todo passo à frente; e, com efeito, ambos os métodos têm como finalidade compreender, de ângulos diversos, os mesmos complexos da realidade. A elaboração puramente ideal, por conseguinte, pode facilmente separar o que forma um todo no plano do ser, e atribuir às suas partes uma falsa autonomia; e isso pode ocorrer tanto em termos empírico-historicistas quanto em termos abstrativo-teóricos (LUKÁCS, 1978, p.39).

É por isso que o entendimento da totalidade dinâmica da realidade não se limita à atividade econômica, buscando-se sempre nos quadros extra-econômicos suas interrelações explicitadas pelos procedimentos abstrativo-sistematizantes. Desse modo, podem ser reveladas questões teóricas que, agindo-se de maneira diversa, permaneceriam obscurecidas. O caminho do conhecimento, e tão somente deste, é distinto da própria realidade social, e somente acontece a partir da abstração.

Em primeiro lugar, é preciso compreender que o caminho, cognoscitivamente necessário, que vai dos “elementos” (obtidos pela abstração) até o conhecimento da totalidade concreta é tão-somente o caminho do conhecimento, e não aquele da própria realidade. Esse último, ao contrário, é feito de interações reais e concretas entre esses “elementos”, dentro do contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade complexa. Disso resulta que uma mudança da totalidade (inclusive das

totalidades parciais que a formam) só é possível trazendo à tona a gênese real. Fazer uma tal modificação derivar de deduções categoriais realizadas pelo pensamento pode facilmente — como mostra o exemplo de Hegel — levar a concepções especulativas infundadas (LUKÁCS, 1978, p.38).

Nessa perspectiva, esta pesquisa possui não só com um objeto empírico diferenciado para o campo de EU (sindicato) como também como uma **forma de olhar diferenciada**, a partir das contradições, das relações de poder e da totalidade e historicidade. E, para apreender melhor essas contradições, a realidade observada, não foram estabelecidas categorias *a priori* porque não é intenção desta pesquisa verificar comportamentos ou estabelecer modelos, mas tentar abstrair a realidade e expô-la de forma a contribuir para o fortalecimento dos EU numa perspectiva dialética.

Nesse sentido, a escolha do SindRede/BH deve-se ao fato de se entender que o movimento social brasileiro passa por transformações em sua organização e considerar importante o olhar da CI sobre as práticas informacionais dos sujeitos envolvidos. Em Belo Horizonte, os professores da RMEBH foram vanguarda no rompimento político com a CUT e no enfrentamento com a Prefeitura que foi administrada durante 16 anos pelo PT. No seio desta categoria, existe um rico e complexo embate político gerador de uma gama de informações que, obviamente, não foram plenamente captadas, devido à limitação imposta pelo tempo de trabalho e pelos instrumentos de pesquisa que se dispõe.

Devido às disputas de interesse e diferentes estratégias nos movimentos sociais, considerou-se como as diversas correntes políticas e indivíduos (organizados ou não nessas diferentes tendências políticas) dispõem de meios para interagir com os demais membros da categoria e com outras partes envolvidas nesse processo. Por último, salientando o que já foi dito, não se buscou determinar padrões de comportamentos informacionais e sim entender as práticas informacionais no campo político-sindical da categoria docente a partir das relações constituídas no espaço escolar e nos espaços de luta (assembleias, reuniões no sindicato e congressos dos trabalhadores), dando voz aos sujeitos.

A execução desta pesquisa envolveu professores da base, dirigentes sindicais (professores eleitos para o mandato sindical) e militantes políticos. Dentre os professores que não exercem mandato sindical, estão aqueles que são representantes das escolas nas reuniões do sindicato. No atual contexto da

organização da classe trabalhadora, com baixo envolvimento dos trabalhadores nas questões sindicais, o representante de escola acaba se tornando o elo de comunicação entre sindicato e professores e vice-versa. Porém, além do representante, existe uma constância nas visitas de diretores sindicais às escolas em busca da aproximação entre a direção da categoria e a base.

As reuniões dos representantes das escolas, as visitas realizadas pelos dirigentes sindicais às escolas, as assembleias, o jornal e o *site* do sindicato, os informativos e os *blogs* dos coletivos de professores são os principais meios de disseminação de informação e de debates. A categoria também utiliza publicações destinadas à formação teórica sobre educação, política e legislação educacional e trabalhista, lançando mão do uso dos *Cadernos de Formação Em Rede* e da *Revista Em Rede*. Essas duas últimas publicações não são correntes, estando vinculadas às demandas da categoria.

Da dialética “sujeito-objeto”, abordada no início deste tópico, abstração-realidade, surge o conhecimento científico metódica, objetiva e rigorosamente organizado. É por isso que durante o processo de imersão nos espaços ocupados pelos professores (escolas, assembleias da categoria e reuniões no sindicato) optou-se por utilizar a metodologia de entrevista semi-estruturada que, de acordo com Laville e Dionne (1999, p.333), é composta por uma “série de perguntas abertas feitas oralmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador tem a possibilidade de acrescentar questões de esclarecimento”. Assim, ao se recorrer a esse ferramental pode-se ascender a fragmentos de realidade, em que as pessoas expõem opiniões, que foram abstraídos e sistematizados para se obter o conhecimento científico.

Para estabelecer os critérios de escolha dos entrevistados, considerou-se a discussão bourdiesiana sobre *habitus* e campo social, onde estão localizadas as disputas. Foi importante buscar em Pierre Bourdieu essas categorias porque se consideram conflituosas as relações estabelecidas entre professores (que estão localizados nos setores médios da classe trabalhadora), entre eles e a hierarquia na escola, membros da SMED e da PBH. Na própria organização sindical, há conflito. São vários partidos políticos, com leituras diferenciadas da realidade, com estratégias e táticas diferenciadas para a organização dos professores. Então, como compreender as práticas informacionais entre os sujeitos pertencentes a uma

mesma categoria profissional, porém em permanente conflito devido às diferentes posições estratégicas e teóricas relacionadas à luta sindical? Contudo, entende-se que é necessário compreender essa disputa no âmbito da luta de classes, da relação de dominação entre governo municipal e a tecnocracia com os professores nas escolas. É que, na sociedade capitalista, o trabalho docente é alienado e essa relação determina o modo do professor analisar a realidade e empreender as suas lutas, como abordado no capítulo 2. Além disso, o processo de estabelecimento de hegemonia de uma classe em relação à outra por meio da convencimento e da coerção, ou *violência simbólica*, aliada à violência física contribuem para a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista.

As entrevistas foram feitas com 14 professores, divididos em três grupos. No primeiro grupo estão **três professores dirigentes sindicais**. O professor L., responsável pelo departamento de comunicação, devido à função desse departamento na organização e disseminação de informações para a categoria e meios de comunicação de massa. Ouvir o responsável por este departamento era importante para compreender a forma da atual direção do sindicato em lidar com o tratamento da informação e a sua disseminação. A professora C., responsável pela formação da direção sindical, militante do movimento negro e do PSTU. Essa diretora foi escolhida devido à sua experiência no movimento e a sua militância no movimento negro, além da sua responsabilidade dentro da diretoria em ajudar na conformação da equipe de formação. Era necessário dar voz a uma militante da corrente política que compõe a direção do sindicato, pois nem todos os diretores são militantes de partidos políticos, somente três diretoras são vinculadas ao PSTU. Por último, a professora M., responsável pelo departamento jurídico e militante feminista do Movimento Mulheres em Luta (MML). A escolha dela deveu-se à sua tarefa de acompanhar o departamento jurídico, o departamento de maior peso, de onde são irradiadas informações importantes para a organização sindical, em que pese a forma institucionalizada como se organiza o sindicalismo hoje. Todas as campanhas possuem embasamento legal e a organização sindical passa também pelas ações jurídicas individuais ou coletivas. Outro fator que pesou na escolha dessa diretora é o fato dela ter aderido à luta sindical recentemente, sendo uma das diretoras mais jovens do sindicato, considerando o tempo de militância. Com este grupo as entrevistas foram realizadas no sindicato.

No segundo grupo estão **sete professores da base, sem vinculação com organizações políticas**, sendo três deles não sindicalizados. A escolha dessas pessoas foi aleatória, por meio de indicações de outros professores, representantes de escola, que foram conhecidos nas reuniões do sindicato e nas assembleias. Para que houvesse uma melhor inserção na categoria, diminuindo possíveis barreiras entre entrevistadora e entrevistados, optou-se pela indicação dos próprios entrevistados entre si, o que facilitou o acesso aos outros professores. As entrevistas foram feitas nas escolas, durante o entre turno das aulas ou o recreio, o que foi importante para se conhecer o local de trabalho e o local onde a escola está instalada.

O último grupo é o de **professores militantes das principais organizações políticas que atuam na categoria, mas que não estão na direção do sindicato**. Um militante do PSTU, um militante do PT, um do PCdoB e uma militante do PSol.

O estabelecimento desses grupos foi feito levando-se em consideração a conformação do *habitus* que está relacionado não só à formação pregressa das pessoas, mas também, aos grupos aos quais elas passam a pertencer durante sua vida. Assim, as práticas informacionais realizadas entre a direção sindical e os professores foram analisadas a partir do lugar de fala dos entrevistados, relacionando com seu pertencimento de classe na sociedade capitalista.

3.2 A formação do *habitus* e sua modificação na organização político-sindical

As acções dos seres humanos, apesar de não serem já dirigidas por irresistíveis instintos hereditários, repetem-se com tão assombrosa regularidade que cremos ser lícito, sem forçar a nota, admitir a lenta mas constante formação de um novo tipo de instinto, supomos que sociocultural será a palavra adequada, o qual, induzido por variantes adquiridas de tropismos repetitivos, e desde que respondendo a idênticos estímulos, faria com que a ideia que ocorreu a um tenha necessariamente de ocorrer a outro.

José Saramago⁴⁹

Considerando a discussão tecida no primeiro capítulo, as ideias que os sujeitos formam sobre a sociedade são constituídas socialmente, marcadas pela

⁴⁹ SARAMAGO, Op. Cit..

relação de dominação das sociedades de classes. Na perspectiva bourdieusiana, os espaços de formação pelos quais passaram os sujeitos constituem a forma destes em analisar as situações que vivem e agirem conforme estão dispostos a agir, de acordo com a constituição de seu *habitus*. A essa leitura, pode-se acrescentar o desenrolar da luta de classes, numa perspectiva histórica, na análise das falas dos sujeitos.

Entende-se que a formação da subjetividade está marcada pela historicidade das relações sociais. O professor de hoje não é o mesmo professor da década de 1980, por isso que a leitura desse tópico não pode desconsiderar o contexto histórico apontado no capítulo anterior. A abordagem da formação do *habitus* aqui realizada não considera a fala do sujeito isolada.

Bourdieu caracterizou a família e a escola como os lugares por excelência da formação do *habitus* nos sujeitos. Essas são as primeiras instituições com as quais os sujeitos têm suas interações e serão marcados pelo resto de suas vidas com as impressões trocadas com estes *locus*. As ideias dominantes começam a ser inculcadas a partir dessas instituições, mas, isso, obviamente, se dará de maneira diferenciada para cada indivíduo, porém, marcada pela estrutura social de determinada época.

A primeira instituição formativa do ser é a família. O lugar social que ocupa a família, o capital econômico, cultural e informacional que dispõe, influenciará na formação do sujeito, na sua leitura de mundo e na relação que ele estabelecerá com outros sujeitos, as decisões que tomará no cotidiano. Assim, a família é o primeiro lugar de introjeção das estruturas que conformarão a leitura de mundo do sujeito, ou seja, o estabelecimento do *habitus* que favorece a hegemonia das ideias das classes dominantes na sociedade capitalista.

A escola, como um segundo *locus* de internalização do *habitus*, dispõe de uma série de informações que determinam certa leitura de mundo, hegemônica, visto que se trata de uma instituição para a formação de pessoas para estarem “dispostas” a dar continuidade ao *status quo* da sociedade burguesa. Entretanto, as experiências individuais e a conformação da luta de classes, que se dá de maneira diferenciada a cada época histórica, fazem com que as pessoas desenvolvam leituras diferenciadas sobre as relações sociais.

Entre alguns entrevistados, surgiram referências à família, à igreja ou à escola como os primeiros lugares que propiciaram o contato com uma leitura crítica da sociedade. Uma professora da base, sindicalizada e representante de UMEI no sindicato, fala que, apesar da lembrança do avô como militante da associação comunitária do bairro, somente como funcionária pública foi possível participar dos movimentos, devido à segurança que o serviço público proporciona ao trabalhador em detrimento da empresa privada.

Do lado da minha mãe, minha família sempre participou da política. O meu avô [materno] era da associação comunitária do bairro Santa Cruz, lutou muito. A política sempre foi muito discutida na minha família. Aí, eu fui trabalhar em empresa particular e perdi um pouco esses valores de família porque em empresa a gente não pode discutir abertamente o que você tá pensando. Aí, quando eu entrei para a prefeitura e passei a participar dos movimentos, resgatei essa coisa e procuro falar porque a gente tem que falar mesmo porque se a gente não fala, a coisa piora. Eu acredito que se você tá sendo oprimida, ficar calada não é o melhor, quanto mais calado, mais opressão vem (Professora Mo., sindicalizada).

Outro entrevistado, diretor do SindRede/BH, fala sobre a sua aproximação com os grupos de esquerda a partir da vivência da militância do pai, mas, somente a partir da interação com um grupo cultural de bairro que se desenvolveu o interesse pela participação política, na década de 1980. Contudo, a influência do pai aparece quando o entrevistado fala sobre a sua interação com o partido político. Logo depois ele aborda a sua escolha pelo trabalho docente como opção para exercer a militância política, resgatando a ideia de que a educação escolar pode possibilitar a transformação da sociedade se ela for considerada a partir de uma opção política pelo professor.

Eu sou filho de militante de esquerda, então essa discussão é familiar. Eu comecei a me interessar mais pela discussão política a partir do momento cultural, na região do Vera Cruz, a gente tinha um grupo de teatro, fazia teatro do oprimido, fazia festival de cultura na região. Na década de 80 comecei a tomar contato... Meu pai tinha contato com o povo do Brizola, tinha a juventude socialista, aí o pessoal me procurou, tinha um Congresso no Rio de Janeiro que eles iam participar e formar um partido que não tinha nada a ver com o partido que eles estavam participando. A perspectiva de partido ou de uma organização política mais formal ficou parada. A perspectiva de entrar na educação tem também um [pausa]. Eu trabalhava na indústria metalúrgica, mesmo depois de formado, um certo tempo eu não queria trabalhar na educação. Eu me formei em História, mas não queria trabalhar em educação. Daí eu comecei a pensar em trabalhar em educação como alternativa de atuação política (Professor L., Diretor do SindRede/BH).

A escola, como lugar de socialização, também pode ser um ambiente de divulgação de informações e de ação de questionamento da ordem que a própria instituição escolar reproduz. A classe trabalhadora pode se apropriar da escola

como um lugar para o aprendizado de conhecimentos que podem ser usados contra a alienação, a opressão e exploração (COSTA, 2009). Dependendo da época histórica, a presença de pessoas com posicionamentos contrários ao pensamento hegemônico na escola pode ser maior, como no auge das lutas dos trabalhadores pela redemocratização do país no final dos anos de 1970 e na década de 1980. A efervescência política dessa época influenciou na conformação do *habitus* dos militantes entrevistados, primeiro na escola e depois na universidade, participando do movimento estudantil ou, já no trabalho, participando das assembleias e das greves, conforme se pode perceber por meio das falas sobre a trajetória de vida até a chegada ao partido.

Estudei em colégio interno e desde cedo aprendi a ver as desigualdades, as diferenças de trato. Comecei a trabalhar muito cedo, então eu já via a exploração, as desigualdades sociais, as diferenças de oportunidades, as discriminações. Então, isso sempre me seduziu a me posicionar contra um regime autoritário, contra os desmandos, o sistema de acumulação de capital. Construí minha história dentro do movimento estudantil, sindical, sempre tive nas lutas, às vezes perseguido. Sempre fui militante do PCdoB. Fui presidente do primeiro DA [Diretório acadêmico] de Geografia da PUC [em Belo Horizonte]. Fui de uma militância menos orgânica no DCE [Diretório Central dos Estudantes] no início dos anos 80. Já estive na direção do sindicato dos professores da rede particular, o SINPRO, dois mandatos e um mandato no SindRede, de 2007 à 2009. Era na diretoria colegiada, sob o sistema de proporcionalidade (Professor A., militante do PCdoB).

A participação social oferecida pela igreja é citada em duas falas de militantes políticos, o que se relaciona com a existência de grupos eclesiais ligados aos organismos dos trabalhadores nos anos de 1970 e 1980, como as Comissões Eclesiais de Base (CEBs). Os militantes entrevistados conformaram suas primeiras experiências no movimento de classe em finais dos anos de 1970 e a década de 1980. Foram anos de lutas contra a ditadura militar e consolidação dos principais instrumentos de lutas dos trabalhadores: o sindicalismo classista e o PT. O contexto social era de um grande envolvimento de vários setores da sociedade como as CEBs contra o autoritarismo e o baixo nível de vida dos trabalhadores. As lutas empreendidas naquele período contribuíram para a formação política de toda uma geração que ainda está presente nos organismos da classe trabalhadora. A participação das pessoas nesses organismos propiciou modos diferenciados de ver o mundo daqueles internalizados pela família e escola.

Assim, o professor P., militante do PSTU, falou sobre o tio que era militante do PMDB, logo em seguida, ele fala da participação oferecida pela igreja que foi

abandonada por um projeto de militância em um partido político, cujo primeiro contato aconteceu quando estudava magistério na escola secundarista.

A igreja proporcionava uma participação social interessante. Eu tinha um tio que era do PMDB, então eu me aproximava da questão política. No Instituto de Educação, eu conheci uma menina do PT. Militei no movimento estudantil do Instituto de Educação, até 92, mais ou menos. Depois acabou meu mandato na UEE [União Estadual dos Estudantes] e girei para professores. Fui dar aula na rede estadual e comecei a me integrar no núcleo de professores. Em 92 ou 93 entrei na diretoria da subsele de Venda Nova (Professor P., militante do PSTU).

Na fala de outra militante entrevistada, surgiu a referência à participação social na igreja e logo em seguida a referência à greve de 1987 da rede estadual de educação de Minas Gerais. A entrevistada fala da importância das manifestações performáticas durante as atividades da greve para a sua formação como militante. Por se tratar de uma militante feminista, a entrevistada ressalta a sua condição de mulher e quadro político da CUT e a sua participação no debate sobre maior participação feminina nos organismos da classe trabalhadora. Por último, a entrevistada fala sobre o esforço de conciliar a militância política e a formação acadêmica.

Comecei a militar na igreja. Em 86 entrei para a escola como professora primária. Particpei do comando de greve em 87. Eu era representante de escola. Nessa época pedimos o *impeachment* do Newton Cardoso. As manifestações eram muito performáticas, isso contribuiu para minha formação para o enfrentamento e para dialogar com a população. Aí eu entrei na direção colegiada da rede municipal [de BH] em 90, a gente era uma diretoria colegiada que a gente não tinha liberação, a gente tava na escola, tinha a liberação de uma pessoa só que era a C. A maioria era professora primária, tinham dois homens, tinha funcionária de escola. [...] Na Rede Municipal de Belo Horizonte foram construídos mais quadros femininos, como figuras de poder, do que na rede estadual. Em 94, entrei na executiva nacional da CUT, uma professora primária que tava na executiva nacional da CUT na época do Fernando Henrique, das reformas, da reforma da previdência. Tanto na CUT quanto no PT, fiz parte dos grupos de mulheres. Particpei da organização do grupo de mulheres do PT e do grupo de mulheres da CUT. E eu entrei na discussão de cotas para as mulheres tanto no PT quanto na CUT, da importância da participação das mulheres em instâncias de direção. Depois saí do PT e fui para o PSol, onde estamos discutindo agora a paridade de homens e mulheres na direção do partido. E por causa dessa militância feminista eu particpei do fórum de mulheres de BH e trouxemos para o Brasil a Marcha Mundial de Mulheres [...]. Também nunca deixei de investir na minha formação. Sempre estive na escola, no sindicato e fazendo mestrado e doutorado. O tempo que fiquei afastada da escola eu tava na CUT nacional, em São Paulo e tava também fazendo meu mestrado. Investimento na minha militância e investimento também na minha vida profissional, sem deixar de tá na escola e como também todos esses espaços contribuíram para minha formação (Professora Co., militante do PSOL).

A aproximação com o movimento sindical e político também pode acontecer por meio dos temas de opressão como a questão feminista, como apareceu na fala

anterior, a questão racial e a questão da diversidade sexual, debates que se tornaram mais proeminentes a partir da década de 1960. O desafio colocado hoje para o movimento sindical combativo é o de conciliar o debate em torno das opressões com o debate da exploração de uma classe sobre a outra. Há grupos políticos como o PCdoB que possuem uma leitura de que a criação de grupos autônomos relacionados aos temas de opressão à mulheres, negros e gays podem levar a uma divisão da classe trabalhadora, por entenderem que a opressão de classe é a geradora dos demais tipos de opressões. Outros grupos como o PSol e o PSTU defendem, em graus diferenciados, a necessidade dos grupos minoritários de se organizarem em torno das suas demandas, sem desvincular da questão de classe. Nesse sentido, a discussão do racismo, machismo e homofobia só faria sentido a partir do debate da exploração de classe.

Assim, outra entrevistada, diretora do SindRede/BH, fala sobre a sua aproximação com o sindicato para debater a questão racial, de como o SindUTE/MG possibilitou a formação de um grupo, o coletivo Antirracismo, para debater esse tema, aproximando a entrevistada para o debate dentro do sindicato, depois da experiência da greve de 1996, no governo Patrus.

Quando eu entrei na rede, comecei a frequentar as assembleias. Tinha uma colega que já era militante sindical, quando a conheci não era mais da Articulação, era da TM [Tendência Marxista], dos seguidores do Rogério Correia. Na época a gente [...] tinha a questão racial que eu sempre interessei discutir. E dentro do SindUTE tinha o coletivo do Antirracismo. Então, a Sônia era uma pessoa que também gostava de militar neste campo, aí a gente começou a frequentar as reuniões do SindUTE. Então, eu participava da rede municipal das assembleias e participava na rede estadual na discussão racial. Na greve do Patrus, eu me aproximei mais do sindicato. Eu estava fazendo o curso de história na UFMG. O logo da campanha era 'Patrus é feio'. Nessa época eu já tinha referência no P., na C., tinha acordo político, mas era um grupo muito minoritário. Então, eu e o Batata [militante do PSTU, ex-dirigente do sindicato dos metalúrgicos de BH/Contagem] fazíamos o curso [História] juntos, na mesma turma. Aí, por causa do logo do 'Patrus é feio', eu estava com caderno com o adesivo e o B. chegou e falou 'esse cara é feio mesmo'. Aí, a gente começou a conversar em relação à questão do movimento. [...] Depois, o P. me convenceu a participar de uma chapa, coisa que eu não queria, nunca fez parte do meu projeto participar do sindicato, mas entrou uma questão militante. Aí eu entrei para a chapa. Depois, ele me disse que eu ia fazer parte da direção, aí comecei a chorar. Toda vez que discute que eu vou vim pra cá eu choro porque acho isso aqui um trem de doido. Então, eu vim para o sindicato por causa da questão racial, para militar mesmo (Professora C., diretora do SindRede/BH).

Existe uma conformação social que estrutura o desenvolvimento do *habitus* e, nesse sentido, a análise sobre o envolvimento dos trabalhadores com os seus

organismos e com as lutas não pode perder de vista a alienação. No segundo capítulo, foi demonstrado como o professor é estranhado em relação ao seu trabalho e como isso resulta em alienação e sofrimento. O capitalismo transforma a relação entre as pessoas em relação entre coisas, uma relação mercadorizada, determinada pela hegemonia do pensamento burguês que forma um *habitus* que naturaliza a dominação, a exploração, a opressão, as relações sociais da sociedade capitalista. Isso conforma a relação que o professor estabelece com a ação sindical. Entretanto, as questões objetivas vividas pelos professores, os baixos salários, a perda de autonomia, a superlotação das salas de aula, a violência nas escolas, as perdas de direitos sociais podem levar o professor a viver a ação sindical e esse envolvimento pode contribuir na modificação do seu *habitus*.

Uma das diretoras do SindRede/BH, ao relatar sobre a sua aproximação com o sindicato, ressalta que essa aproximação se deu por uma necessidade objetiva, quando a SMED havia determinado que as educadoras infantis não teriam as férias de janeiro como os professores do ensino fundamental possuem.

Então, a gente, pra não trabalhar janeiro, fez uma greve. Inicialmente foi por causa do meu umbigo mesmo né, que eu não queria trabalhar em janeiro e fui pra greve. Na greve eu tomei contato com as movimentações do sindicato. E aí participei da greve ativamente, não participei do comando de greve porque a greve foi curta [...] (Professora M, diretora do SindRede/BH).

Logo em seguida, a entrevistada fala que a sua aproximação com o sindicato fez com que ela debatesse melhor as questões da categoria. A participação em outra greve fez com que ela se aproximasse mais ainda do sindicato, se envolvesse com os pertencentes ao Coletivo Fortalecer a Rede e aceitasse compor uma chapa para concorrer às eleições sindicais.

Mas, desde então, eu já estava mais próxima das questões do sindicato, não era representante porque na minha escola tinha representante. Mas eu tava mais próxima, fazia as discussões melhor, ia mais em assembleia e tal. Nesse mesmo ano teve outra greve e eu tava em outra escola, uma escola muito conservadora que as pessoas nem discutiam a possibilidade de fazer greve. E aquilo me incomodou muito, eu tava numa escola politizada e fui pra uma escola que ninguém discutia nada e isso me incomodou demais. De modo que eu tive que tomar frente nessa escola para fazer as discussões em torno do sindicato, sobre a greve, sobre a categoria e no tomar a frente disso passei pela greve um pouco mais ativamente do que na educação infantil e me entranhei mais ainda com o sindicato, né. Bom, acabou a greve, pagamos a greve, não tivemos outra greve até 2010. Mas desde 2005 eu virei representante do sindicato em qualquer escola que eu trabalhei. Muito próxima do grupo que no caso tem como referencial político o PSTU, né. Aí, simpática a esse grupo e coadunando com as ideias dele, acabei por entrar na eleição atrasada, sem ser a passada, na chapa, mas não quis compor a diretoria. Achava que não tava preparada. Na eleição

passada eu já tinha noção que queria participar no sindicato, como diretora. Então, foi uma decisão, um amadurecimento que me trouxe até aqui neste momento. (Professora M., diretora do SindRede/BH).

As condições do momento histórico que levam os trabalhadores a fazerem greves e nível de enfrentamento e politização dessas greves podem levar à modificação do *habitus* do trabalhador no sentido dele se aproximar mais da organização coletiva em busca da resolução dos seus problemas objetivos no local de trabalho escola.

Esse processo é discutido por Antunes (1992), se a greve pode servir a esse avanço na consciência do trabalhador no sentido da sua organização coletiva. De acordo com o autor, o avanço na consciência do trabalhador pode ocorrer se os interesses mais imediatos forem combinados com o debate maior sobre o capitalismo e o controle social da produção, tendo em vista a ruptura do ordenamento social. “Neste caso, com uma direção consciente, inspirada numa concepção que objetiva a emancipação do trabalho, a greve se constituirá em efetivo passo no processo de conscientização do ser social” (Ibd., p. 190). A greve é um dos instrumentos que podem servir para o avanço da consciência dos trabalhadores no sentido da sua organização coletiva, mas há outros elementos que influenciam nesse processo como a organização nos locais de trabalho, a democratização do sindicato e esses processos influenciarão na produção e disseminação das informações, ou seja, nas práticas informacionais dos professores da base e dirigentes sindicais.

Contudo, não se pode compreender a consciência de classe como um processo mecânico, no qual o trabalhador, a cada luta política que participe, ganhe mais e mais consciência. Esse movimento é dialético e dependente do movimento histórico. O avanço da consciência de classe está ligado ao avanço das lutas da classe trabalhadora de tentar ruir as bases da classe dominante, tanto economicamente quanto politicamente. As estratégias dos grupos que organizam a classe politicamente, influenciam fortemente na formação da consciência.

A disseminação de informações sobre a democracia ou um novo tipo de sociabilidade humana que não seja intermediado pelo capital, como a divulgação do socialismo nas décadas de 1970 e 1980, por meio das peças teatrais, da música, dos intelectuais, além dos partidos, possibilitou a aproximação do trabalhador com

leituras da realidade diferenciadas das ideologias dominantes. Um dos entrevistados aborda a influência do sindicato e das músicas de protesto na sua formação política.

Eu sou da cidade do Jequitinhonha. Trabalhava no SESC [Serviço Social do Comércio] e estudava na UFMG. [...] Eu sempre gostei de política e lá no Jequitinhonha não tinha muita coisa. Fui ameaçado de demissão por ir às assembleias de professores. Sempre fui representante, fiz parte da direção da subsede de Venda Nova. Inclusive o sindicato foi pra mim uma escola, essa linguagem de assembleia eu aprendi lá. Nas assembleias de professores o Lula sempre vinha... As músicas também, aquelas músicas de Geraldo Vandré, Zé Ramalho, Chico Buarque ajudou muito na minha formação. A sociedade engolia a postura militar como uma postura correta, era uma alienação. Hoje quando tem uma assembleia eu fico... eu quero participar, eu quero fazer parte dessa história. Eu trouxe minha experiência do estado para o movimento da prefeitura (Professor M., militante do PT).

A década de 1990 representou um grande refluxo da organização dos trabalhadores nos sindicatos e partidos de esquerda. Vários fatores podem explicar esse refluxo como a hegemonia do discurso de fim das lutas de classes e supremacia do capitalismo em relação ao socialismo, a implementação das políticas neoliberais de redução do atendimento das demandas sociais como saúde e educação e aumento a capitalização financeira dos bancos. A já citada reestruturação produtiva que aumentou a exploração dos trabalhadores, além da cooptação das direções do movimento dos trabalhadores que são vinculadas à ideia do reformismo da sociedade capitalista.

Por outro lado, houve o fortalecimento da ideia do trabalho voluntário como prática de cidadania para a melhoria das condições sociais. Não por acaso, houve um aumento de ONGs e OCIPs, muitas ligadas aos sindicatos, durante a década de 1990. Uma das professoras entrevistadas falou sobre a sua escolha em participar das ONGs que fazem trabalhos junto à juventude, principalmente na comunidade da escola onde ela trabalha. A entrevistada ainda cita a irmã que é funcionária da Secretaria da Juventude do Governo do Estado de Minas Gerais como uma fonte de informação sobre as ações de ONG's e do Estado voltadas para a juventude pobre.

Dois dias da semana vou à Igreja Batista, num grupo de vivência, me reúno uma vez por semana. [...] Eu sou muito ligada em saber o que ta acontecendo aqui na comunidade, tenho um carinho muito grande por esse povo daqui. Eu fico ligada nas atividades das OCIP's daqui, eu procuro saber o que ta acontecendo na Oscosi, com o pessoal do Cepaz, principalmente nas OCIP's ligadas à juventude, ao pessoal do Fica Vivo [Programa do governo do Estado de prevenção ao uso de drogas], do menino que canta rap, fico ligada também no que a coordenadoria da juventude da cidade ta implementando, o que a coordenadoria da juventude do estado ta fazendo, o que vai fazer pra essa juventude melhorar. É por aí que eu acredito, um trabalho mais de *front* mesmo. Tenho uma irmã que

atua na secretaria da juventude [do Governo do Estado], então ela sempre me informa o que ta acontecendo (Professora L, não sindicalizada).

O refluxo do movimento sindical, a guinada da maior parte do sindicalismo combativo para o sindicalismo de conciliação, negociação, a ascensão ao poder de figuras outrora críticas ao sistema capitalista, como Patrus Ananias na PBH e Lula na presidência, combinados com as disputas entre as organizações políticas pela hegemonia no âmbito da classe trabalhadora, geraram uma série de desilusões e rompimentos de trabalhadores que antes reivindicavam a organização política e sindical.

A professora Ro. fala sobre a sua experiência com o PT, a partir do envolvimento com a UTE. Logo depois, aborda a experiência com o governo de Patrus, a expectativa na Escola Plural como um projeto que atendesse os anseios da categoria. Evidencia o seu envolvimento com este projeto ao falar que “andava atrás” do professor Miguel Arroyo “pra cima e pra baixo”. Em seguida, ela aborda o desencantamento com a condução do governo, mas não abandonou o ativismo sindical. Sempre está presente nas assembleias e reuniões de representantes, tendo feito parte da Chapa Travessia na última eleição do sindicato, em 2009.

Sou professora do ensino fundamental há 30 anos, fui vice-diretora, hoje sou professora do 1º ciclo. Fui do PT, comecei nele em 1984. Participar de reunião de partido, não. Mas como era a UTE e a UTE eram pessoas do PT e não tinha oposição. Minha veia sempre foi sindical, movimento sindical. Depois veio a decepção, quando o Patrus assumiu. Nos dois primeiros anos a gente tinha a esperança de que a educação ia tomar um rumo... Deu um rumo, mas não foi o rumo que a gente imaginava chegar no caos que está agora. A proposta foi a Escola Plural do Miguel Arroyo, a gente andava atrás dele pra cima e pra baixo, via as palestras, anotava e tentava aplicar na escola. [...] Demorou um ano pra cair a ficha de que a Escola Plural que tava no papel não era a mesma Escola Plural do governo. Quando Patrus se candidatou uma onda de militantes também se candidatou para diretor de escola com aquela ideologia de que a educação iria melhorar, que ia ser justa, que ia ter autonomia. Não teve nada [...] (Professora Ro., sindicalizada).

Já o professor R. falou sobre a sua participação no sindicato e o rompimento por discordar da maneira como os militantes dos partidos políticos disputam a direção da organização sindical da categoria, desde a criação do SindUTE/MG, no final da década de 1980, criticando o processo de criação desse sindicato. Recentemente, o entrevistado também se mostrou contrário à filiação do SindRede/BH à Conlutas, na época do rompimento com o SindUTE/MG e a CUT. Para o entrevistado, todas as correntes políticas objetivam o poder para seus militantes e não a organização ampla dos trabalhadores.

Quando eu entrei na rede eram cinco entidades que falavam dos trabalhadores em educação. Aí veio o processo de unificação e resolveram unificar na UTE e eu fui contra porque achei o processo atropelado. Atropelaram o movimento da rede, depois, nos congressos seguintes tentei discutir a questão, acabei perdendo e me filiei ao SindUTE que tinha um braço na rede municipal. Tem uns três ou quatro anos que eu desisti porque não atende, não é um sindicato de classe é um braço sindical, é uma farsa, manipulam o movimento dos trabalhadores, o quê tá em interesse não é a organização da classe trabalhadora é ganhar brechas. Tempos atrás, eu defendi sair do SindUTE e a rede municipal criar um sindicato próprio, aí procurei o PSTU e eles não queriam de jeito nenhum, fizemos reunião formal... Na verdade, eles acreditavam que através da rede municipal eles iam atingir a rede estadual. E agora, recentemente, eles resolveram que não dava mais, quando o PSTU criou a central sindical deles porque precisava fortalecer a central sindical, aí saíram do SindUTE. Mas não para fortalecer a categoria, mas para favorecer a central sindical do PSTU. [...] Não desfiliei formalmente, teve uma questão com a prefeitura que a gente tinha que ir lá para regularizar a situação com o sindicato, eu deixei pra lá. [...] Uma antipatia muito maior porque vem com um discurso de transformação, mas não querem transformar, querem conservar o poder. Quando chegam ao poder não muda mais. Lula chegou lá o quê que ele fez? Patrus chegou aqui, o quê que ele fez? O PSTU chegou ao sindicato, o quê que ele faz? (Professor R., não sindicalizado).

Outro entrevistado, que é um professor sindicalizado, fala sobre o seu descrédito em relação à organização sindical, comparando-a com o parlamento, abordando que os mesmos “vícios e virtudes” que existem no parlamento existem dentro do sindicato. Ele corrobora com a leitura anterior de que todo agrupamento político objetiva uma colocação vinculada ao poder para seus militantes.

Vou nas atividades esporadicamente, me parece que não me entusiasma mais, sou um cara com 50 anos, não me entusiasma mais. A organização sindical no Brasil é isso, é um pior que o outro. Os vícios e as virtudes que têm lá no planalto, você vai encontrar no sindicato também, é muito próximo, muito emaranhado, eu acho (Professor Ma., sindicalizado).

A professora O, que é sindicalizada e atualmente exerce a função de vice-diretora da escola, abordou que sempre esteve presente nas assembleias da categoria, até mesmo por causa da influência da escola onde ela trabalha, cujos trabalhadores se envolvem as atividades sindicais. Entretanto, ela falou sobre a sobrecarga de trabalho na escola e as dificuldades de ir às atividades. Por fim, ela afirma que a direção sindical procura realizar reuniões com as direções das escolas que, muitas vezes, são frustradas, por causa das dificuldades dos gestores em frequentá-las.

Nestes cinco anos, pouco participativa. Antes eu participava, acompanhava, mas nestes cinco anos eu não consegui tempo. Minha participação é indireta, através dos meus colegas, eles trazem a gente discute individualmente, informalmente na escola. Eu até tentei no início do mandato acompanhar, mas não consegui depois. É difícil a direção sair daqui para ir até o sindicato. O sindicato vir, tentando ter esse momento com a direção, da mesma forma que ele tem com o grupo. Porque a

tentativa também de levar a direção para participar dos debates em grupo, às vezes é frustrada, em razão das demandas que a gente tem. O sindicato chama, convoca, por malote, *email*, mas chama lá e é difícil para a direção ir (Professora O, sindicalizada).

O envolvimento do trabalhador com os organismos de defesa da classe resulta em diversas experiências de aproximação e rompimento com a forma de organização coletiva ou com as outras pessoas ou grupos políticos organizados que participam dessa organização ou a dirigem. Uma das dirigentes sindicais tem a leitura de que o professor se sindicaliza para ter acesso aos serviços do departamento jurídico, em busca de atendimento para a resolução de questões pontuais.

As pessoas entram, se filiam por causa do departamento jurídico, por causa das ações e tinha muita demanda, muita reclamação (Professora M., diretora do Sindrede/BH).

O fato de se sindicalizar não significa que haverá participação do professor na organização política da categoria. Contudo, o envolvimento como delegado sindical e a participação nas greves podem favorecer o envolvimento maior dos professores, como foi apontado anteriormente. Uma das entrevistadas, que é representante de escola, compara seu comportamento com o comportamento de outra representante da mesma escola, de não restringir a sua ação somente ao papel de informar o grupo, mas ter uma postura de mobilização das pessoas também. Para essa entrevistada, não basta se informar e repassar a informação, deve haver um envolvimento maior, de participação das atividades e de mover os colegas da escola para participarem.

Eu sou representante do turno da manhã e tem a representante do turno da tarde. A gente se embate muito porque eu tenho um jeito de ver e ela tem outro. Ela vai nas reuniões para saber o que tá acontecendo e informar os colegas. Eu vou na reunião para participar do movimento, saber o que tá acontecendo e “fazer e acontecer” na minha escola. O sindicato chama a gente pra luta, ele sozinho não vai conquistar nada pra ninguém. Então ela chega e fala, ‘o sindicato está convocando uma greve’... não é o sindicato, é a categoria. Eu já falo diferente, não falo o sindicato, falo que nós professores que estávamos lá na reunião decidimos pela greve. À tarde, as pessoas não participam tanto do movimento como de manhã, eles passam caderno para você escrever vou parar, não vou parar ou vou mandar representante, mesmo na greve ou na paralisação (Professora Mo., sindicalizada).

A professora Co, militante do PSol, fala sobre como ser representante de escola influenciou na sua formação. Em sua opinião, o grupo da escola onde trabalha a 25 anos, que é um grupo que tem a tendência de agir mais coletivamente, de acordo com as deliberações das assembleias dos professores e de participar

ativamente da organização político-sindical, foi determinante na sua formação política e na sua trajetória como militante.

Obviamente eu tenho o privilégio de trabalhar na mesma escola há 25 anos e é uma escola que quando ela ta em baixa, a baixa dela é o que muitas escolas ta no momento de alta [referindo-se aos enfrentamentos com a SMED e governo]. É uma escola radicalizada, que sempre levou em consideração a categoria. Quando dividia durante a greve, a escola não retornava para não enfraquecer a mesa de negociação. É claro que eu sou fruto também dessa formação, desse coletivo. Muito do quê essa escola construiu no coletivo é que possibilitou que eu tivesse essa trajetória. Tanto é que na minha tese eu falo do que foi a experiência política no Cônego [escola] para essa construção política de participação e eu só fui ocupando determinados espaços porque eu comecei eleita representante desta escola (Professora Co., militante do Psol).

O tempo longo de permanência na mesma escola, se relacionando com profissionais mais envolvidos com a luta sindical, possibilitou um espaço de formação política dessa entrevistada que, aliado às outras experiências, possibilitou o avanço da consciência de classe ,como se pode perceber pelos seguintes segmentos de sua fala: “quando dividia durante a greve, a escola não retornava para não enfraquecer a mesa de negociação” e “é claro que eu sou fruto também dessa formação, desse coletivo”.

Da mesma maneira que a sindicalização não significa o envolvimento com as lutas da categoria, a não sindicalização não significa que a pessoa não reconheça os problemas objetivos e a organização coletiva como saída para a melhoria das condições de trabalho e de vida. Uma das entrevistadas, uma professora jovem, com cerca de oito anos de trabalho na RMEBH, possui uma visão muito crítica em relação às ações do governo municipal com a categoria de professores, mas manifestou a sua condição de se manter alheia à organização sindical por considerar as manifestações tumultuadas, além de não concordar com a panfletagem de materiais dos partidos políticos nas reuniões e nos atos promovidos pela categoria.

Olha não sou sindicalizada, eu gosto de saber o quê tá acontecendo, eu apoio a causa, mas não participo ativamente, não gosto de ir nas manifestações, às vezes vou nas reuniões que têm na câmara [de vereadores] ou qualquer outro lugar, não com frequencia. Eu vou, mas participo mais a distância. Porque eu não gosto da ‘muvuca’. Não sou sindicalizada porque nunca tive interesse, eu critico a prefeitura porque vejo muita coisa errada, mas eu fico mais na minha. Eu falo com quem pode falar, não é com qualquer pessoa que a gente pode falar certos comentários. Tem muita gente que acha que essa prefeitura é um lugar bom de trabalhar. Mas eu converso com muita gente que tem esse olhar crítico e que também não é sindicalizada (Professora Ca., não sindicalizada).

A mesma professora que abordou seu interesse pelas ações das ONGs falou sobre a falta de desejo em participar das atividades sindicais, mas, durante a sua fala, expõe uma reflexão sobre a sua condição alheia ao movimento da categoria, abordando a questão da rotina do trabalho como um fator de acomodação e não envolvimento com a organização coletiva.

Não participo [das questões sindicais] por falta de desejo mesmo. Quando eu ingressei no magistério, no ano de 1995, numa escola estadual em Santa Luzia, eu ainda era universitária. A gente tinha um grupo bacana na escola, uma escola que não tinha infraestrutura, não tinha materialidade, mas era uma escola que funcionava muito bem. A gente conseguia empreender várias atividades mesmo sem recursos... Eu participava das reuniões, das paralisações, mas aos poucos foi perdendo o sentido pra mim. Acho que a rotina foi me engolindo. Então, é falta de desejo mesmo. Não sou sindicalizada, só conheço o Heitor que está ligado ao sindicato, não conheço mais ninguém. Eu me pergunto será que eu to sendo tão alienada assim, eu deveria participar mais? Mas eu acho que houve uma acomodação mesmo, eu me acomodei (Professora L., não sindicalizada).

Apesar da professora L. falar sobre a ausência de desejo em participar das atividades ligadas à organização sindical, ela refletiu sobre a questão de não participar ativamente na organização da categoria, se questionando se ela estaria “alienada” e se deveria “participar mais”. Anteriormente, ela disse que participava das reuniões e paralisações e que, com o tempo, foi “perdendo o sentido para ela” e que a “acomodação” à rotina seria o fator para essa adaptação. Pode-se compreender essa fala a partir da alienação do trabalho do professor, que não participa ativamente da construção do processo de ensino, da gestão escolar, submetido à lógica burocrática da SMED, se transformando em reprodutor de conteúdos já pré-estabelecidos. Essa forma de organização do trabalho tira do professor o poder de decidir, de se organizar com seu grupo de maneira autônoma em relação ao governo.

Quando os espaços de intervenção ativa dos professores são reduzidos ou deixam de existir, a rotina de trabalho passa a imperar, aproximando-se da lógica da fábrica, de repetições cotidianas do trabalho, limitadas à transferência do conteúdo curricular. Nas palavras do professor Tertuliano Máximo Afonso, personagem de Saramago (2008, p.10) em *O homem duplicado*: “creio, tanto quanto posso saber não estou doente, o que sucede é que tudo me cansa e aborrece, esta maldita rotina, esta repetição, este marcar passo”. A alienação do trabalho docente leva o professor a cada vez mais ser um receptor de informações, uma vez que não existe tempo e nem condições para o debate e a intervenção, dificulta o envolvimento e

fortalece a unilateralidade da comunicação com o sindicato e com a SMED. A seguir, serão abordadas as falas sobre o local de trabalho, que podem mostrar como se dão os espaços de reunião para debates em torno das questões pedagógicas, políticas e sindicais.

3.3 A vida no local de trabalho

*Chego sempre à hora certa
contam comigo, não falho,
pois adoro o meu emprego:
o que detesto é o trabalho.*

Millôr Fernandes⁵⁰

A implantação da Escola Plural significou para muitos professores o início da construção de uma escola mais democrática e aberta para a comunidade, com mecanismos de participação dos trabalhadores em educação na definição dos projetos político-pedagógicos, para tanto, foram criados espaços de planejamento e de encontro dos profissionais como o ACPATE (Atividades Coletivas de Planejamento e Avaliação Escolar) e a reunião pedagógica. A avaliação da ex-professora da RMEBH, Rosilene Tavares, na cartilha sobre a organização no local de trabalho escola ressalta que

[...] No entanto, pensávamos que, em governos democráticos-populares [sic], como se denominam os governos administrados por partidos de esquerda, as relações com os trabalhadores se estabeleceriam por critérios diversos daqueles utilizados historicamente. Mas não foi nada disso o que ocorreu. De fato, fomos tratados como todos os patões tratam seus trabalhadores, ainda que se diferenciem em táticas mais ou menos modernas (TAVARES, 1996, p.10).

O professor P., militante do PSTU, abordou a relação que a categoria tinha com o governo do PT que implementou o projeto Escola Plural na cidade, salientando a confiança e a credibilidade dos professores no primeiro governo de um partido de esquerda.

A categoria votou no PT acreditando nas possibilidades de mudança. O período anterior, na década de 80, o processo de luta social era muito grande e o PT tinha um posicionamento de esquerda. O programa do partido para a cidade era um programa que foi construído pelos movimentos sociais. Quando o PT assume a prefeitura, os quadros dirigentes, principalmente dos sindicatos, aí entra o SindUTE, foram sugados para a administração. A categoria tinha identidade com o PT muito grande. [...] A categoria pensava que agora era nossa vez de governar, de ter um plano de carreira, salário reajustado, de ter uma política para a educação que atenda

⁵⁰ FERNANDES, M. *Pif Paf: quarenta anos depois*. São Paulo: Argumento, 2005.

realmente os interesses nossos enquanto servidores da educação. [...] Chega em 96, fizemos uma greve muito dura porque continuávamos com perdas salariais, perdemos o ICV do DIEESE porque o governo, depois de um período, se negou a pagar. Foi a primeira experiência muito concreta com o governo porque nessa greve, o governo, como retaliação ao movimento, resolve cortar os salários. Foi a primeira experiência de corte de salário em greve. Era o PT, ninguém acreditava. Nós tínhamos uma vanguarda enorme. Os comandos de greve eram lotados de gente (Professor P., militante do PSTU).

Tendo em vista a história dessa rede de ensino e as condições atuais do trabalho no magistério, buscou-se relatos sobre as condições de trabalho, o controle sobre o processo de trabalho e o tempo para se debater as questões pedagógicas e funcionais dentro da escola.

3.3.1 As condições de trabalho e remuneração

O entendimento sobre o que significa ter boas condições de trabalho variou entre os entrevistados. Apareceram questões como o acesso aos materiais necessários para a execução da atividade docente e infraestrutura da escola, falta de professores, disciplina dos alunos e a valorização profissional.

A materialidade do trabalho e a infraestrutura da escola não aparecem como os principais problemas da RMEBH durante as entrevistas realizadas. Os problemas relacionados com a materialidade variam de uma escola para outra. Nas falas de duas entrevistadas há uma boa avaliação em relação à estrutura física da escola, uma delas relaciona o acesso aos materiais necessários para a execução do trabalho com o conhecimento da rotina da escola.

Com relação à escola, ela tem estrutura física para o trabalho, ela oferece condições de trabalho (Professora O., sindicalizada).

Eu tenho boas condições de trabalho. Eu conheço a rotina da escola, estou aqui há nove anos então eu sei exatamente onde buscar os materiais. Esse aspecto material é tranquilo. Não falta nada de materialidade (Professora L., não sindicalizada).

Outra entrevistada, que também trabalha na área da saúde, compara as condições materiais da educação com a materialidade oferecida pela saúde. A percepção da entrevistada da precariedade do trabalho na área da saúde a leva a considerar que suas condições materiais de trabalho na educação são melhores. A professora avalia que a existência de um caixa escolar facilita o acesso à materialidade, diminuindo a tramitação burocrática entre a solicitação e o recebimento de verbas para a realização de projetos na escola. O caixa escolar é

uma conta própria da escola na qual o poder público deposita o erário para a compra de materiais, contratação de auxiliares de serviço, execução de obras e financiamento de projetos elaborados pelo corpo docente.

As condições de trabalho na educação infantil é uma condição boa, se você olhar o fator materialidade. O que você precisa para um projeto, você solicita e tem. Isso pra mim é bem presente porque na saúde é uma pobreza, a gente pede uma coisa, é uma burocracia porque a gente não tem um caixa igual a escola tem, o caixa escolar, que tem o dinheiro ali e pode utilizar. Saúde é mais difícil (Professora Mo., sindicalizada).

O professor R, que já esteve na direção do sindicato e rompeu, compara a escola pública com a escola particular, avaliando que as condições oferecidas pela RMEBH são piores do que as do ensino particular e melhores se relacionadas com outras redes públicas de educação. Na opinião dele, o grande problema está na falta de compromisso dos colegas com a educação.

Se você comparar as condições de trabalho com a realidade que eu tinha na escola particular, é razoável para baixo. Se for comparar com a realidade da escola pública, tá muito bom. O grande problema do trabalho é que não existe compromisso do coletivo. [...] Acho que falta compromisso social com a educação. Nosso recreio, por exemplo, pela lei é de 20 minutos, ele dura 40 minutos e ninguém reclama. (Professor R, não sindicalizado).

Apesar de não aparecerem muitas críticas em relação à materialidade do trabalho, a maioria dos entrevistados aponta vários problemas que influenciam as condições de trabalho. O problema da disciplina dos alunos foi citado em duas entrevistas. A rotatividade de professores e a ausência constante dos profissionais foram outros fatores mencionados como problemas para a organização escolar.

A escola perdeu um pouco de organização. Rotatividade de professores, então o professor não conhece muito essa especificidade do local. A comunidade tem códigos muito próprios. A gente tá inserido num meio que é muito peculiar, eles têm toda uma organização extra-escola, a gente é o estrangeiro, então eu acho que a gente tem que se adequar aos códigos (Professora L, não sindicalizada).

O ensino fundamental tá pior que o ensino infantil, a infraestrutura não é tão boa, tá faltando muito profissional na rede, tá tendo muita substituição, atrapalha o planejamento e não tem tanta materialidade, a questão de barulho também, incomoda bastante, problemas muito graves de disciplina. [...] (Professora Ca, não sindicalizada).

A valorização profissional também é outro tema recorrente entre os docentes. Os baixos salários da categoria, a diferenciação entre professoras da educação infantil e professores do ensino fundamental, a ausência de um plano de carreira que incentive os profissionais a darem continuidade aos estudos são fatores considerados essenciais para a valorização profissional (ROCHA, 2009). No ano de 2012, a remuneração inicial do professor de ensino fundamental é de R\$1676,03 e

de uma professora da educação infantil é de R\$1030,35. O tratamento diferenciado promovido pela SMED resulta numa fragmentação da categoria, como se percebe pelos depoimentos das professoras da educação infantil e pelo acontecimento mais recente da RMEBH. No mês de março deste ano, as professoras da educação infantil iniciaram uma greve pela isonomia salarial e contaram com a adesão dos professores do ensino fundamental somente nos três primeiros dias.

[...] tem o outro lado, a desvalorização do cargo do educador que é uma coisa feita pela própria prefeitura que quis atender a demanda da educação infantil, mas gastando pouco. Não paga o educador infantil igual ao professor de primeiro e segundo ciclo, tem uma diferença de plano de carreira, de tratamento na SMED. Tem uma discriminação dos próprios professores, não são todos, mas a maioria acha que a gente fez concurso de magistério de 2º grau e agora a gente quer ganhar igual um professor com curso superior, mas a maioria das educadoras [da educação infantil] de Belo Horizonte tem curso superior e pós-graduação ou só o curso superior (Professora M, sindicalizada).

Eu acredito que esse é o pior mandato. Pior prefeito no tempo em que eu to na educação de Belo Horizonte. Ele não ta valorizando, não ta incentivando. O pior, acho que ele ainda menospreza, ele faz a gente fazer papel de bobo, de palhaço. Vem colocar aumento *mixuruca*, em várias parcelas que a gente fica recebendo aumento até o final do ano que vem. Então, não acredito que ele esteja investindo na educação não. Muito fraco e muito mal aplicado [investimento]. A administração pública na educação como todo ta muito precária, muito ruim, muito largada [pausa]. Descaso, essa é a palavra. Um descaso muito grande (Professora Ca., não sindicalizada).

Apesar do professor do ensino fundamental receber uma remuneração superior à remuneração da educadora infantil, o seu salário equivale a três salários mínimos em 2012. Na fala de um dos entrevistados aparece a leitura sobre o papel social do professor na sociedade como parte de “uma categoria pensante”, a “intelectualidade” e a incompatibilidade deste papel social com a tendência dos docentes a receberem uma remuneração cada vez mais próxima ao salário mínimo. Outro elemento que aparece em sua fala é a questão da permanência do profissional da educação em relação ao à permanência do prefeito, indicando que o envolvimento do docente com a educação é maior porque ele “vive” do seu trabalho que é lecionar, diferente do prefeito que possui uma função transitória.

Eu falo com os professores que a tendência nossa é ser assalariado, ganhar um salário mínimo e nós somos uma categoria pensante, somos a intelectualidade. Eu sou formador de opinião. Nós, professores concursados temos mais compromisso do que o Márcio Lacerda, ele vai passar, se ele não for eleito ano que vem ele não ta mais no poder e nós vamos continuar. Esse é o meu trabalho, eu to vivendo de aula, eu tenho que lutar por esse espaço aqui (Professor M., militante do PT).

Essa fala reforça o papel redentorista do professor ao entrevistado se definir como um “formador de opinião”, relacionando essa função social do professor com o

merecimento de uma remuneração superior ao salário mínimo. Por outro lado, a evolução da remuneração dos docentes da RMEBH no período de 1996 até 2011, comparada com a evolução do salário mínimo mostra essa “tendência ao assalariamento” da qual fala o entrevistado.

TABELA 1 – SALÁRIOS DA RMEBH COMPARADOS COM OS SALÁRIOS MÍNIMOS DE 1996, 2006 E 2011

CARGO	1996		2006		2011	
	Sal.RMEBH	Sal. Mín.	Sal.RMEBH	Sal. Mín.	Sal.RMEBH	Sal. Mín.
Educador Infantil	-----	-----	500,00	1,15	1.030,35	1,6
Professor Municipal I*	448,57	4	676,00	2,15	1.080,00	1,7
Professor Municipal I Licenciatura Curta	572,50	5,13	1.049,00	3,25	-----	----
Professor Municipal **	695,88	6,21	1.049,00	3,25	1.676,03	3

*Professor das séries iniciais do ensino fundamental, com formação mínima em magistério.

**Professor de disciplinas específicas com formação em licenciatura plena.

Fonte: ROCHA, 2009, p. 162; BELO HORIZONTE, 2011, p.13⁵¹(adaptado).

A percepção sobre as condições de trabalho não variou muito entre sindicalizados, não sindicalizados e militantes políticos. Aparecem majoritariamente os problemas da valorização profissional e da ausência de professores na escola. No próximo tópico serão trazidas as falas sobre a intervenção da SMED ou de coordenadores no processo de trabalho.

3.3.2 Autonomia do professor

A autonomia do trabalhador para planejar e desenvolver seu trabalho é um elemento importante para se discutir o processo de sujeição desse trabalhador, um dos elementos da proletarização. Como foi abordada no capítulo 2, a atual forma de organização do trabalho separa os trabalhadores dos meios de trabalho e da organização do processo de trabalho, sendo necessária a existência de gestores escolares para garantir a realização do trabalho na escola (TAVARES, 1996). Nesse sentido, buscou-se entre os entrevistados o entendimento deles sobre

⁵¹ BELO HORIZONTE. Edital 03/2011. Concurso Público para provimento dos cargos públicos efetivos de Professor Municipal, Auxiliar de Biblioteca Escolar, Auxiliar de Secretaria Escolar e Educador Infantil da Carreira dos Servidores da Educação, e do cargo público efetivo de Analista de Políticas Públicas da Carreira dos Servidores da Administração Geral do Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2011.

autonomia do trabalho e como eles consideravam esse elemento na sua relação com a coordenação e a direção da escola e a SMED.

O professor M., militante do PT, abordou a unilateralidade nas tomadas de decisão em relação às questões funcionais e pedagógicas por parte do governo e o papel do diretor na escola como o transmissor das ordens comunicadas por portarias.

A prefeitura toma decisão, a diretora vem e informa. Aí vamos discutir. Normalmente o diretor da escola segue as orientações da prefeitura. Ele é um representante [da prefeitura]. As direções que são mais abertas discutem e outras 'cumpra-se!'. E não pode ser assim, não de ser cumprase. Dependendo da gravidade da situação, [da gravidade] da portaria, todo mundo senta e reúne, a direção defende... Alguém fala 'vamos ligar para o sindicato' (Professor M., militante do PT).

Nessa fala, o diretor da escola, apesar de ser eleito pela comunidade, aparece como correia de transmissão das decisões do governo. Nos casos pontuais de "direções mais abertas", existe um espaço de debate sobre as ordens do governo. Não sendo uma direção "aberta", dependendo da "gravidade da portaria", o que ela representa para a vida funcional dos docentes, pode haver uma disposição do grupo em solicitar o posicionamento do sindicato e a realização de um debate na escola.

Essa fala mostra um elemento do enfraquecimento e até perda da gestão democrática na RMEBH. Tavares (1996) mostra, a partir das experiências pontuais de escolas que exigiam momentos para a reunião do grupo e a eleição dos gestores para minar a hierarquia, que a categoria foi conquistando uma gestão democrática, fortalecendo a organização dos docentes em seu local de trabalho. Contudo, a autora já evidenciava os limites dessa conquista diante da negativa do governo em ampliar os espaços de decisão e dos problemas da organização autônoma dos professores. Nesse sentido, o professor P. lembrou a maneira como os diretores de escolas se relacionavam com os professores como sendo "um processo de baixo para cima".

Nós tivemos um tempo onde diretor de escola abria pra nós a pauta das reuniões que tinha com o governo, 'olha, amanhã eu tenho uma reunião com o governo pra discutir isso e isso e eu quero saber a opinião de vocês'. Era um processo de baixo para cima, mas você tinha tempo, você tinha a reunião pedagógica uma vez por semana, duas horas semanais, dispensava os alunos e os professores se reuniam pra discutir, fazer avaliação do trabalho com os alunos, fazer discussões sindicais. Isso permitia alto grau de politização, era um tempo que era nosso. Então, de

certa forma a gente administrava a escola, tinha a perspectiva de debate e tudo mais (Professor P., militante do PSTU).

A posição da direção da escola em debater com os trabalhadores a pauta de reunião do governo foi fruto da organização dos docentes e dos debates sobre a gestão democrática na rede. O entrevistado relaciona essa possibilidade de debate com a questão do tempo. A disponibilidade de tempo para informar, se apropriar dessa informação, debatê-la, e construir novas informações para que fossem postas em debate com o governo. Esse ciclo permitiria “alto grau de politização” dos docentes que usavam um “tempo que era nosso”. A professora Co. abordou o conflito de gerações na escola, uma vez que os professores mais jovens não vivenciam os mesmos mecanismos de participação, anteriormente mais fortalecidos. E para os professores mais antigos na rede, há a dificuldade em lidar com uma situação na escola em que não tempo para as reuniões coletivas.

[...] Podia falar, podia divergir, tinha esse espaço de digerir, resolver os problemas. Hoje não tem. Para quem estava antes, a gente tem muita dificuldade de não poder discutir. Quem tá chegando não viu o quê foi construir uma escola, uma gestão democrática, um processo de participação, a luta para que hoje a gente tivesse recurso financeiro na escola (Professora Co., militante do PSol).

A professora Ro aborda a maneira do poder público de informar os trabalhadores sobre as suas tomadas de decisão, citando a falta de autonomia e exemplificando com o processo eleitoral da direção da escola. No momento da entrevista, faltavam dois dias para o término deste pleito.

A prefeitura não informa, chega impondo, primeiramente de forma verbal, se não colar, ela investe em informação. Não há investimento de informação ao não ser ‘cumpra-se’. Não há autonomia. A eleição para direção foi um período hipócrita. Este ano teve 15 dias letivos de inscrição e eleição, as pessoas não têm tempo de formular porque estão na sala de aula o tempo todo (Professora Ro, sindicalizada).

Nesta fala aparece novamente a hierarquização nas tomadas de decisão relativas à questão administrativa e a relação com a ausência de tempo para o debate na escola. A entrevistada diferencia “informação” de “imposição”, ao falar que num primeiro momento a prefeitura “chega impondo, primeiramente de forma verbal”, ou seja, por meio de uma orientação repassada para o gestor da escola. Logo depois, ela afirma que “se não colar, ela investe em informação” e utiliza a mesma expressão do professor M., “cumpra-se”, evidenciando o controle burocrático da PBH, por meio da SMED, sobre o espaço escolar. A concretização da democracia na escola por meio da realização do pleito para a direção da escola, de

acordo com a entrevistada, é “hipócrita” por não se ter os espaços de debate garantidos por causa do excesso de jornada de trabalho em sala de aula.

No tópico anterior, a fala da professora O., vice-diretora, já demonstrava o baixo envolvimento das direções com o sindicato, devido ao pouco tempo disponível. Pode-se entender que a sobrecarga da direção também é uma das consequências da hierarquização e centralização da administração nos gestores. Há outro problema que é o progressivo afastamento dos gestores da organização sindical e o fortalecimento do papel dele como o “gerente”, imitando a fábrica⁵².

As falas anteriores são de professores que viveram a implantação da Escola Plural e o debate travado nas escolas em torno da gestão democrática na década de 1990. Na fala de uma professora mais jovem, a percepção sobre a relação da SMED com os docentes aparece muito próxima das avaliações anteriores.

Acho que a SMED tem muita proposta, mas tem pouca ação. A intervenção dela é em cima da coordenação e os coordenadores repassam. Direto com a gente, não tem muita conversa não. Normalmente, criou-se os planos de ação da regional e a regional manda uma pessoa pra conversar sobre algum assunto específico ou sobre algum projeto. Em escola pequena como a que eu trabalho de manhã o coordenador faz reunião com os educadores. À tarde a escola é muito grande e os coordenadores têm que dar o recado passando de porta em porta das salas, falando com os professores e às vezes fazem reunião. Mas, eu vejo que é muito precário [repasso dos coordenadores para professores] (Professora Ca., não sindicalizada).

Percebe-se mais um relato sobre a ausência de um canal horizontal de comunicação entre a categoria e a SMED: “direto com a gente, não tem muita conversa não”. Os coordenadores das escolas aparecem como os “portadores” das informações da secretaria e as propostas pedagógicas aparecem pelos “planos da regional” informados para os docentes por algum funcionário da regional. Nessa fala também aparece a questão do tempo para o encontro coletivo para o repasse das informações. A entrevistada relata o recurso da conversa pessoal entre orientador e cada professor na porta de sala no caso de escola com muitos professores e a reunião coletiva no caso de escola com o número menor de funcionários. Ela avalia como “precário” o repasse das informações pela SMED.

⁵² Não se pretende aprofundar neste tema, somente apontar o problema da gestão democrática como um fator interveniente nas práticas informacionais dos professores. Para aprofundamento sobre essa questão ver ANDRADE, D. O. O papel do diretor no quadro de reestruturação do trabalho pedagógico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPAE, 17., 1995, Brasília. Brasília: ANPAE, 1995.

O professor Ma. relata que não há uma intervenção do coordenador da escola sobre o planejamento do seu trabalho, que ele costuma realizar em casa. Por outro lado, ele afirma a falta de tempo para a formação pessoal, citando a ausência de um programa de formação oferecido pela prefeitura.

Eu planejo minhas aulas em casa, de manhã ou à noite, no feriado também. Existe orientação do coordenador, mas nunca aconteceu comigo uma intervenção de mandar o que tem que ser feito. Eu uso internet, a editora que manda sugestões de livros pra gente e jornais para tirar informações para o planejamento das minhas aulas. [...] Eu acho que não tenho tempo para me formar, se tiver é da minha parte. A prefeitura não tem um programa para eu me qualificar, ela quer que eu me adéque às diretrizes dela, faça os cursos oferecidos pela regional. A maneira de avaliar, a maneira de disponibilizar a matéria, eles querem que você treine pra fazer isso (Professor Ma., sindicalizado)

Para o entrevistado há uma diferença entre os cursos de formação ofertados pela prefeitura e o que deveria ser um programa de qualificação. Para ele, o que a prefeitura oferece como formação é um “treinamento” para a adequação do professor às diretrizes da SMED, “a maneira de avaliar, a maneira de disponibilizar a matéria”.

A diretora C, do SindRede/BH aborda a questão das avaliações externas promovidas pelos governos municipal, estadual e federal, ponderando que essas intervenções são elaboradas unilateralmente, sem a participação dos professores da rede na elaboração da sua concepção. Além de serem impostas e utilizadas para a avaliação do trabalho do professor.

Nenhum professor da rede participa da elaboração dessas provas [avaliação externa dos alunos]. O Avalia BH é municipal, mas tem a Província Brasil. O professor não tem acesso à prova antes de aplicá-la. O argumento da prefeitura é que se nós tivermos acesso vamos treinar os alunos para fazerem essas provas. São provas ridículas. As respostas para as perguntas são óbvias ou não existem. Algumas provas nem é o professor que aplica, existe o aplicador que vem de fora, a prefeitura gasta dinheiro para outras pessoas aplicarem. O professor fica na sala só para garantir a disciplina dos alunos. Votamos em assembleia o boicote, mas não funcionou, a categoria não aderiu... O Miguel Arroyo veio aqui e estava falando o seguinte: os professores acham boa essa prova porque os desobriga de planejar outras avaliações. (Professora C, diretora do Sindrede/BH).

Apesar de considerar a avaliação externa promovida pelos governos como uma maneira de intervenção na autonomia dos professores, a entrevistada fala sobre a falta de adesão dos profissionais a uma ação de boicote votada em assembleia da categoria.

Já a professora Mo. fala sobre a necessidade da intervenção da coordenadora da UMEI no sentido de orientar a realização do seu trabalho.

Algumas educadoras reclamam da maneira como ela [a coordenadora da escola] coloca, mas para mim que estou iniciando, ela me dá um norte. Porque eu não poderia trabalhar num local que corresse tudo muito solto. Ah, 'você faz do jeito que você quiser', 'você faz do seu jeito', a gente fica um pouco perdido. Então é bom ter um norte, ela não obriga. Nós fizemos a feira literária, ela disse, eu quero que cada sala crie seu banner, mas ela não disse o quê você ia fazer porque, se deixa assim, vamos fazer uma feira literária... né, aí, fica meio solto. Então ela direciona, na reunião pedagógica é discutido com a gente as ideias, os livros que vão ser usados, o tema (Professora Mo., sindicalizada).

Apreende-se nesta fala que a professora entende por intervenção o planejamento que a coordenadora da escola estabelece na realização de trabalhos pedagógicos coletivos.

As falas expressaram pouca autonomia dos no espaço escolar, com uma comunicação unilateral entre governo, SMED e os docentes e o pouco tempo para o debate das tomadas de decisão do governo. Contudo, na opinião da Professora O., que atualmente exerce a função de vice-diretora, há pouca intervenção da SMED, que “acompanha de forma, ampla”, inclusive por causa do baixo número de profissionais nas gerências. Na opinião dela, se houvesse mais profissionais o acompanhamento pela Secretaria poderia “ser melhor”.

A secretaria [de educação] acompanha não diretamente dentro da escola, mas acompanha de uma forma ampla, geral. A avaliação que eu faço, em razão do número reduzido de funcionários tanto na escola quanto na regional, na gerência [da SMED], dificulta um pouco esse apoio diretamente na escola, poderia ser melhor se tivesse mais pessoas trabalhando (Professora O., sindicalizada)

Também há percepções de que a gestão democrática contribui para a piora do serviço público, devido a ausência do controle sobre o trabalho docente. Na opinião do professor R., a gestão democrática é falha devido ao fato do professor eleger o seu “chefe”, o que leva à falta de controle sobre o trabalho dos professores.

O chefe imediato depende do meu voto pra ser eleito, o serviço público tem uma lógica do “você não me amola e eu não te amolo, você não me cobra e eu não te cobro”. [...] Gestão democrática, eleição direta, no final da história foi uma palhaçada, afastou o gestor. [A intervenção da SMED sobre o processo de trabalho] é só burocrática. Tem uma acompanhante de escola que dá um formulário para você preencher conteúdo, nível de proficiência.... Você preenche o papel e ninguém fiscaliza. Eu poderia ser um professor que não desse nada e colocar lá no formulário qualquer coisa porque ninguém confere o que você tá fazendo (Professor R., não sindicalizado).

Essa fala traz o elemento da necessidade do controle sobre o trabalho para que o professor de fato cumpra sua função em sala de aula. Nesse sentido, a

intervenção da SMED aparece burocrática, por meio de “uma acompanhante de escola que dá um formulário para você preencher conteúdo, nível de proficiência...”, mas que não há uma fiscalização efetiva. Parcialmente, porque o “chefe imediato”, diretor da escola, depende do voto do professor, o que favorece, na visão do entrevistado, a falta de compromisso dos trabalhadores com a educação.

A necessidade deste controle do trabalho expressada na fala deste professor corrobora com a análise da proletarização do trabalho docente. Uma vez que o professor não decide sobre o seu processo de trabalho, que ele tem que cumprir determinadas diretrizes impostas pela instituição que paga seu salário, nada mais natural do que a necessidade de uma hierarquia, de um profissional superior que fiscalize a execução do trabalho.

3.3.3 Jornada de trabalho e a organização dos professores no local de trabalho

Uma parte dos docentes se dedica a dois ou três cargos na educação, ou conciliam a docência com outras atividades remuneradas. Na RMEBH, um professor pode acumular até dois cargos na educação ou um cargo na saúde e outro na educação. O acúmulo de cargos pode acontecer por meio da realização de concurso público para cada cargo ou por meio de dobra. O sistema da dobra existe para a substituição de professores que estão ausentes por motivo de saúde ou afastamento provisório da sua função. De acordo com Rocha (2009) em 2007 havia 1243 docentes da RMEBH trabalhando com extensão de jornada – “dobra” – e 2997 com dois cargos na rede, totalizando 4240 professores cumprindo uma jornada semanal de 45 horas semanais somente nas escolas municipais de Belo Horizonte, desconsiderando possíveis acúmulos de cargos em outras redes de ensino.

Sou pedagoga, tenho pós-graduação em psicopedagogia (supervisão e orientação). Pela manhã eu trabalho no berçário. Gostaria de trabalhar em outras turmas, mas a minha atuação na saúde, vira e mexe eu tenho que dar um *help* no berçário. Tem três anos que eu estou na educação e 20 anos na saúde. (Professora M, sindicalizada)

Acordo às seis, vou para a escola de educação infantil, fica no bairro São Paulo. Lá eu sou apoio, eu rodo três turmas, eu tenho duas turmas de quatro anos e uma turma de cinco anos. (...) Eu almoço às vezes em casa, às vezes não e venho pra cá, onde eu tenho uma turma de 3º ano do 1º ciclo, fico de uma às cinco e meia. (Professora Ca, não sindicalizada).

Tenho dois cargos aqui no Isaura Santos, mas em um tô de licença médica (Professor R, não sindicalizado)

Trabalho aqui e no Estado também (Professor Ma., sindicalizado)

[...] não trabalho só na prefeitura, tenho meu trabalho na faculdade também (Professora Co., militante do PSol).

Já trabalhei nas redes estadual e particular, atualmente tenho dedicação exclusiva à prefeitura, com dois cargos (Professor A., militante do PCdoB).

Tenho dois cargos aqui na escola, um de manhã e outro à tarde (Professora não sindicalizada).

Tenho dois BM's na prefeitura, um de 1988 e outro de 1997. (Professora, diretora do SindRede/BH).

Trabalhei com dobra a vida inteira... Tem que fazer isso, professor ganha muito pouco (Professora Ro, sindicalizada)

A definição da jornada de trabalho docente influencia na organização dos tempos e espaços escolares. Conforme resgata Rocha (2009), as escolas da RMEBH ao longo dos anos têm construído suas formas de organizar o tempo escolar, dando origem a duas formas de tempo para o encontro coletivo: as reuniões pedagógicas e o ACPATE, tempos que foram reconhecidos institucionalmente durante a implantação da Escola Plural, fruto da forte organização coletiva dos docentes. Entretanto, sob o governo de Fernando Pimentel (2005-2008) a SMED publicou diversas portarias⁵³ visando aumentar a jornada anual de trabalho, ampliando o calendário escolar e acabando com as reuniões pedagógicas durante a jornada semanal. E, mesmo sem a concordância das Conferências Municipais de Educação e do Conselho Municipal de Educação, o governo municipal acabou com as reuniões pedagógicas durante a semana (ROCHA, 2009).

Além da dupla jornada de trabalho, os docentes ainda vivem o aumento das horas de presença em sala de aula, resultando numa diminuição do tempo para o planejamento e organização do seu trabalho e a avaliação do aluno. Dentre os 14 entrevistados (as), doze abordaram a questão da obrigatoriedade em substituir os colegas faltosos durante o que deveria ser horário de planejamento. Isso ocorre devido à falta de profissionais nas escolas e ao quadro reduzido de professores que a SMED mantém, atualmente, para cada três salas de aula a secretaria mantém 4.5 professores.

Ultimamente, a nossa rotina lá [na unidade de educação infantil] tá muito pesada porque a gente tá sem alguns professores por causa de doença e não tá conseguindo lotar ninguém, a gente tá ficando em sala para substituir. [...] E, final de semana a gente tá trabalhando. Eu trabalhei dois sábados seguidos, então não tô tendo tempo para nada (Professora Ca, não sindicalizada)

⁵³ Portarias 226/04, 227/04, 013/2005, 153/05, Instrução de Serviço 001/05, Ofício Circular GAB/SMED/0194-2005 Cf. ROCHA, 2009, p.137.

A necessidade da ampliação do quadro de professores é tema recorrente nas campanhas salariais da categoria. A direção sindical propõe à SMED aumentar a relação de professores para 2.0 para cada turma. O poder público alega que será alto o impacto orçamentário para a aplicação dessa relação. A realidade é que o adoecimento dos profissionais tem aumentado, causando a ausência frequente e obrigando os colegas a assumirem as turmas durante o horário de planejamento ou ACPATE que é a destinação de 20% da carga horária semanal para o planejamento. Dessa maneira, a PBH aumenta a exploração do trabalho do professor, aumentando a jornada em sala de aula com o pagamento da mesma remuneração, em detrimento do aumento do quadro de professores para a garantia do ACPATE. Em algumas escolas, ainda há a resistência dos docentes em substituir outros professores durante o horário de planejamento, o que tem acarretado a sobrecarga de trabalho para os coordenadores das escolas.

Tem a questão do tempo planejamento, o ACPATE era 20% da carga horária. A escola distribui como quiser. Esse tempo não existe na prática porque existe muita ausência seja por causa do adoecimento ou por causa da falta de profissionais mesmo, a prefeitura não garante quadro efetivo e não aceita aumentar o quadro. Então, as pessoas estão indo para a sala de aula [no horário do ACPATE]. As escolas que estão garantindo esse tempo é no peito e na raça. Na escola onde eu trabalho tem uma concepção que a coordenação da escola é a responsável por garantir as faltas. Se faltou um professor, o coordenador vai pra sala de aula. (Professora C, diretora do SindRede).

Nós temos tempo para planejar na escola, mas é um tempo insuficiente. [...] O ACPATE não é respeitado devido à falta de professores, do quadro [de professores] às vezes incompleto (Professora L, não sindicalizada).

Acabar [...] com o ACPATE que é o tempo que o professor tem de 20% da jornada de trabalho, quatro horas semanais, para avaliação, acompanhamento dos alunos, estudo, só as questões do trabalho pedagógico. O professor não pode só ficar em sala de aula, ele precisa de um tempo para planejar e organizar seu trabalho. Só que eles [o governo] não pensam isso, na cabeça deles o professor tem que ficar só em sala, só reproduzindo o conhecimento. Isso permitiu que a prefeitura desmobilizasse mais a nossa categoria. Agora, com a lei do piso nacional e o acórdão exigindo que ela seja aplicada, a partir de fevereiro de 2012 o professor tem que ter 30%, 7 horas, no mínimo, para o professor planejar, se organizar, isso pode ser muito importante para nossa organização (Professor P, militante do PSTU).

O ACPATE e a reunião pedagógica são tempos de trabalho fora da sala de aula conquistados pelos professores no decorrer da sua organização político-sindical. A reunião pedagógica, num primeiro momento, consistia em duas horas semanais para a reunião do corpo docente, dependendo da escola os demais trabalhadores também participavam. Todas as sextas-feiras os alunos tinham menos duas horas de aula para que esse tempo coletivo fosse possível. O corpo docente e

administrativo da escola poderia usar esse tempo coletivo para debater desde questões administrativas e funcionais, passando pelo pedagógico, os problemas do alunado até a organização sindical. Esse tempo também poderia ser usado para se promover a formação dos educadores. Em 2006, a prefeitura condicionou a realização da reunião pedagógica aos sábados, mediante remuneração de R\$100, desde que o professor não possua nenhuma ausência do trabalho no mês, mesmo que a falta seja decorrente de licença médica. O poder público usou a fragilidade do modelo de escola plural para justificar a mudança do formato da reunião pedagógica. Os gestores transferiram para os professores a responsabilidade das baixas notas dos alunos nas avaliações institucionais.

Nós tínhamos duas horas de reunião pedagógica quando a gente fazia as discussões macro da rede. Era o horário que a gente fazia discussões políticas, lembra que eu falei sobre a discussão racial? Então, por exemplo, na minha escola a gente colocava esse horário na sexta-feira, fazendo assim: a primeira sexta-feira do mês reunião administrativa, segunda sexta, formação, a terceira sexta-feira, sindical, a quarta sexta-feira, discussões gerais. Cada escola definia o que iria debater nesse horário. [...] A prefeitura tirou isso junto com a fragilidade da Escola Plural. O discurso da prefeitura era que era preciso ter mais tempo para o aluno, então não dava para os professores toda sexta-feira mandar o menino pra casa e ficar 'batendo papo' ao mesmo tempo que o aluno precisava dessas duas horas de aula. Então isso meio que colocou para a sociedade porque o pai estava vendo que o filho estava saindo muito ruim da escola plural. Outro argumento da prefeitura era que o uso dessas duas horas para a reunião pedagógica estava ferindo a carga horária do aluno, a LDB (Professora C., diretora do Sindrede/BH).

Existe a reunião pedagógica, mas para você participar tem alguns critérios: você não pode ter nenhuma ausência no mês, se você tiver adoecido ou faltado, você pode participar, mas não ganha para isso. Essa reunião serve como um abono de cem reais. Se você não teve nenhuma falta, nenhum atestado de um dia ou mais, você participa. É um sábado do mês que você tem dedicado mais para isso. Tem coisa que você precisa de um quórum, precisa socializar, precisa de mais pessoas. São criados alguns poucos momentos porque não dá pra ter encontro com todo mundo (Professora Ca, não sindicalizada).

Assim, a PBH modificou uma conquista dos professores que possibilitava a reunião do coletivo da escola para o debate recorrente das questões relativas ao trabalho pedagógico. O resultado foi a intensificação da jornada de trabalho e a redução dos espaços para o debate, para a interação dos trabalhadores e disseminação e construção coletiva de informações interessantes tanto para o trabalho quanto para a organização política da categoria. Na fala da Professora L., aparece o fim da reunião pedagógica, que a professora considera como “um momento político, em que a direção e coordenação se reúne com todo mundo”,

avaliando que a PBH teve a intenção de “esvaziar”, levando ao isolamento dos profissionais.

Quando eu entrei a gente ainda tinha aquele momento de encontro coletivo semanal. Essas duas horas eram muito importantes, imprescindíveis. Eu acho que com a perda desse momento, foi como se a prefeitura tivesse dado mesmo um tiro no pé. Tirou um momento que era importante, um momento político mesmo, da política interna da escola, no momento em que a direção e coordenação se reuniam com todo o grupo e podia discutir, podia planejar. Com certeza [o poder público teve a intenção] de esvaziar, de anular esse momento das pessoas de se conhecerem, tomarem consciência daquilo que cada um sabe do que a prefeitura vem implementando. Eu acho que as pessoas ficam um pouco isoladas, mais solitárias (Professora L., não sindicalizada)

Já nas falas do Professor P e da Professora Co, que são militantes, a abordagem do fim da reunião pedagógica vem acompanhada de uma análise histórica. Na opinião do entrevistado, o fim deste tempo de encontro coletivo tem a ver com o entendimento da prefeitura de que este tempo garantia o debate de diversas questões da categoria. Ao acabar com o formato da reunião pedagógica, o governo queria abalar a organização no local de trabalho. Também está relacionado com o alargamento da jornada de trabalho do professor que também prejudica a organização coletiva.

Uma das consequências da luta política que essa categoria empreendeu de 1990 pra cá e o governo compreendeu que era necessário derrotar a categoria para poder aplicar seu projeto, tem a ver com a organização por local de trabalho que não é só a visita do dirigente sindical às escolas, mas tem a ver com o problema do tempo. Nós somos horistas, o professor tá muito tempo dentro de sala de aula com os alunos, nós temos pouco tempo de reuniões entre nós para poder discutir, para poder estudar, para avaliar os alunos, para avaliar o processo de ensino, fazer discussão conceitual sobre educação, para discutir as questões da escola administrativamente (Professor P., militante do PSTU).

Uma outra consequência que isso [a perda da reunião pedagógica] trouxe, além da perda do espaço coletivo, foi o aumento da carga horária. Porque se você considerar 4 horas de projeto mais 6 horas de reunião pedagógica, nós tínhamos 1/3 da jornada [para planejamento]. Então a gente tinha a aplicação da lei do piso [Lei 11.738/08 - Lei do Piso Salarial Profissional Nacional], antes dela existir, em melhores condições, porque tínhamos o tempo coletivo. Agora a gente tem que lutar pela lei do piso e ver como adequada para garantir o tempo coletivo (Professora Co, militante do PSol) .

Em 2008, foi aprovada a lei federal 11.7738/08 que trata sobre o Piso Salarial Profissional na educação básica, orientando estados e municípios em relação ao valor do piso da categoria docente e o estabelecimento de 1/3 da jornada de trabalho para o planejamento. Essa lei vem causando controvérsias e vários estados, inclusive o governo de Minas Gerais, entraram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade desta norma. No final do

ano de 2011, o STF publicou o acórdão a favor da constitucionalidade da lei, o que obriga estados e municípios a cumpri-la. Atualmente, a PBH descumpre a lei do piso ao não garantir o quadro suficiente de professores para que não ocorra cotidianamente a substituição de profissionais faltosos para garantir o tempo de planejamento dentro da escola.

Teria que ta encontrando com os demais colegas, trocando experiências e, no entanto, não ocorre isso. No nosso tempo [de planejamento] tem que substituir arduamente, às vezes mais de duas vezes por semana, o que ta atrapalhando muito, cansa e para as crianças isso é ruim porque a gente cansado e eles também porque ficam sem aquelas aulas que eles relaxam mais, educação física, artes (Professora Ro, sindicalizada)

Com o afunilamento do tempo para o encontro do coletivo da escola, a organização política no local de trabalho foi seriamente prejudicada, sendo prejudicada também a disseminação das informações relacionadas a esse tema. Restou para os professores o horário do recreio, 20 minutos, ou a conversa pessoal, com cada professor, na porta da sala de aula, para o repasse de informações pelo representante da escola no sindicato, quando a escola possui um representante, ou o quadro de avisos, onde são afixados os boletins e cartazes produzidos pela direção sindical.

A escola aqui é muito ligada ao sindicato, a gente tem um representante, então a gente conversa aqui [na sala dos professores], mas não tem um horário regular pra fazer isso não. Mas, a gente sempre fala sobre a situação de trabalho, doença de professor. Depois que acabou com a reunião pedagógica não tem mais tempo [para discutir] (Professor Ma, sindicalizado).

O espaço para o debate está cada vez mais reduzido. Tivemos perdas históricas como o tempo de formação, de preparação [de aulas], mas ainda há algumas escolas que garantem, principalmente na hora do recreio, um espaço para repassar informações das reuniões de representantes... Algumas escolas avançadas, onde o pessoal exige. Aqui [na escola] tem uma garantia. Eu sou representante de escola. As pessoas cobram, tem muito militante histórico aqui e o pessoal exige esse espaço de debate das questões da categoria (Professor A., militante do Pcdob).

De manhã, no meu horário de projeto, durante uma hora, eu vou de sala em sala contar para cada professora o que aconteceu, elas dão um jeito com as crianças, param, dão atenção, escutam. Quando a sala tem mais gente no meu horário [de projeto] a gente também discute. Por isso que tem o caderno também, para passar para todo mundo para saber se todo mundo recebeu os informes. Agora, quando a gente precisa de um momento [de reunião com todas as professoras] a gente cria ele também. Esse ano durante a greve, nós agrupamos as crianças 11:20 numa sala, a coordenadora ficou com elas e a gente foi reunir para ver se a gente ia parar ou não. Foi ma proposta que surgiu do grupo e a coordenação acatou (Professora Mo., sindicalizada).

O representante de escola, ou delegado sindical, é eleito por cada turno e cabe a ele levar informações da escola para as reuniões de representantes que

acontecem pelo menos uma vez por mês – no período da campanha salarial pode aumentar o número de reuniões conforme o nível de enfrentamento com o governo – e trazer para a escola o que foi discutido nessa reunião. A redução do tempo para a reunião coletiva corroborou ainda mais para a unilateralidade dessa comunicação, uma vez que os professores não dispõem de tempo suficiente para debater sobre as suas demandas, avaliar as ações da direção sindical, avaliar a pauta da campanha salarial, a condução da campanha salarial, etc. Dessa maneira, houve o fortalecimento da comunicação de mão única, do sindicato para a categoria, o que possibilita ainda mais o afastamento da direção sindical em relação a base, objetivamente.

Tem uma importância dada ao representante porque acaba que ele é o elo dessa comunicação, mas eu acho que é pra além dele também, você tem que construir isso de uma forma autônoma na escola. Porque senão acontece que os representantes também ficam num sinal muito unilateral, eles vêm recebem a informação e repassam para sua base, na escola. Mas se não há um debate lá, não tem uma informação subindo – no sentido geográfico porque a gente tá aqui no 10º andar –, essa informação política, de debate, do clima da escola, das vivências da categoria (Professor L., diretor do SindRede/BH).

Quando a direção sindical convoca uma reunião de representantes para debater, por exemplo, a pauta da campanha salarial, o representante chega à reunião sem ter um posicionamento do grupo sobre as demandas da categoria porque não houve tempo para debater, não houve a visita da direção sindical, ou o próprio representante não dispôs a levantar esse tipo de debate com seu grupo. Deixando de lado a subjetividade do representante – questão a ser abordada adiante – percebe-se que a intensificação da jornada de trabalho reduz a qualidade do debate na escola, o que pode corroborar para o menor envolvimento dos professores com a direção sindical.

Não tem tempo pra passar os informes. No final da aula ninguém pode ficar 10 minutos, um tem que fazer comida pro filho, o outro dobra, o outro trabalha em Contagem e precisa pegar o carro... Fica dois ou três. Tem que ter tempo e não tem e isso é um grande empecilho. Nesse momento que eu não tô dobrando à tarde, às vezes eu fico até meio dia, mas se eu fosse dobrar em outro lugar eu tinha que ir embora também. Aí vem a alienação, você não sabe o que tá passando e tá tudo bem. Além do representante teria que ter o interesse das pessoas. Eu falei lá na reunião agora da necessidade de ter um curso de formação política, o professor ter mais conteúdo político. Tem professor que fala 'eu não vou nesse trem de sindicato', não é de sindicato não, é uma questão política, é nossa, de categoria (Professor M., militante do PT).

Os sindicatos dos trabalhadores em educação ainda concentram na figura do representante de escola o principal meio de comunicação entre o local de trabalho e o sindicato, sendo a principal figura para o desenvolvimento do trabalho de base. A direção sindical desenvolve o trabalho de mobilização da categoria a partir do representante, do potencial de mobilização que ele pode desenvolver na escola. Frente ao enfraquecimento das mobilizações dos professores da RMEBH, o representante da escola tornou-se o eixo da mobilização da categoria. E, devido à importância desse sujeito na organização da categoria e na mediação entre os professores e o sindicato, alguns diretores sindicais mostram sua preocupação em criar mecanismos de mais destaque para o representante da escola, institucionalizando sua função junto ao poder público para que ele possa ser liberado do trabalho nos dias de reuniões no sindicato e para que toda escola possua representantes em todos os turnos. Atualmente, nem todas as escolas possuem representantes, uma vez que não é obrigatório e, em algumas escolas, há relatos das dificuldades encontradas pelos delegados sindicais para a saída no horário de trabalho para comparecerem às reuniões no sindicato.

Eu acho, inclusive, que a gente tinha que melhorar o *status* do representante enquanto representante da categoria. Eu acho que ele tinha que ter um status mais ou menos legislado que garantisse que ele saísse da escola, que garantisse que ele tivesse determinadas tarefas, que pudesse cumprir as tarefas, que ele organizasse a escola. Porque escola que não tem representante a gente não atinge, mesmo a gente indo lá, conversando, eles querem saber dúvidas muito imediatas, entendeu, solucionar cada um seu próprio caso, sem envolvimento com a luta. E as escolas que têm representantes, participam de todas as paralisações e são as que chamam mais a gente lá. Então, os representantes têm mais contato com o pessoal da escola, eles politizam a escola, eles formam as pessoas da escola e, mesmo assim, demanda da gente ir lá. Aí, eu acho que o trabalho fica mais complexo. Agora, sem representante a gente não consegue. E, para tirar o representante, a gente tem que fazer mais ou menos o caminho que foi feito comigo, que é a aproximação de uma pessoa estratégica, não uma conversa dispersa (Professora M., diretora do SindRede/BH).

Um dos entrevistados aborda a participação dos representantes das escolas como agentes controladores da direção sindical, no combate ao processo de burocratização. Assim, o representante deveria exercer a função de fiscalizar a direção sindical, mas seria necessário um processo de formação destes delegados sindicais para que de fato possam exercer esse controle.

Nós temos um corpo de delegados sindicais que são os representantes de escola, as escolas elegem seus representantes por turno e isso tá até no estatuto do sindicato. Isso faz com que o sindicato mensalmente faça, no mínimo, uma reunião de representantes. Meses de campanha salarial a gente faz três, quatro reuniões de representantes. Quando tem uma greve,

não é a diretoria que dirige a greve, é o comando de greve, eleito nas regionais. [...] O trabalho de base que é ir ao local de trabalho, as reuniões de representantes, a prestação de contas, os boletins, tudo isso são instrumentos que ajudam no combate à burocratização porque não significa que não haja processo de burocratização porque há processo de burocratização porque é objetivo, você está a todo momento pressionado a se burocratizar, as demandas que mais pressionam os dirigentes são as demandas internas do sindicato (Professor P., militante do PSTU).

Segundo os relatos e as observações realizadas nas reuniões de representantes, em geral os representantes são pessoas simpatizantes de algum partido de esquerda, pessoas que querem se informar e levar informação para a escola sobre as questões da categoria. São pessoas que na maioria das vezes não estão organizadas em grupos políticos, mas querem exercer em alguma medida participação política. O entrevistado mencionado acima aborda sobre a dificuldade do representante da escola lidar com o momento de refluxo na atuação político-sindical dos professores na escola e a necessidade da direção sindical promover a formação deste representante para que ele possa trabalhar melhor com as informações recebidas nas reuniões de representantes. Na concepção do entrevistado o representante deve entender por que os colegas não querem se mobilizar e trabalhar sobre a consciência deles, escolhendo as informações e a melhor maneira de discuti-las com os colegas, tendo em vista a mobilização da categoria.

O problema que eu mais identificava era a relação do representante com seu local de trabalho que tem haver com a formação política, da pessoa entender que muitas vezes ele tá na escola, que o posicionamento da maioria da escola é contra a greve, contra o sindicato e ele não saber articular isso melhor. Eu conheci representante de escola que deixava de ir às reuniões, aí eu o encontrava no local de trabalho, conversava com ele e ele me falava que tava desanimado, que não ia representar mais a escola porque tudo que ele falava do sindicato as pessoas eram contra. A pessoa se tornava sectária em relação à categoria. Aí a gente percebeu que tinha que discutir com os representantes, que eles não podem acompanhar o atraso da escola, mas que ele tem que entender que a realidade da escola é o material que ele vai trabalhar e que ele não pode ignorar essa realidade. [...] Por isso que tem que investir na formação do dirigente de escola, para ter um momento de discutir com ele para ele deixar de ser ansioso porque, às vezes, o representante tá tão ansioso que chega na escola e fala tudo que o sindicato passou e não filtra, não pega uma coisa mais importante e trabalhar sobre ela, para as pessoas ouvirem mais. [...] Esse é um aspecto que nós temos que trabalhar para o representante entender o momento político que nós estamos vivendo hoje, para ele entender porque o colega dele não quer se mobilizar que não é porque o cara é pelego ou de direita, mas é porque ele tá acompanhando uma dinâmica de refluxo dos trabalhadores. O sindicato tem que perceber isso, a formação do representante, ter uma discussão prática do que tá acontecendo na escola, como é discutir lá (Professor P., militante do PSTU).

Por outro lado, outro entrevistado, que já esteve na direção do sindicato, mostra as falhas no processo de escolha do representante da escola. O entrevistado afirma que a ausência de acompanhamento da direção do sindicato das indicações dos representantes nas escolas favorece a presença de pessoas que se dizem representantes sem serem eleitas. Não há nenhuma verificação nas reuniões de representantes se aqueles que estão lá realmente foram escolhidos pelos grupos que representam. Dessa maneira, o entrevistado vê um descompromisso da direção sindical com a importância atribuída ao papel do representante.

Eu escrevi um esboço do regimento, de como as coisas deveriam funcionar, acho que depois eles aproveitaram algumas coisas. Nesse esboço de regimento falava que os representantes teriam que ser eleitos na escola, deveria ser registrado em ata e que essa ata deveria ser arquivada no sindicato e que ninguém deveria ter acesso para outros fins que não sindicais e que só participaria com direito a voto quem tivesse sido eleito na base, na escola, devidamente registrada. Nunca consideraram isso. Se eu quiser ir lá agora e falar que eu sou representante, eu vou lá e dou me opinião e ninguém sabe se eu sou mesmo ou não. Essa representatividade não existe, existe alguém que tá à toa aqui e manda pra lá, são poucos que conhecem a discussão e nada foi feito nesse sentido, de organizar a categoria pela base. Para ser representante tem que ser eleito, tem que ter registro, tem que ter organização e eles não fizeram isso. Nunca fizeram. E dizia mais essa minha proposta de regimento, as reuniões deveriam ser registradas em ata (Professor R., não sindicalizado).

Nas falas de duas professoras aparece a importância do representante da escola como um agente que informa e politiza os professores na escola, promovendo a discussão e a criticidade. Ambas afirmam que os representantes de suas escolas não interferem nos posicionamentos das pessoas, porém são fundamentais para manter o grupo bem informado.

Ele [o representante da escola] é um interlocutor, é importante. Ele traz as informações e promove a discussão, desperta essa criticidade nas pessoas, né, acho que é importante o papel dele. Acho que tem que ter mais estratégia para ele ficar mais junto ao sindicato. Ele não interfere no posicionamento do grupo aqui não, as pessoas aqui são bastante conscientes (Professora O., sindicalizada).

Eu gosto porque até o X [o atual representante da escola no sindicato] vir para cá, porque até o ano passado ele não estava aqui, a gente não tinha as informações tão concretas, a gente ficava muito no diz-que-me-diz, às vezes nem os informes, e ele [o representante] participa mesmo, ele faz questão de expor as propostas e algumas vezes ele é até bem neutro, né, porque, como ele é o coordenador, ele está numa situação delicada, não pode coagir, nem induzir, né. Eu acho que ele tem uma postura bem legal e nós passamos a ficar bem informados. [...]. Acho que é um divisor de águas dependendo de onde você estiver. Aqui mesmo foi muito bom. Se não tivesse o representante a gente não estaria tão bem informada e não saberia o quê reivindicar, pelo quê lutar. E, talvez, a escola não pararia, como antigamente não parava nunca (Professora Ca, não sindicalizada).

Há certa contradição nas falas dessas professoras, uma vez que, ao promover o debate no interior da escola, o representante exerce certa influência sobre os demais professores e é esse o objetivo que a organização sindical quer atingir, que o representante possa ter uma influência de mobilização do grupo diante das demandas da categoria.

A partir das análises das falas e das observações dos espaços de reunião da categoria, apreendeu-se a importância do representante da escola como mediador entre a base e a direção sindical e os problemas que advêm dessa forma de organização da categoria. A representatividade pode ser um problema para a organização autônoma dos trabalhadores, que acabam transferindo para uma pessoa a responsabilidade de se informar das questões da categoria e se envolver com a direção sindical, não favorecendo a ação direta dos trabalhadores. Por outro lado, não se deve deixar de lado a análise sobre a conjuntura atual da luta de classes, como já delineada, um momento de refluxo das lutas, das ações diretas dos trabalhadores contra o Estado e um descrédito em relação aos partidos políticos de esquerda e as instituições sindicais.

3.4 A organização, disseminação e apropriação da informação para a organização político-sindical

Como foi apontado na introdução, outras pesquisadoras da área de CI (ADÃO, 2008; OLIVEIRA, 2005; BAPTISTA, 2001) verificaram a importância dada pelos dirigentes de entidades representativas para a informação no cotidiano do trabalho sindical. Entretanto, cabe analisar como a direção sindical lida com a circulação da informação produzida dentro e fora da entidade sindical, como as informações de interesse para a categoria são tratadas e disponibilizadas para a direção sindical e os professores da base. A organização da informação não é o foco dessa pesquisa, mas apontar a forma como a direção sindical lida com essa organização pode corroborar com o entendimento sobre o controle da informação exercido pela direção sindical.

Considerando que o dirigente sindical está numa posição de privilégio em relação ao professor da base e de embate com o governo – no caso do SindRede/BH, atualmente dirigido por um grupo que faz franca oposição ao atual

governo – é necessário apreender as formas utilizadas pela direção sindical para organizar e disseminar informações de interesse da categoria.

O SindRede/BH não possui um projeto de organização da informação e nem um profissional responsável exclusivamente por esta tarefa. Cada departamento sindical (jurídico, imprensa e administrativo/financeiro) possui uma forma própria de organizar a documentação, que é feita pelos funcionários do sindicato. Não há instrumentos de padronização da forma de se organizar e o funcionário arranja a documentação da maneira que achar mais conveniente, o que acarreta certa dependência da direção sindical em relação ao funcionário. A professora M., uma ativista jovem do sindicato, com experiência recente na organização sindical, falou sobre a ausência de organização da informação no departamento que acompanha e sobre a concentração de informações.

[No departamento jurídico] Não organiza a informação. Quem detém a informação é o advogado e a secretária. A gente faz reuniões, pede informes, a gente não trabalha com o jurídico, mas a gente tem tentado se aproximar. É obvio que tem direcionamento político para determinadas coisas. Mas, no geral, as ações, como faz, porque essa ação...é o jurídico. Ou, com a N. [foi dirigente responsável pelo jurídico], por exemplo, ela tem muita informação do departamento jurídico, mas é ela que tem. Não existe nenhuma divulgação, nem da minha diretoria, de tudo que é do jurídico. Acho que isso é um erro do sindicato, não é só do jurídico, não (Professora M., diretora do Sindrede/BH).

A ausência de um instrumento de organização de toda a informação gerada dentro e fora do sindicato transforma os diretores em *experts* naqueles assuntos pelos quais são responsáveis. Como há uma heterogeneidade na categoria, vários setores e grupos profissionais, existem várias frentes de atuação do sindicato e a necessidade de lidar com diversos tipos de informações oriundas de vários lugares. Assim, o diretor responsável pela educação infantil possui várias informações sobre este tema e é ele quem dá resposta para este setor, da mesma forma o diretor responsável pela educação de jovens e adultos, pelas questões funcionais e previdência, etc. Por não haver formas de tornar esse conhecimento tácito em explícito dentro da organização sindical, há uma dependência dos outros diretores e também da categoria, corroborando com uma maior centralização de poder na direção sindical. E isso é potencializado pelo refluxo do movimento sindical que resulta na pouca participação da base, além da intensificação da jornada de trabalho que reduz o espaço para o debate coletivo e organização dos trabalhadores no local de trabalho.

Novamente a Professora M., dirigente sindical, evidencia os problemas decorrentes da centralização da informação por parte de algumas pessoas. Quando há uma disputa entre os grupos e um grupo que antes estava no sindicato resolve romper, leva consigo uma gama de informações sobre determinados assuntos, podendo prejudicar as ações do novo grupo que assume a direção sindical.

As pessoas têm tarefas e elas ficam por conta daquelas tarefas e a responsabilidade total daquilo é delas. Coloca na reunião da diretoria, coloca, você fica informado, mas você não sabe tocar aquilo. A gente teve até um problema com a educação infantil, quando a nossa chapa assumiu sozinha. Quem tocava a educação infantil era da outra chapa e não assumiu, então a gente não sabia o que ia fazer, em que pé que estava, o quê estava acontecendo, teve muitos problemas. [...] Tinha umas atas, mas quem sabia o que era a educação infantil eram as meninas que estavam na outra chapa. E elas, tranquilamente, não tomaram posse e abandonaram o negócio. Depois falaram em assembleia que o sindicato não faz nada pra educação infantil porque não entende nada da educação infantil. A gente não pode correr esse risco. Você pode ficar responsável, pode, mas todo mundo tem que saber as coisas. Mesmo que não saiba tudo, mas saber a linha, saber o que ta acontecendo (Professora M., diretora do Sindrede/BH).

A fala dessa diretora evidencia que não basta repassar informações, existe a questão do envolvimento do diretor com os problemas setoriais da categoria e que o tempo vai determinar o nível de conhecimento desse diretor para a condução dos conflitos, da resolução dos problemas. Outro problema evidenciado nessa fala é a disputa da categoria por meio do controle da informação. Apesar de não citar nomes, essa fala se referencia ao Coletivo Travessia que se negou a assumir as vagas na direção sindical por não concordar com a forma que se deu a divisão dos cargos, como foi abordado no capítulo 2. As professoras que faziam parte desse coletivo elaboram estudos sobre a educação infantil, fazem levantamentos da categoria, conhecem bem a demanda das professoras deste setor. Ao romperem e se negarem a continuar dirigindo este setor, o Coletivo Travessia levou consigo uma gama de informações, prejudicando o envolvimento dos novos diretores. Contudo, a própria fala evidencia que este é um problema da estrutura sindical, na qual os diretores do sindicato acabam concentrando muitas informações.

Em conversas pessoais, a professora Co., ligada ao Coletivo Travessia, já havia abordado a necessidade de o SindRede/BH organizar a vastíssima documentação que está em seu poder. Não só para subsidiar o trabalho do dirigente sindical e dos funcionários do sindicato, mas para preservar a memória da categoria e facilitar o acesso para futuras pesquisas.

A atual direção do sindicato também demonstra essa preocupação com a organização da informação concentrada na entidade e a necessidade de se ter um profissional responsável por este trabalho. Em reunião com os diretores responsáveis pelo departamento de imprensa – além do professor L. que foi entrevistado, há mais duas professoras – foi falado que o sindicato não dispõe de recursos financeiros para contratar mais um funcionário. Uma das diretoras chegou a afirmar que “a informação aqui, até entre a gente é ruim”.

Nesse sentido, o professor L., diretor responsável pelo departamento de imprensa, abordou a dificuldade em se produzir material informativo para a categoria devido a esse controle da informação pelos demais diretores.

As informações, a demanda por ta informando a categoria sobre determinadas questões não vem de um canal só. Então, vem, às vezes, da reunião de diretoria, onde se discute alguma coisa e aponta da demanda de fazer um material, de fazer um texto, de colocar um texto no jornal, no site, de fazer um boletim, de fazer um cartaz. Tem algumas coisas que saem de uma discussão mais coletiva e tem coisas que entre uma reunião e outra da diretoria acabam sendo passadas de forma fragmentada pelos outros diretores, mas geralmente os diretores que tão na imprensa acabam tomando contato com aquilo. Então, na hora de organizar os materiais que vão pra escola no malote, isso tem uma certa centralidade no trabalho da jornalista e com o olhar dos diretores que são responsáveis pela imprensa. O grau de acompanhamento vai variar de acordo com o envolvimento dos diretores da imprensa. Alguns assuntos a gente acaba delegando para a jornalista entrar em contato com outros diretores que são mais informados sobre determinada coisa. Porque participaram de alguma atividade ou porque estão fazendo aquela discussão há mais tempo. Quando é uma questão jurídica que tem que informar pra categoria, o pessoal do departamento jurídico tem que passar essa informação mais técnica, com mais precisão para que a gente também não passe informações erradas (Professor L., diretor do SindRede/BH).

Ao explicar sobre a elaboração de material informativo, ele aborda que a demanda aparece na reunião da direção e que algumas informações são oriundas da reunião coletiva dos diretores, porém, outras informações precisam ser buscadas com aquele diretor específico, que domine o tema. Muitas vezes, o trabalho era transferido para a jornalista, procurar o diretor, levantar as informações precisas para elaborar o material informativo. Ele concluiu a fala anterior, trazendo o seguinte conceito de organização da informação:

Então, essa organização [da informação] é pré-organizada pelos diretores, atuando e estando presente na suas atividades; tem momento que esses diretores passam um texto mais ou menos acabado, tem momento que passam pra mim, passam pra jornalista um esquema pontuado de questões para traçar um texto, um produto de comunicação (Professor L., diretor do SindRede/BH).

Nesta fala, o repasse de informações do dirigente sindical das atividades da categoria, das reuniões que ele acompanhou é tido como a primeira etapa da organização da informação. Ao fazerem um esquema para a jornalista sobre o quê ela deve escrever, eles estariam “pré-organizando” esta informação.

Apesar de a categoria manter os espaços coletivos de debates e de decisão, como as reuniões de representantes, os coletivos e as assembleias, a comunicação entre a direção sindical e a base de representação ainda é muito unilateral. Principalmente, devido ao fato da situação objetiva dos professores de não se envolverem massivamente no estudo e no debate sobre os temas que influenciam a vida deles. O pouco envolvimento da base, muitas vezes limitado às assembleias durante as campanhas salariais, e a dificuldade dos dirigentes em romper as barreiras para a mobilização da categoria, transformam os dirigentes nas figuras que mais possuem o conhecimento das relações de trabalho, da política, dos atos da SMED e PBH.

Os relatos dos militantes mostram como a imprensa de esquerda, a imprensa operária, vinculada às entidades sindicais sempre buscou formas de atingir os trabalhadores, divulgando suas análises sobre a sociedade. Os materiais informativos servem ao objetivo de mobilizar a categoria, combatendo ou corroborando com a visão hegemônica dos meios dominantes de comunicação, concentrados na iniciativa privada e no Estado.

A imprensa dominante sempre defendeu que o trabalho jornalístico por ela exercido é baseado na neutralidade e na busca pela verdade dos fatos. A imprensa alternativa coloca em xeque essa neutralidade dos meios de comunicação, defendendo o estabelecimento de meios de comunicação que pudessem disseminar informações e leituras de mundo das organizações de defesa dos trabalhadores, partidos políticos e sindicatos.

Assim, os sindicatos e os militantes de esquerda sempre tiveram nos boletins e jornais os principais meios de comunicação com os trabalhadores. A professora Co. contou a sua trajetória na CUT e como essa instituição pautava a discussão sobre a criação de um meio de comunicação que integrasse os sindicatos de várias categorias. A sua fala expressou a sua experiência e dificuldades em participar de um processo de aglutinação dos diversos grupos políticos que dirigem os sindicatos e disputam a direção do movimento de massas. A disputa no campo político e

sindical entre as correntes políticas também passa pela disputa dos meios de comunicação, por definir quem vai definir a linha editorial, a produção das matérias, a tiragem e a distribuição.

Uma grande dificuldade é o sindicato conseguir fazer seus boletins e jornais para comunicar com a categoria. Tem sindicato que costuma fazer revista, vamos pegar dos mais ricos, assim. Bancários, a CNTE tem revistas com artigos, reflexões. Mas, uma coisa que não conseguimos fazer, ter um jornal unificado. Brasil de Fato tentou ser um pouco isso, vai vender, com a disputa, com a questão editorial foi polêmico. Eu fui da CUT/MG, a gente teve uma proposta de ter um jornal unificado e o negócio não rolou porque tinha que abrir mão, se é pra unificar todo mundo, todos os sindicatos, nós temos condições de produzir um jornal do tamanho do Super, rodar milhares e distribuir, temos dinheiro. [...] Nós temos condições e a gente tentou fazer, mas qual foi nosso problema, é que isso significa ter um coletivo capaz de produzir isso na diversidade. Quando a gente tava na CUT e era grandiosa, não tinha outras centrais a esquerda, a CUT não conseguiu fazer porque não conseguiu juntar os sindicatos, cada um controlado por uma força política. A gente tentou fazer a rádio, a TV dos trabalhadores, nunca conseguimos a cessão de um canal de televisão para fazer a TV dos trabalhadores, não demos conta de fazer uma batalha coletiva, afinal de contas quem ia controlar o canal de televisão. Esse problema nosso da capacidade de discutir a unidade sindical na disputa pelos meios de comunicação, nos fragilizou (Professora Co., militante do PSol).

Nesse sentido, o Professor P., também abordou a importância de se elaborar um jornal que apropriasse as questões de várias categorias profissionais para que os trabalhadores de uma categoria conheçam os problemas de outra categoria. Um jornal que não fosse segmentado, mas que abordasse os problemas da classe trabalhadora em sua totalidade, para que um trabalhador da educação conhecesse a realidade do trabalhador da saúde e vice-versa, por exemplo. De acordo com este relato, um jornal mais amplo possibilitaria a disseminação de informações que corroborariam com o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores, o que poderia ser viável também com uma televisão e uma rádio comunitária. A mesma demanda apontada pela outra entrevistada que também é militante de longa trajetória na RMEBH.

E esse entrevistado falou sobre os limites do corporativismo nos sindicatos, a mesma questão abordada na fala da Professora Co. Para eles, a lógica da disputa de base pelas correntes políticas dificulta a organização coletiva de um meio de comunicação que pudesse abordar as questões de várias categorias e as falas de diversas correntes políticas do movimento de massas. Talvez seja interessante ponderar uma questão que vai na contramão do apontado por esses dois militantes, que colocam na disputa entre os setores do movimento sindical a dificuldade da

organização da categoria. Contudo, as disputas trazem contradições que podem colocar em movimento setores que, geralmente, estão inertes em suas posições. Na medida em que os professores se posicionem por uma ou outra corrente, esse é um elemento que denota a apropriação da informação fruto da disputa, o que sinaliza para uma movimentação da categoria.

De acordo com o entrevistado P., a lógica corporativista tem levado as direções sindicais a dedicarem horas de reuniões para a resolução de conflitos do sindicato e questões pontuais da categoria, negligenciando um debate maior sobre a classe trabalhadora e o desenvolvimento de mecanismos de unificação entre as categorias profissionais.

Nós tínhamos um plano na CSP-Conlutas que era fazer um jornal popular que era um plano mais anterior lá da época da CUT. Quase todo sindicato tem uma gráfica ou se relaciona com uma gráfica. Qual era a ideia, você ter um jornal popular que tratasse das questões políticas, da vida das pessoas, do meio-ambiente, do trabalho, da saúde que pudesse discutir isso pegando vários sindicatos. Todo sindicato tem jornalista, formar então uma equipe de jornalistas. Na época da CUT nós tentamos isso, mas não teve viabilidade política. Na CSP-Conlutas, nós tentamos há uns dois anos atrás, mas há o problema do corporativismo. As diretorias dos sindicatos, eu te diria, que 95% das reuniões são tomados com assuntos da categoria, com demandas e pautas que são colocadas pelo governo, que você tem que ficar correndo atrás. Então, muitas vezes, projetos que são projetos óbvios, que dariam certo, podemos até pensar que o custo seria alto, mas, ao invés do Sindrede fazer os seus 5 mil jornais faria 10 mil junto com outros sindicatos. Você poderia ter uma coisa mais qualificada porque os trabalhadores em educação precisam saber que o problema dos baixos salários, da falta de verbas, do adoecimento, da tripla jornada de trabalho também acontece na área da saúde. [...] Outra ideia, a rádio comunitária, a TV comunitária, nós sabemos que o SINPRO, a CUT, o SINTTEL possuem programas de televisão. Sequer conseguimos melhorar a nossa relação de comunicação com a categoria e, vou te dizer, isso não é diferente no sindicato dos metalúrgicos, dos servidores, dos médicos, em sindicato nenhum. A lógica do corporativismo, aquela lógica de que este sindicato é dirigido por esta corrente e não dá pra gente ficar misturando com outras organizações porque pode até perder a base é uma lógica poderosa, sem falar na dificuldade que a gente tem de vencer esse corporativismo e começar a discutir questões mais amplas com a própria categoria (Professor P., militante do PSTU).

Sobre a comunicação no SindRede/BH, o sindicato não possui uma estrutura de comunicação diferenciada de outras entidades sindicais. O departamento de imprensa possui uma jornalista responsável pela elaboração de material informativo para a categoria que passa pela avaliação dos diretores responsáveis pela imprensa. O material informativo é impresso e enviado por malote para as escolas, para as casas dos aposentados e também é disposto no sítio eletrônico do sindicato.

Para a diretora C., o jornal é um material pesado para a categoria por ser extenso, com várias matérias e textos com análises muito aprofundadas. Na visão dessa diretora, o jornal do sindicato não é lido por muitos trabalhadores por causa da sua extensão, o que levou a diretoria a reelaborar o formato do jornal com textos menores, com um canal para a categoria elaborar matérias e publicá-las, na tentativa de diminuir a unilateralidade da produção do jornal.

Nós temos hoje para podermos comunicar com a categoria o jornal e os boletins. A gente avaliou que o jornal é um material pesado para a categoria. Quem pega o jornal do sindicato e lê acaba tendo uma formação política boa porque é um jornal que aprofunda vários temas. As pessoas que estão na ativa recebem o jornal na escola e os aposentados em casa. O problema é que o jornal não é lido por um grande número de pessoas porque é muito grande. Agora, a gente tá querendo fazer um jornal com textos menores, sempre com um tema central, com uma discussão maior e outros textos menores, abrindo espaço também para a categoria participar. Para ter um jornal que as pessoas tenham prazer de ler, com passatempo. Tem o site que é complicado porque nunca está atualizado, mas a categoria acessa muito o site do sindicato. [A gente fica sabendo da quantidade de acessos] através das reclamações dos professores [risos]. As pessoas reclamam que o site tá desatualizado (Professora C., diretora do SindRede/BH).

A alimentação da página eletrônica do sindicato é outro problema citado pela direção sindical. A maior reclamação é a dependência dos diretores de um profissional para inserir as informações no *site*, o que acarreta uma demora na divulgação da informação. Além da dependência do profissional, o problema da elaboração da informação para ser publicada também foi citado. As informações só são publicadas depois de terem sido debatidas na reunião da diretoria do sindicato o que gera a necessidade da direção sindical centralizar e, alguns temas da categoria.

Desde o começo do nosso mandato a gente tem tentado melhorar a comunicação, a gente contratou uma jornalista, melhorar o *site*, mas a gente tem vários problemas burocráticos, a gente não sabe mexer num *site*, mas a gente acha que a nossa função é política, não é essa função administrativa. Mas a gente tem problema com *Internet* não pega, o *site* fica fora do ar, nem o profissional consegue mexer. Aí, fica meses sem o *site* funcionar, matéria antiga. Quando tá tudo funcionando, a gente não consegue, dentro da diretoria, atualizar as coisas, na reunião da diretoria a gente trata de muito assunto, sempre fica pra próxima. O que é urgente, a gente resolve, o que não é a gente fica empurrando com a barriga (Professora M, diretora do SindRede/BH).

Para além dos problemas técnicos, a diretora M. aborda o ciclo de comunicação entre a direção sindical e a base, relatando que não basta elaborar o material informativo e enviar para as escolas, é necessário que o representante da escola chame a atenção dos professores para a leitura daquele material. Novamente vem à tona o papel do representante. Para a entrevistada, o representante precisa

se formar politicamente para ser capaz de debater com os colegas da escola para além das informações contidas naqueles materiais. Uma situação que deve ser trazida à tona é a responsabilização do representante de escola na disseminação da informação, como se esse elo entre sindicato e escola fosse o principal responsável pela disseminação da informação. O que deve ficar claro é que, quem tem o maior compromisso de levar a informação até os professores é a direção do sindicato, que deve estar presente no chão da escola, independentemente de haver ou não representação.

A diretora M descreve um ciclo de comunicação entre o sindicato e a categoria, passando pela mediação do representante da escola.

Você põe no *site*, se você conseguir né, se não conseguir, tem que mandar por *e-mail* e a pessoa tem que acessar o *e-mail* pra ver, um outro problema, o pessoal acessa pouco o *e-mail*. Você tem que fazer materiais de comunicação que sejam enviados para escola semanalmente, boletim, malote, a gente faz isso. E aí, tem que contar com a eficiência da gente escrever tudo em tempo hábil e chegando à escola, as pessoas têm que ler. Então não depende só da gente. O representante da escola tem que chamar atenção das pessoas da escola para ler aquilo. A gente tem que eleger o representante, formar o representante, trazer para próximo do sindicato, conseguir fazer as discussões que são importantes para nós, então, para isso, a gente tem que ter a formação um pouco mais ampla, fazer essa discussão, escrever os materiais pra dialogar com a categoria, para aí ter tudo de volta, você chega à categoria e a categoria retorna para você. A falta de comunicação atrapalha o representante a ter informação que atrapalha a formação do pessoal da escola que atrapalha a reunião de representantes porque os representantes não trouxeram as avaliações das escolas (Professora M., diretora Sindrede/BH).

Já na visão do Professor A., militante do PCdoB, a forma como o Sindrede/BH estrutura o debate em torno das questões da categoria, ao passar pelos representantes das escolas, cria um atraso nas tomadas de decisão por parte da direção do sindicato. Ele argumenta que existem decisões que precisam ser tomadas muito rapidamente, sendo proteladas para que essa decisão seja tomada coletivamente, na reunião de representantes de escola e esse adiamento poderia prejudicar a organização da categoria em seu local de trabalho.

Comunicação ainda é algo desafiador. O site do sindicato, tem que tá alimentando, atualizando, um fato que aconteceu agora, de imediato, há um desperdício [de tempo] que compromete a mobilização nas escolas. A tomada de decisão, há situações dentro da diretoria que ela tem que se posicionar. Algo de imediato e isso é protelado e complica a situação. Vamos esperar a reunião de representantes ou numa assembleia. São situações imediatas que a diretoria tem que se posicionar para dar o rumo para a base para o enfrentamento do dia a dia nos locais de trabalho (Professor A., militante do PCdoB).

Para o diretor L, a maneira da direção sindical lidar com a comunicação é onerosa e unilateral. Os suportes da informação são em papel e a categoria recebe as informações geradas pela direção sindical. Não há uma construção coletiva das informações, mesmo a direção sindical agindo em consonância com os representantes de escola. As pessoas na base não participam ativamente da construção das informações que são disseminadas pelos materiais informativos do sindicato.

Eu acho que a gente ainda atua de forma precária e onerosa em relação à comunicação, essa estrutura de malote, estrutura muito material, imprensa de papel e aí não pode ser qualquer papel, o jornal é um volume grande, manda por correio. A gente tá com um sistema de comunicação que é o mesmo que existia no começo do século XX. Basicamente correio e papel. A gente tem que pensar se a categoria tem condições de mudar esse padrão pra outros formatos de comunicação, inclusive uma comunicação mais interativa. Porque o malote e o jornal é muito unilateral. Eu acho que a gente tem que investir no processo de investigação da categoria, o que você tem disponível na sociedade de veículos de informação e o que impacta no desenvolvimento da comunicação com a categoria. Ter uma noção dos tipos de acesso que essa categoria faz nos meios de comunicação, se é possível potencializar isso (Professor L., diretor do SindRede/BH).

Já na avaliação do professor M., militante do PT, considerando as poucas pessoas que fazem parte da direção sindical, a produção do material informativo é “até um trabalho legal”. Apontou a informação escrita e a visita da direção sindical, quando solicitada pelo grupo. Por outro lado, sua fala demonstra outro elemento, já evidenciado na fala da diretora M., os professores leem pouco o material do sindicato.

Eu vejo que até pela escassez de pessoas eles fazem até um trabalho legal. Chegam aqui na escola cartazes, *folders*, informação escrita. Em, às vezes, quando tem alguma demanda a gente convoca um representante do sindicato e ele vem, sempre a C. Ela já veio aqui esse ano umas três ou quatro vezes. Esclarece e tudo, as pessoas leem muito pouco o material do sindicato pra saber o que tá acontecendo (Professor M., militante do PT).

Já o professor R. faz críticas ao conteúdo do material que direção sindical elaborou sobre o projeto de lei da previdência dos servidores públicos municipais, enviado pelo prefeito Márcio Lacerda à Câmara de Vereadores no final de 2011, que consiste na formação de um fundo de previdência dos servidores. De acordo com o entrevistado, o material do sindicato não traz uma análise aprofundada da questão, entretanto, ele não aprofunda no tema por considerar que este projeto não afetará o processo de sua aposentadoria.

Viu o material informativo sobre o projeto de previdência que tá pra ser votado lá na câmara [dos vereadores]? O material informativo do sindicato é

muito... limitado, não faz uma análise adequada da coisa. Pega alguns pontos, bate nesses pontos, desconsidera outros e como eu não acredito muito no movimento sindical eu não... não tô muito preocupado também não porque eu já to terminando. Nada que fizer aí vai me afetar não. E essa discussão não chega na escola também, chega boletim (Professor R, não sindicalizado).

Na opinião da professora O., a direção sindical deveria buscar outros meios de comunicação para se aproximar da categoria, como o *email*. A entrevistada também aborda a necessidade de se aproximar da comunidade em busca do seu apoio para as demandas da categoria. A entrevistada denomina o governo municipal como “poder político”.

Acho que talvez poderiam buscar mais estratégias de ficar mais próximos da gente, *email* é uma boa forma, a vinda dos diretores [do sindicato]. Acho que talvez um trabalho maior com a comunidade, buscar mais estar junto da comunidade. O que a gente tem dificuldade também. Porque, quando a sociedade entende a situação e abraça junto com o trabalhador o problema do trabalhador, eu acho que a gente ganha força e o poder político recua um pouco (Professora O, sindicalizada).

As falas mostraram que a comunicação entre a direção sindical e a base se mostra mais unilateral e que existe a dificuldade de se debater na escola as informações que emanam do sindicato, como já foi demonstrado no tópico anterior. É necessário trazer à tona a limitação que os diretores têm no que se refere a levar diretamente as informações para cada escola, em cada turno, tendo como ajuda a militância feita pelo representante. Essas dificuldades estão ligadas ao burocratismo da estrutura sindical, à liberação de poucos professores para o mandato no sindicato e às dificuldades dos dirigentes sindicais em irem para as escolas e fomentar a organização no local de trabalho.

O representante da escola não pode ser o único “caminho” para a disseminação das informações, pois ele não tem responsabilidade com a diretoria e, muitas vezes, nem com a categoria. É por isso que a direção sindical deve saber que a mobilização é fruto da disseminação da informação na base e isso acontece com maior eficácia quando o diretor assume essa responsabilidade de, além de todas as demandas burocráticas internas ao sindicato, estar presente no chão da escola.

3.5 Avaliação da direção sindical

Apesar de aparecerem, durante o percurso das análises das entrevistas, avaliações da direção sindical, mesmo que implicitamente, considerou-se necessário

pedir aos entrevistados que avaliassem as ações dos atuais dirigentes sindicais. Esse elemento é importante para se entender a compreensão que os entrevistados têm sobre a luta sindical. Contudo, nem todos quiseram fazê-la justificando que não teriam informações suficientes por não conviverem com a direção sindical ou não lerem periodicamente os materiais informativos do sindicato.

O professor A., militante do PCdoB, avalia como positivo o fato da diretoria do sindicato, no atual mandato, ser composta por membros de uma única chapa, pois, na opinião dele, é uma direção com uma “visão única” da prática sindical, o que facilita a identificação da base com o conjunto da direção sindical, evitando assim as “lideranças personalistas”. Além disso, a composição da diretoria por uma única chapa também proporciona a maior visibilidade da central sindical à qual do sindicato é filiado, CSP-Conlutas, posto que, no seio da categoria, existem grupos que reivindicam outras centrais como a CTB e a Intersindical. Por outro lado, o entrevistado aponta o problema da falta de envolvimento da base com as demandas da categoria e o problema das liberações dos diretores do sindicato.

Essa gestão atual ta tendo uma diretoria, uma visão única do ponto de vista da prática, eu acho que facilita muito e isso é muito mais interessante porque quando você tem diferenças acentuadas dentro da diretoria mexe muito com a cabeça da base. Quem seguir, isso torna muito personalistas, lideranças personalistas. Um acompanha esse, o outro acompanha aquele e nem sempre é o melhor para a categoria. [...] Acho que a diretoria tem ido bem, uma diretoria que é concretamente da Conlutas, tem conseguido dar visibilidade em levar a vida da categoria... Uma greve que tivemos aí. Acho que dar uma maior transparência de unidade da direção. Agora existe problemas objetivos que é a base. Não ter as liberações dos diretores. Acho que tem superado (Professor A., militante do PCdoB).

Na fala da Professora Mo. também aparece o envolvimento da base da categoria como elemento de avaliação das ações da direção sindical: “a direção movimenta quando o trabalhador se propõe a movimentar”.

Eu gosto muito das meninas. Todo mundo dá um apoio muito grande para gente. Acho que todo momento que o trabalhador se propôs a fazer o movimento, esse movimento foi orquestrado de maneira bacana pelo sindicato. O sindicato também fica numa situação complicada de levar o pessoal para um movimento e aquilo não dar certo (Professora Mo., sindicalizada).

A relação pessoal também é ressaltada pela entrevistada quando ela fala “eu gosto muito das meninas” e “todo mundo dá um apoio muito grande para gente”. Essa aproximação da entrevistada com a direção sindical ocorre pelo fato dela ser representante de escola. Essa fala corrobora com a fala da diretora M. que aborda o

envolvimento da direção sindical com o representante de escola como uma tática para torná-lo um forte mediador entre a categoria e a direção.

Entre os três professores não sindicalizados, uma não quis fazer avaliação da direção sindical justificando que, devido à sua decisão de não participar e de não ler os materiais informativos do sindicato, não teria elementos suficientes para fazer uma avaliação do sindicato.

A professora Ca., não sindicalizada, trabalha na RMEBH desde 2005, afirma conhecer a história do sindicato por meio dos professores mais antigos da rede. E, relacionando estes relatos com a sua vivência, ela faz a seguinte avaliação

Acho que o sindicato já foi mais engajado. Eu tenho pouco tempo de prefeitura e todas as histórias que eu ouço de que ele [o sindicato] já teve mais força, mais poder de frente com a prefeitura e de que um tempo pra cá ele tá mais enfraquecido ou que os interesses não são mais os mesmos, os próprios informes já foram melhores. Não sei dizer exatamente por que isso aconteceu. Eu sei que a verba foi cortada, que agora não são tantas pessoas sindicalizadas assim, que eles dependem dos depósitos [dos filiados] (Professora Ca., não sindicalizada).

Apesar dessa professora não participar com frequência das assembleias e reuniões convocadas pela direção sindical, ela tenta fazer uma análise histórica de como era o sindicato e como está hoje, chegando à conclusão de que já houve uma direção mais “engajada”, com mais “poder de frente com a prefeitura” e que, inclusive, “os informes já foram melhores”. É uma reflexão próxima das análises sobre o sindicalismo da atualidade. A entrevistada faz algumas suposições sobre o motivo deste enfraquecimento da direção sindical: talvez “os interesses não são mais os mesmos”, se referindo à direção sindical. Em outro momento da entrevista, ela abordou as disputas que acontecem entre os militantes políticos no sindicato e a própria presença de figuras públicas dos partidos políticos. Então, ela se questiona se os interesses se resumem ao programa do partido ou às demandas da categoria. Outro elemento citado foi o corte de “verba”. Apesar da entrevistada não contribuir financeiramente para o sindicato, pois não é sindicalizada, ela levanta como um possível problema o financiamento devido ao fato da prefeitura ter interrompido o desconto sindical na folha de pagamento, o que levou a uma redução do número de filiados, pois os professores deveriam procurar o sindicato para indicar uma conta corrente para se fazer o desconto da contribuição sindical.

O professor Ma., sindicalizado, também reflete em sua fala sobre o enfraquecimento dos embates entre a direção sindical e prefeitura,

Não tenho visto os dirigentes aqui na escola... Eu já vi, inclusive pessoas novas que não eram do sindicato, mas acho que tinha que vir mais, o pessoal tá muito frio, não é frio, mas baixou um pouco (Professor Ma., sindicalizado).

Este professor aborda a ausência da visita dos diretores do sindicato nas escolas como um elemento de pouca participação dos professores nos debates dos problemas da categoria, ao falar que “o pessoal tá muito frio”, “baixou um pouco”.

Também em relação a pouca participação da categoria na luta sindical, o professor R. aborda a questão da organização sindical não favorecer a ampliação dessa participação. O entrevistado questiona a existência de assembleia de filiados para discutir determinadas questões da categoria. Segundo ele, essa maneira de se organizar as instâncias de decisão favorece a concentração do poder nos militantes dos partidos políticos que atuam na categoria.

A categoria não é muito envolvida, os envolvidos são os militantes, cê vai discutir, como faz isso? O organograma de organização sindical que apresentei para o Congresso [que fundou o SinRede/BH] tinha uma assembleia geral que envolve todo mundo, filiado e não-filiado vai lá e vota. Aí eles enfiaram uma outra coisa que é a assembleia de filiados. Aí uma assembleia de filiados é marcada para uma segunda-feira, sete horas da noite, só vão uns 50 “gatos pingados”, dos partidos e simpatizantes. Então, cê usa a categoria toda para votar uma greve, para carregar uma greve, mas na hora de resolver as questões mais fundamentais não pode ser a categoria, só a turminha deles. O que tá crescendo, o quê tá avançando com isso. A gente poderia ter um sindicato enorme, funcionando, honesto, de resultado, político (Professor R., não sindicalizado).

De acordo com o estatuto do SindRede/BH, a instância máxima de deliberação da categoria é a Assembleia Geral que deve reunir filiados e não filiados ao sindicato e é nessa instância que se define questões que envolvem o conjunto dos representados como a realização de uma greve, a constituição dos itens da pauta de reivindicações, etc. A Assembleia de Filiados é uma instância de deliberações relativas ao patrimônio do sindicato, à prestação de contas do dinheiro arrecadado, aos problemas que possam surgir durante o pleito eleitoral e que fujam do controle da Comissão Eleitoral, etc. além dessas instâncias deliberativas, existem ainda as reuniões de representantes de escolas e os Conselhos Fiscal e de Ética cujos membros são eleitos concomitantemente com a direção do sindicato. O entrevistado mostra o problema dessa forma organizativa que, segundo ele, concentra mais poderes nos militantes políticos, por serem os mais atuantes na organização sindical. Assim, tende-se a aprofundar o afastamento da categoria das decisões do sindicato.

Em relação aos espaços de decisão da categoria, como as assembleias, o Professor Ma. entende que são espaços “parcialmente” democráticos. Na visão dele, em “todo espaço de discussão” existe algum controle exercido pela tendência predominante, “da CUT, de uma tendência ou de outra”. Ele exemplifica com uma experiência que viveu durante uma assembleia dos professores da rede estadual de Minas Gerais.

Acho que as reuniões são democráticas, em termos. Normalmente, todo espaço de discussão tem um controle de alguém ali, da CUT, de uma tendência ou de outra, alguém que predomina, tem. Eu fui numa assembleia do Estado [dos professores da rede estadual de Minas Gerais] uma vez que a menina da mesa que estava conduzindo o trabalho derrubou o microfone de outra pessoa... Eu nunca tinha visto isso na minha vida! (Professor Ma., sindicalizado).

Corroborando com essa análise, o Professor M., militante do PT, fala sobre a dominação de um grupo que possui um “discurso mobilizador”, mas não faz as pessoas participarem, restando somente “a voz” do grupo que dirige a categoria.

As assembleias ficam muito fechadas num grupo, parece que há um grupo que domina, que tem voz, fala e impera, às vezes até a vontade desse grupo. As lideranças, quando eles fazem o discurso, o discurso é mobilizador, mas as pessoas também não querem participar, então fica só a voz (Professor M., militante do PT).

Percebe-se que as críticas se aproximam de alguns elementos como a baixa participação da categoria, o baixo potencial mobilizador do sindicato e a dominação de um determinado grupo político. Estão muito presentes também as críticas aos partidos políticos, que acabam se constituindo nos grupos que dominam os espaços de discussão, na percepção dos entrevistados.

Nesse sentido, retoma-se a fala do Professor M., na qual aparece a crítica em relação à direção do SindRede/BH por não dialogar com o SindUTE/MG e com a prefeitura. Na opinião do professor, o debate deve passar pela “relação do sindicato com o governo” a partir de uma posição de diálogo para debater com o governo as ações, tomadas por ele, que prejudicam os trabalhadores.

Eu vejo uma má vontade... Às vezes o SindUTE tem umas posições muito avançadas para a categoria, a sociedade... Há um confronto muito grande. Às vezes eu penso será que o prefeito sabe disso? Isso que estão fazendo é errado, prejudica o trabalhador, não há necessidade. Corta direito, pressiona o trabalhador, cria embaraço para resolver o problema do trabalhador. Esses entraves, não há diálogo. Qual seria a relação do sindicato com o governo? Não constrói...tinha que ter posições, mas naquela linha onde vai prejudicar mais ao governo ou ao trabalhador, tinha que ser discutido essas posições. Nós perdemos muito. Olha só, a questão da aposentadoria, tem coisas no projeto que prejudica demais o

trabalhador. Não há uma clareza... Falta uma posição de diálogo, não há diálogo, é confronto (Professor M., militante do PT).

Já na visão da Professora Co., militante do PSol, o SindRede/BH trabalha sob a “lógica do possível”, como o sindicalismo na atualidade, estabelecida na ausência de confronto com o governo, do “enfrentamento político” e aumento das ações judiciais. O sindicato deixa de fortalecer o enfrentamento político e passa a atuar mais nos limites do capitalismo.

Voltou um peleguismo que é a lógica do possível. Tanto os governos fazem a lógica do possível, quanto os sindicatos têm feito a lógica do possível e da judicialização das coisas. Ao invés do enfrentamento político, você vai para a causa [ação movida na justiça]. É só pegar o SindRede, por exemplo. Era só briga política e resolvia ali na política e ia regulamentando as coisas na política, o departamento jurídico era pequeno, agora o departamento jurídico é imenso, ocupa muito mais a ação sindical do que o enfrentamento aberto contra o governo. E não é só o SindRede (Professora Co., militante do Psol).

Nesse sentido, a Professora M., dirigente do SindRede/BH, aborda que a categoria desenvolve um “imaginário” de que a direção sindical vai resolver os problemas como se o sindicato fosse um “tutor”. Por outro lado, a diretora aponta as dificuldades de se dirigir o sindicato combatendo a burocratização e fortalecendo a participação dos professores da base. Ela afirma que dirigir o sindicato sem a participação da categoria traz a “sensação” de que se está fazendo mais “coisas” e que essas “coisas estão dando mais certo”. Contudo, ela afirma que não se deve burocratizar porque “o sindicato tem que existir para atender a demanda da categoria, com um passo a frente, com uma visão política mais ampla”. E que é por isso que existem professores liberados para o mandato sindical.

[...] existe uma demanda gigantesca do sindicato e uma responsabilização do sindicato como tutor das causas da categoria porque a direção do sindicato vai resolver meus problemas, existe esse imaginário na categoria e a gente sabe que não é, se a categoria não participa, a direção nada pode fazer, ela pode encaminhar algumas coisas que não tem luta, mas, sem ninguém pra respaldar, o sindicato perde força política. [...] Agora, dirigir o sindicato, com base na categoria, então fazer reunião, explicar, avaliar, votar, fazer esse diálogo com a categoria já é difícil, encaminhar o que a categoria quer é muito mais difícil ainda porque pessoas que não participam da discussão também querem que as propostas delas sejam encaminhadas, individualmente. A tentativa de ser democrático custa muito trabalho, eu acho que quando burocratiza você diminui a eficiência, o vínculo político, mas a sensação é que você está fazendo mais coisa e as coisas estão dando mais certo. Porque a categoria vigia, avalia e todo dia ela tem uma avaliação do dirigente, do sindicato, como tem que ser. Então, a sensação que a gente tem é que não dá certo. Mas, eu não acho que tenha que fazer de outra maneira não, o sindicato tem que existir para atender a demanda da categoria, com um passo a frente, com uma visão política mais ampla. É por isso que a gente tá aqui, liberado: para estudar, para elaborar melhor. A categoria tá lá na linha de produção. Mas, sem

formar a categoria para ajudar a tomar as decisões, também acho que não resolve (Professora M., diretora do SindRede).

Nessa direção, o professor P., militante do PSTU, ex-dirigente do SindRede/BH, aborda o combate que deve ser travado dentro do sindicato contra o processo de burocratização, buscando a superação da estrutura sindical. O entrevistado aborda que o processo de burocratização é objetivo, passa pela administração do sindicato que “funciona como uma empresa”. Para ele, a vantagem do SindRede/BH em relação aos outros sindicatos é a dinâmica estabelecida de aproximação dos professores nas escolas, o “trabalho de base”. Cada dirigente tem que visitar escolas e apresentar avaliações sobre as visitas.

A burocratização depende em parte dos dirigentes, de fazerem uma ação contra a burocratização. Agora, é um processo muito objetivo porque o sindicato funciona como uma empresa, ele tem seus departamentos, suas demandas, seus funcionários, suas contas pra pagar, os escritórios com os quais se relaciona como o de advocacia. Alguns têm clínica médica. Quem dirige isso? Quem organiza isso? Não é a categoria diretamente, são os diretores. Isso dá uma demanda de horas muito grande que muitas vezes dificulta o dirigente de fazer o trabalho de base. O dirigente quando entra no sindicato pra sair é muito difícil porque toda hora vem um funcionário e coloca uma realidade. Tem as questões trabalhistas dos funcionários, tem a demanda do sindicato, rodar boletim, o jornal que tem que fazer, tem as reuniões institucionais com outros sindicatos, com o governo, tem a categoria que liga, tem os fornecedores que ligam, então é um aparato que te pressiona pra dentro dele. Não para fazer o trabalho de base. Qual é a vantagem do Sindredre? Que nós estabelecemos uma dinâmica de que tem que fazer trabalho de base, ou seja, você tem X escolas pra percorrer que são da sua responsabilidade e que você tem que apresentar balanço sobre elas (Professor P., militante do PSTU).

Ainda sobre o processo de burocratização, a Professora C., dirigente do SindRede/BH, aborda como a atual diretoria debate a questão dos privilégios dos dirigentes. A entrevistada afirma que a direção debate sobre a necessidade de se controlar os privilégios, aliando a discussão sobre o acesso ao dinheiro do sindicato com o trabalho de percorrer as escolas.

Quando a gente sai da escola e vem para o sindicato, passa a gastar mais para fazer o que tem que ser feito. Só que as pessoas confundem o debate de não gastar a mais com ter acesso a privilégios. Nós gastamos várias reuniões para discutir a diferença entre privilégio e o gasto para realizar as tarefas sindicais. [...] A gente faz um debate constante sobre as questões materiais para trabalharmos, mas nos mantendo no padrão da categoria, se a categoria anda de ônibus, a gente vai andar de ônibus, nada de privilégios. Essa condição, só pega dinheiro desde que demonstre que foi fazer trabalho de base, tem levado os diretores a visitar escolas. Nós obtivemos esse percentual de votos na última eleição devido ao trabalho de base que temos na região do Barreiro, Venda Nova e Pampulha. As visitas dependem da demanda dos professores e também da gente se liberar das atividades aqui no sindicato. (Professora C., diretora do SindRede/BH).

Por fim, o Professor L., diretor do SindRede/BH aborda a necessidade da direção sindical não se restringir somente às demandas da categoria, fazendo debates mais amplas sobre a “classe trabalhadora”, o que seria um processo de “politização da categoria”. O entrevistado entende que essa ação que rompa os limites do corporativismo depende de uma “decisão política” da direção do sindicato de empregar “recursos econômicos” e de fortalecer a “discussão dos coletivos dentro das escolas”.

Eu acho que o sindicato tem que ter um posicionamento político e uma perspectiva da organização da sua categoria, de politização, de contribuir para o processo de formação da sua categoria, tanto em relação às suas questões do campo da educação, do campo das escolas e o sindicato tem a tarefa de discutir as questões da classe trabalhadora de uma forma mais ampla e discutir isso com sua base e o conjunto dos trabalhadores. Eu acho que tem que organizar isso de uma forma cada vez menos amadora, tentando utilizar o potencial humano e de recursos que tiver voltado para essa perspectiva. Mas tomar essa perspectiva também depende de uma decisão política, tanto de empregar recursos econômicos, mas de empregar a energia do sindicato que aí vai desde o diretor, passa pelos representantes de escolas, o próprio trabalho de organização e discussão dos coletivos dentro das escolas [...] (Professor L., diretor do SindRede).

As avaliações dos entrevistados sobre a direção sindical se aproximam muito das análises teóricas sobre o processo de burocratização e afastamento dos sindicatos das suas bases de representação. É quase unânime nas avaliações, o afastamento dos professores do sindicato e das mobilizações e a concentração de poder decisório na direção sindical. As falas dos diretores do sindicato refletem a reflexão sobre o processo de burocratização, ao qual estão sujeitos, e a tentativa de superá-lo.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, portanto, unidade do diverso.

Karl Marx

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, denominado por muitos de “Sociedade da Informação”, novas conformações do mundo do trabalho, baseadas na ampliação da jornada e na multifuncionalidade do trabalho impactam na vida do professor, aprofundando o processo de sua proletarização. Existe um processo de universalização da educação, porém, marcado pela precarização do trabalho docente, uma vez que os governos não investem na mesma medida em que se amplia o acesso às vagas na escola. Assim, os professores têm sofrido o rebaixamento ou estagnação dos seus salários combinado com a ampliação da jornada de trabalho, uma vez que o absenteísmo e a rotatividade dos profissionais do ensino público são altos. Além de muitos deles buscarem na dupla ou tripla jornada de trabalho meios para incrementarem suas remunerações. Essa também é a realidade da RMEBH.

As novas formas da gestão do trabalho impactaram também na organização sindical brasileira. Houve um processo de cooptação para um sindicalismo de negociação ou cidadão, abandonando o sindicalismo classista e combativo. Esse processo aprofundou a burocratização da direção sindical, ao limitar as ações dos dirigentes sindicais à administração do sindicato e dos conflitos entre patronal, Estado e trabalhadores. Assim, houve afastamento dos trabalhadores do sindicato e concentração de mais poder de decisão nos dirigentes, preterindo-se os trabalhadores dos processos decisórios. A criação do SindRede/BH se deveu ao movimento dos professores da RMEBH em romper com essa estrutura burocrática que o SindUTE/MG vinha pouco a pouco representando.

A realização de pesquisas sobre as práticas informacionais em contextos que não sejam os serviços de informação, como o movimento sindical, é necessária para ampliar os alcances de atuação da CI. Considera-se necessário superar a dicotomia entre o olhar do “paradigma” tradicional e o “paradigma” alternativo, considerando a complexidade das relações sociais. Ao incorporar a dimensão das relações sociais, a CI pode ampliar seu “olhar” sobre novos sujeitos, novas dinâmicas e novos problemas de pesquisa. No caso desta investigação, buscou-se a compreensão das dinâmicas sociais na realização das práticas informacionais no cotidiano da organização político-sindical, considerando professores que se envolvem diretamente ou não.

No SindRede/BH, ainda há elementos de concentração da direção sindical no que concerne à produção e disseminação da informação, mesmo que a direção discuta e tente combater a burocratização, buscando a ampla participação dos professores. As informações relacionadas às atividades de cada departamento do sindicato estão concentradas no diretor responsável por aquele departamento, e ainda não há mecanismos eficientes de organização e disseminação dessas informações. E isso está ligado à tarefa delegada à direção sindical pelos trabalhadores, por meio da eleição sindical. Os dirigentes sindicais são eleitos para representarem a categoria e precisam se formar para exercerem essa função. Em outras palavras, é possível afirmar que a própria estrutura sindical tende à formação de um aparato burocrático que distancia dos professores (e trabalhadores em geral) mecanismos eficientes de apropriação da informação e, conseqüentemente, as tomadas de decisão. Nesse sentido, é necessária uma política consciente de fazer com que o “chão da escola” seja seminal para a apropriação da informação por parte dos professores.

As informações sobre a conjuntura e as condições de negociação com a PBH, por exemplo, estão concentradas na direção sindical, que as repassa por meio do representante de escola, dos meios de comunicação, das assembleias e das visitas às escolas pelos dirigentes sindicais. Contudo, muitas vezes, o representante não dispõe de tempo para debater com os professores e, assim, possibilitar a produção de novas informações que cheguem ao sindicato e possam, inclusive, alterar as avaliações da direção. Frequentemente, o representante precisa votar questões nas

reuniões de representantes de escola sem ter discutido com o grupo que representa, devido à falta de tempo para realizar esse debate no local de trabalho.

As assembleias da categoria são outros mecanismos da direção para ampliar a democracia nas tomadas de decisão. Contudo, se não houver debate anterior na escola, os professores lidarão com a assembleia de maneira mecânica, ouvem as avaliações e votam em uma ou outra proposta. As visitas dos diretores do sindicato às escolas, outro meio de comunicação com a categoria, também são prejudicadas por dois elementos: a existência de liberações de poucos diretores para o mandato sindical e a estrutura sindical que exige uma maior presença do diretor dentro do sindicato para resolver os problemas administrativos, tendendo a afastá-lo do trabalho de base, nas escolas.

Há um enfraquecimento na organização por local de trabalho que fortaleceu a comunicação unilateral entre o sindicato e a base, por meio do representante da escola e dos materiais informativos elaborados pela direção sindical. Assim, não há mecanismos eficientes nas escolas para que o professor possa se apropriar dessas informações, produzir novas e compartilhá-las com o coletivo dentro e fora da escola, fortalecendo a organização político-sindical na base. Dessa maneira, a ausência de tempo para o debate no local de trabalho enfraquece as práticas informacionais relacionadas à organização político-sindical.

A redução dos espaços para o debate na escola também está ligada ao enfraquecimento da gestão democrática. A direção da escola acaba se tornando correia de transmissão das ordens da SMED e gestora das ações determinadas pelo governo, salvo exceções. Esse processo aprofunda a situação do professor como executor de tarefas do ensino, aprofundando a sua alienação. E esse elemento influencia nas práticas informacionais porque enfraquece o exercício de debate e de participação nas tomadas de decisão, seja no âmbito da gestão escolar, seja na organização político-sindical. Assim, a apropriação das informações pelos professores se torna passiva e não possibilita a modificação do *habitus*, o que resulta na reprodução das mesmas relações sociais na escola.

Contudo, a atuação político-sindical dos professores depende de uma série de outros fatores além da disseminação e apropriação das informações. As dinâmicas sociais também conformam as ações políticas e sindicais dos indivíduos. Quando os professores relatam que seus colegas não participam das atividades

propostas pelo sindicato, deve-se considerar que estes sujeitos estão inseridos num contexto social da “sociedade da informação” e que a conformação do trabalho, que os aliena, tende a afastá-los de qualquer participação política ou ação sindical. Há de se considerar também que o governo dispõe de mais meios de comunicação para disseminar as informações de seu interesse do que o sindicato, tendo mais condições de convencer a categoria das suas políticas para a educação. O governo dispõe de uma tecnocracia localizada em cada regional da cidade, de dinheiro para campanhas publicitárias nos meios de comunicação de massa e da convivência da maior parte das direções das escolas.

Finalmente, essa pesquisa buscou contribuir para a crítica à dicotomia entre os estudos voltados para fontes e serviços de informação e estudos cognitivistas. Os primeiros estudos objetivam quantificar a utilização de fontes de informação por determinados grupos institucionais, desconsiderando outras determinações sócio-históricas. A abordagem cognitivista também desconsidera ou não problematiza os aspectos sociais, levando a resultados limitados, pois se focam na tentativa de pré-determinar comportamentos dos usuários. Com isso são perdidos elementos construídos socialmente que tendem a influenciar os indivíduos da mesma maneira que esses indivíduos atuam na modificação da realidade. As práticas informacionais são realizações concretas, fundadas cotidianamente nas relações sociais, num dado momento histórico. Nesse sentido, esta pesquisa buscou cooperar para a ampliação do quadro teórico-metodológico do campo de estudos de usuários da informação. Pode-se afirmar que a CI, como uma ciência social, não precisa estar limitada aos estudos estritamente institucionais, mas balizando-se em pesquisas que apontem para a multiplicidade de relações sociais inscritas nos processos informacionais.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, S. M. T. *Informação para a ação: o uso da informação como suporte às reivindicações sindicais no âmbito da segurança e da saúde do trabalhador*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2008.
- ADORNO, T. Sobre la lógica de las ciencias sociales. ADORNO, T. et al. *La disputa del positivismo en la sociología alemana* Barcelona: Grijalbo, 1973. p. 121-138
- ADORNO, T. Introdução à sociologia. São Paulo: UNESP, 2008.
- ALMEIDA, J. M. *Os sindicatos e a luta contra a burocratização*. São Paulo: José Luiz e Rosa Sundermann, 2007.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Profissional da informação: entre o espírito e a profissão. In: VALENTIM, M. P. (Org.). *Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Sobre os métodos e as técnicas de pesquisa: reflexões. In: VALENTIM, M. L.P. (org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005. p.161-171.
- AMORIM, H.; WOLFF, S.; RASLAN, F. Classes sociais, relações de classe e trabalho: política e teoria. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v.16, n.1, p.11-23, jan./jun. 2011.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTUNES, R. Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. In: _____.(org.). *Riqueza e miséria no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 499-508.
- ANTUNES, R. *O que é sindicalismo?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANTUNES, R. Trabalho, greve e consciência: algumas considerações teóricas. In: _____. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 177-211.
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: < <http://www.ibict.br/cionline>> Acesso em: 28 mar. 2010.
- ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários: uma abordagem na linha ICS. In: REIS, A.; CABRAL, A. M. (orgs). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007, p. 81-100.
- ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. [*Anais eletrônicos...*] São Paulo: ANCIB, 2008. 1 CD-ROM.
- ARAÚJO, C. A. A. Um mapa dos estudos de usuários da informação no Brasil. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 11-26, jan./jun. 2009a.

- ARAÚJO, C. A. A. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. *R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.112-119, set. 2009b.
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.
- AZEVEDO, M. Informação e interpretação: uma leitura teóricometodológica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.122-133, jul./dez. 2004.
- BAPTISTA, D. M. A busca da informação por parte de entidades representativas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n.2, p. 16-19, maio/ago.2001.
- BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, maio/ago. 2007, p. 168-184.
- BELL, D. O fim da ideologia: pensamento político. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- BELKIN, N. J. Anomalous states knowledge as a basis for information retrieval. *The Canadian Journal of Information Science*, v. 5, p. 133-143, 1980.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Projeto de expansão da rede municipal de educação – PPP*. Belo Horizonte, [2012]. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=pppeducacao&lang=pt_BR&pg=9061>. Acesso em 24 abr. 2012.
- BEMFICA, J. C. *Estado, mercado e redes transnacionais na constituição da sociedade da informação: um estudo sobre os princípios norteadores das políticas para a infra-estrutura de informação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2002.
- BEMFICA, J. C.; CARDOSO, A. M. P.; FARIA, C. A. P. 'Sociedade da informação': estratégia para uma 'sociedade mercadorizada'. *Informática Pública*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 185-204, 2003.
- BETTIOL, E. M. Necessidades de informação: uma revisão. *Revista de Biblioteconomia*. Brasília. v.18, n.1, p.59-69. jan./jun.1990.
- BERNARDO, J. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? *Revista Crítica Marxista*, Campinas, SP, n.4, p.123-139, 1997.
- BIANCHI, A. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. *Cadernos Cemarx*. Campinas, n.4, p. 9-39, 2007.
- BOITO Jr, A. A burguesia no Governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 237-263.
- BONACINI, I. L. *A maior aula em praça pública: trabalho, política e imaginário das professoras primárias em Minas Gerais (1979-1980)*. 1992. Tese (Doutorado em

História e Filosofia da Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P.. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (organizador da coletânea). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.46-81.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Distribuição dos Sindicatos por Central Sindical*. 2012. Disponível em: <
<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>>. Acesso em 25 abr. 2012.

BURAWOY, M. *O marxismo encontra Bourdieu*. Organização de Ruy Braga. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

CABRAL, A. M. R. *A vez e a voz das classes populares em Minas*. 1995. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 1995.

CABRAL, A. M. R.; VASCONCELOS, L. R. Informação, cultura e sociedade – estado da arte. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. [*Anais eletrônicos...*] Florianópolis: ANCIB, 2005. 1 CD-ROM.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. [*Anais eletrônicos...*] Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.23, n.2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CARDOSO, A. M. P. *Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação e comunicação*. 1989. Tese (Doutorado em Ciências da Documentação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 1989.

CARDOSO, A. M. P. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede, a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac, 2003.

COELHO, J. S. *O trabalho docente na escola integrada*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2011.

COSTA, A. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In:_____;

Fernandes Neto, E.; Souza, G. *A proletarização do professor: neoliberalismo na educação*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2009, p. 59-100.

CSP-CONLUTAS. Disponível em: <<http://www.conlutas.org.br>>. Acesso em 02 set. 2010.

CTB. Disponível em: <<http://portalctb.org.br/site/>>. Acesso em 02 set. 2010.

CUNHA, L.A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n.100, p. 809-829, out. 2007.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.29, n.2, p.37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline>> Acesso em: 12 jun. 2010.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

DERVIN, B. Sense-making theory and practice: an overview of user interests in knowledge seeking and use. *Journal of Knowledge Management*, v. 2, n. 2, Dec. 1998.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 21, p. 3-33, 1986.

DIAS, E. F. Crise, Classes e Ordem. *Revista Espaço Plural*, Cascavel-PR, ano 6, n. 14, p. 20-22, 1 sem. 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/487/401>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 9-80.

DIAS, E. F. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. *Textos Didáticos*, n. 29, 2 edição, Campinas-SP: IFCH/UNICAMP, 1999.

DIAS, E. F. *Gramsci em Turim: a Construção do Conceito de Hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. *Usos e usuários da informação*. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

DRUCK, G. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. In: *OSAL, Observatório Social de América Latina*, año VI, n.19. CLACSO, Buenos Aires, jul.2006. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

FELLIPE, W. Imperialismo, Estado e sindicatos: as diferentes vias de atrelamento dos sindicatos ao Estado. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL. 2007, São Paulo. *Caderno de debates*, n.4. São Paulo: ILAESE, 2007, p. 51-67.

FERREIRA, S. M. S. P. Novos paradigmas da informação e novas percepções do usuário. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 217-223, maio/ago. 1996.

FIGUEIREDO, L. *Reforma neoliberal na educação e crise no movimento sindical no estado de Minas Gerais: os limites do reformismo*. 2006. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2006.

FIGUEIREDO, N. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994.

FOSKETT, D. J. Psicologia do usuário. In: FOSKETT, D. J.; et al. *A contribuição da psicologia para o estudo dos usuários da informação técnico-científica*. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.11-30.

FREIRE, I. M. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline>> Acesso em: 12 jun. 2010.

FREITAS, L. S. *Na teia dos sentidos: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação*. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Arte, São Paulo, 2001.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. [*Anais eletrônicos...*] Marília: ANCIB;UNESP, 2006. 1 CD-ROM.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmond, Alberta. *Proceedings...* Alberta, 1995. Disponível em: <http://www.cais-aci.ca/proceedings/1995/frohmann_1995.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2012.

GALVÃO, A. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. *Outubro*, São Paulo, n.14, p. 131-150, 2º sem. 2006.

GIANOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2006.

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia: que é sociologia?* São Paulo: DIFEL, 1986.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. *Datagrama zero*, v.1, n. 6, dez. 2000.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

INTERSINDICAL. Disponível em: <<http://www.intersindical.org.br>>. Acesso em 25 ago. 2010.

KUHLTHAU, C. C. Inside de Search Process: information seeking from the user's perspective. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington, DC, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LADOSKY, M. H. G. *A CUT no Governo Lula: da defesa da "liberdade e autonomia" à reforma sindical inconclusa*. 2009. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LE COADIC, Y. F. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LENIN, V. I. *Informação de classe: a natureza classista da informação*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.
- LIMA, A. *Aproximação crítica à teoria dos estudos de usuários de bibliotecas*. Londrina: Embrapa-CNPSo; Brasília: Embrapa-SPI, 1994.
- LOPES, R. S. *Informação, conhecimento e valor*. São Paulo: Radical Livros, 2008.
- LÖWY, M. *Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.
- LUKÁCS, G. *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MACEDO, I. F. A ideologia na biblioteconomia: uma reflexão. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.15, n.2, p. 210-221, set. 1986.
- MANDEL, Ernest. *La burocracia*. Buenos Aires: Schapire, 1973
- MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p. 89-93, jan./abr. 1995.
- MARTELETO, R. M.; RIBEIRO, L. B. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v.11, n.1, 2001.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. livro1, tomos 1,2.
- MARX, K. *Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.1.
- MARX, K. O Método da Economia Política. In.: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*, 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- MATTELART, A. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MIRANDA, K. A. O trabalho docente na acumulação flexível. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28, 2005, Caxambu, MG. [*Anais eletrônicos...*] Caxambu, MG: ANPED, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/gt09.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

MOSTAFA, S. P., MARANON, E. O segredo, a informação e a cidadania. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.21, n.2, p. 203-212, jul./dez. 1992.

MOSTAFA, S.P.; LIMA, A. B. A.; MARANON, E. I. M. Paradigmas teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Ci. Inf*, Brasília, v.21, n.3, p.216-222, set/dez. 1992.

MOURA, M. A. Tecnologias da informação como aporte ao movimento docente. *Caminhos*, Belo Horizonte, n. 16/17, p. 105-108, 1998.

NASCIMENTO, D. M. ; MARTELETO, R. M. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu [sic]. *DataGramaZero*, v.5 n.5, Out. 2004.

NOGUEIRA, A. J. F. M. Relações de trabalho no setor público. III CICLO DE DEBATES ECONOMIA INDUSTRIAL, TRABALHO E TECNOLOGIA, 3, 2005a. [Anais eletrônicos..] Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/III_Ciclo_Arnaldo_Nogueira.pdf>. Acesso em 06 mar. 2012.

NOGUEIRA, A. J. F. *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

OLIVEIRA, Dalgiza A. *Práticas informacionais dos dirigentes do Sindicato dos Bancários de BH e Região*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

ORTIZ, R. Introdução: a procura de uma sociologia da prática. In: _____. (organizador da coletânea). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-36.

PEREIRA FILHO, S. C. Apontamentos para debate sobre reorganização da classe trabalhadora. São Paulo: Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, 2011. Informe. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2011/04/alguns-apontamentos-para-o-debate-sobre-a-reorganizacao-da-classe-trabalhadora/>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

PIMENTA, R. M. Construindo conhecimentos através do espaço sindical francês: um olhar sobre a informação e o papel do arquivo junto a uma política de memória militante. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.14, n. especial, p. 120-132, 2009.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RABELLO, O. *Análise do campo de conhecimento relativo a usuários de biblioteca*. 1980. Dissertação (Mestrado em Administração de Bibliotecas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 1980.

REIS, A. S. Retórica-Ideologia-Informação: questões pertinentes ao cientista da informação? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, jul./dez. 1999.

- ROCHA, M. da C. *Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte*. 2009. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2009.
- ROCHA, M. M. O. Documentação popular: considerações teóricas. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 4, n. 1, 1994. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/online>. Acesso em: 12 mar.2011..
- ROCHA, W. P. Sindicalismo e movimentos sociais: o caso do coletivo de inclusão no Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, Brasil. In: III SEMINÁRIO NACIONAL E I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2010, Florianópolis. [*Anais eletrônicos...*] Florianópolis: NPMS, 2010. p. 1424-1435. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a088.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SINDREDE/BH. Disponível em: <<http://www.redebh.com.br/default.asp>>. Acesso em: 02 ago. 2010.
- SINDREDE/BH. Faltam vagas nas UMEIS de Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <<http://www.redebh.com.br/default.asp>>. Acesso em: 02 abr. 2011.
- SINDREDE/BH. Privatização da Educação: o verdadeiro papel das Parcerias Público Privadas. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.redebh.com.br/crbst_100.html>. Acesso em 24 abr. 2012.
- SOUZA JUNIOR, H. P. Centralidade do trabalho ou centralidade da informação e do conhecimento na formação do profissional em Ciência da Informação? ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. [*Anais eletrônicos...*] Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.
- TAYLOR, R. S. *Value-added processes in information systems*. New Jersey: Ablex, 1986.
- TAVARES, F. M. M; GODEIRO, N. Precarização da educação de beagá e a falta de investimentos do governo municipal. *Cadernos de formação do SINDREDE-BH*, Belo Horizonte, n.1, ago. 2009.
- TAVARES, R. H. *Os trabalhadores em educação e suas formas de luta em Minas Gerais*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1995.
- TAVARES, R. H. A didática crítica frente ao toyotismo e às tecnologias informacionais. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31, 2008, Caxambu. *Anais...*, 2008.
- TAVARES, R. H. *Luta na escola: da gestão democrática à organização no local de trabalho*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1996.
- TOURAINÉ, A. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TROTSKY, L. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1978.

WELMOWICKI, J. *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v. 29, n.2, p. 229-239, 1993.

WILSON, T. D. Human Information Behavior. *Information Science Research*, v. 3, n. 2, 2000.

APÊNDICE A

Roteiro para as entrevistas com professores sindicalizados, não sindicalizados e militantes políticos

Eixo 1 : Cotidiano

- 1- História de vida.
- 2- Formação, cargo ocupado na prefeitura, escola onde trabalha, quanto tempo é funcionário (a) da PBH.
- 3- Locais de trabalho.
- 4- Carga horária de trabalho.

Eixo 2: Trabalho

1. Planejamento do trabalho.
2. Condições de trabalho.
3. Intervenção no planejamento do trabalho
4. Políticas públicas relacionadas ao trabalho do professor.
5. Relação com colegas de trabalho, diretor e coordenador de turno.
6. Tempo dedicado à formação voltada para o trabalho.
7. Divulgação de informações sobre a situação do trabalho docente para colegas e/ou comunidade escolar.

Eixo 3: Participação político-sindical

1. Autoavaliação da participação em questões políticas e sindicais relacionadas ao trabalho docente.
2. Avaliação dos espaços de reuniões: assembleias, reuniões de representantes de escolas e demais espaços de reuniões.
3. Avaliação do sindicato.
4. Avaliação dos mecanismos de comunicação e divulgação de informações pela direção sindical.
5. Relação com movimentos sociais.
6. Relação com partidos políticos.
7. Divulgação de informações relacionadas a questões políticas para colegas e/ou comunidade.

APÊNDICE B

Roteiro para as entrevistas com professores dirigentes sindicais

- 1- História de vida: como chegou ao sindicato.
- 2- Formação, cargo ocupado na prefeitura, escola onde trabalha, quanto tempo é funcionário(a) da PBH.
- 3- Locais de trabalho.
- 4- Descrever rotina de trabalho hoje, como dirigente sindical.
- 5- Dificuldades de realização das tarefas de direção sindical.
- 6- Estrutura do sindicato e divisão de tarefas entre os dirigentes.
- 7- Organização e disseminação das informações do departamento pelo qual você é responsável.
- 8- Mecanismos de aproximação dos dirigentes sindicais com os professores da base.
- 9- Papel dos representantes de escola.
- 10-Relação da direção sindical com os partidos políticos.